



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSE FABIANO DE ARAÚJO OLIVEIRA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO E  
CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (PB)**

CAMPINA GRANDE – PB  
2023

JOSE FABIANO DE ARAÚJO OLIVEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO E CIDADANIA  
NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (PB)

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, ruralidades e políticas públicas.

Orientador: Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky.

CAMPINA GRANDE – PB  
2023

O48p Oliveira, José Fabiano de Araújo.  
“Programa Bolsa Família: contribuições para educação e cidadania no município de Santo André (PB)” / José Fabiano de Araújo Oliveira. – Campina Grande, 2023.  
132 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.  
"Orientação: Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky".  
Referências.

1. Programas Sociais – Bolsa Família. 2. Educação.  
3. Cidadania. 4. Políticas Públicas. I. Ladosky, Mário Henrique Guedes. II. Título.

CDU 364.662-78:316.43(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

**JOSÉ FABIANO DE ARAÚJO OLIVEIRA**

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: contribuições  
para educação e cidadania no município de Santo  
André (PB)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais como pré-  
requisito para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Sociais.

Aprovada em: 10/03/2023

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky - PPGCS/UFCG  
Orientador

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - PPGCS/UFCG  
Examinador Interno

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros - PPGS/UFPB  
Examinador Externo

Profª. Dra. Maria de Assunção Lima de Paulo - PROFSOCIO/UFCG  
Examinadora Externa



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/03/2023, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 10/03/2023, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE ASSUNCAO LIMA DE PAULO, PROFESSOR**, em 13/03/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3184961** e o código CRC **A674A15D**.

---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

### ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2023

CANDIDATO: **José Fabiano de Araújo Oliveira**. COMISSÃO EXAMINADORA: Mário Henrique Guedes Ladosky, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; José Maria de Jesus Izquierdo Villota, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Rogério de Souza Medeiros, Doutor, PPGS/UFPB, Examinador Externo; Maria de Assunção Lima de Paulo, Doutora, PROFSOCIO/UFCG,

Examinadora Externa. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *"PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: contribuições para educação e cidadania no município de Santo André (PB)"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia.

HORA DE INÍCIO: 09:00h – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet). Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 10 de março de 2023.

#### 1. Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA  
Secretário Acadêmico

MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, Doutor, PPGCS/UFCG  
Presidente da Comissão e Orientador

JOSÉ MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, Doutor, PPGCS/UFCG  
Examinador Interno

ROGÉRIO DE SOUZA MEDEIROS, Doutor, PPGS/UFPB  
Examinador Externo

MARIA DE ASSUNÇÃO LIMA DE PAULO, Doutora, PROFSOCIO/UFCG  
Examinadora Externa

JOSÉ FABIANO DE ARAÚJO OLIVEIRA  
Candidato

## 2. APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato **JOSÉ FABIANO DE ARAÚJO OLIVEIRA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FABIANO DE ARAUJO OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 10/03/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 10/03/2023, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR(A) DOMAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/03/2023, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 10/03/2023, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE ASSUNCAO LIMA DE PAULO, PROFESSOR**, em 13/03/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3184802** e o código CRC **6C89A5CF**.

É exatamente disso que a vida é feita, de momentos. Momentos que temos que passar, sendo bons ou ruins, para o nosso próprio aprendizado. Nada nessa vida é por acaso. Absolutamente nada. Por isso, temos que nos preocupar em fazer a nossa parte, da melhor forma possível (Chico Xavier).

## AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre me ofertou mais do que pedi e mereci. Renasci para uma segunda vida quando no ano 2021, em minha residência sofri um acidente doméstico (tipo do Gugu) gravíssimo. Inclusive, quando fui fazer a defesa do projeto do mestrado, durante a seleção, via *Google Meet*, estava imobilizado em uma cadeira de rodas, situação que se alongou durante o primeiro ano do curso conciliando as consultas médicas, exames e os horários das disciplinas, estudos durante o mestrado e o trabalho. Neste cenário 2020 e 2021 foram dias de trevas com óbitos por covid-19 na família e vários problemas de saúde, mas se sofri e cheguei até aqui, foi tudo com as graças e permissão divina para superação dos obstáculos em busca da vitória.

Agradeço de forma muito especial a minha esposa Luciana pelo apoio durante a caminhada e presente divino com a chegada de nosso segundo filho Jose Neto, que quando a turbulência veio, tinha apenas três meses. Meu amado filho Luiz Fabiano, pelo apoio durante a jornada. Sem vocês nada disso seria possível. A meu pai Jose de Farias (Zezinho), *in memoriam*, minha mãe Dona Margarida, aos irmãos Simone, Fabio e Síndia pela presença em minha vida e compreensão nos momentos de renúncia para atingir o objetivo. Agradeço de modo especial ao meu irmão/amigo Jose das Vitorias (Neguinho) pelo apoio durante esta caminhada. Agradeço a Secretaria de Assistência Social, gestão municipal e famílias de Santo André (PB), pela valiosa contribuição e receptividade durante a construção deste trabalho.

Expresso minha gratidão aos professores do PPGCS-UFCEG/UFSCar-PPGPP/UFPI que contribuíram de forma significativa com a fundamentação teórica para compreensão do objeto estudado, que foram adiante dando base para entender a sociedade em que vivemos no olhar das ciências sociais. Ao Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima, Dr. Márcio de Matos Caniello, Dr. Gonzalo Adrian Rojas, Dr. Valdênio Freitas Meneses, Dra. Iracilda Alves Braga, Dra. Teresa Cristina Moura Costa e o Prof. Dr. Jacob Carlos Lima pela partilha de conhecimento durante nossa jornada. Ao Secretário do PPGCS – Rinaldo por sua cordialidade e eficiência no atendimento aos alunos.

Agradeço aos que contribuíram durante os exames intermediários Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota, Dr. Rogerio De Souza Medeiros e Dra. Maria de Assunção Lima de Paulo com sugestões e críticas para que o trabalho fosse concluído. Meu muito obrigado.

Sou eternamente grato ao meu orientador, o Professor Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky – PPGCS-UFCEG, por sua postura ética, gentil e espiritualmente iluminado em todas as etapas de orientações e produção científica deste trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o programa bolsa família e sua capacidade de contribuir a longo prazo para educação e cidadania na Escola Municipal Fenelon Medeiros, única escola de ensino fundamental que atende as famílias beneficiárias na cidade de Santo André (PB). Analisamos no primeiro momento as contribuições das condicionalidades do PBF no período entre 2007 e 2019 para melhorar os índices de aprovação, evasão, reprovação e distorção idade-série e os resultados nas avaliações externas do SAEB/IDEB. No segundo momento investigamos as percepções das famílias beneficiárias sobre o PBF, para melhoria das práticas escolares e impactos para exercício da cidadania mediante acesso a distribuição de renda para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. O desenvolvimento da pesquisa dependeu de estudos focados em dados quantitativos quando construímos tabelas, quadros, gráficos, diagramas, fluxogramas e mapas que serviram como referencial para nosso estudo de caso, os dados qualitativos foram frutos da análise dos dados e das entrevistas realizadas com 20 (vinte) famílias beneficiárias com no mínimo 10 (dez) anos no PBF, com filhos nesse período matriculados na escola, impulsionaram a base científica para comprovação de nossa investigação. Em nosso universo teórico, recorremos a diversos autores que investigaram o PBF, as condicionalidades para educação, e os efeitos do programa para garantia de direitos previstos constitucionalmente para uma estratificação social, que necessita da presença do estado com programas de transferência de renda para ter acesso a políticas públicas universais como educação e saúde. Como resultado compreendemos que o programa através da transferência de renda condicionada a educação contribuiu de forma significativa para melhoria dos índices educacionais e resultados nas avaliações externas do SAEB/IDEB, mostrando a importância do programa para aumentar o capital humano e impactar negativamente na reprodução do ciclo intra e intergeracional de pobreza destas famílias. Nas percepções sobre o programa temos uma radiografia da subjetividade externada pelas beneficiárias apresentando sua visão do programa como direito e porta de entrada para o exercício da cidadania fugindo de estigmas do PBF como ajuda ou bondade do estado brasileiro. Concluímos que o Brasil se destaca como um dos países mais desiguais do mundo, apesar das controvérsias e interferências no formato original do programa, sua capacidade de amenizar a fome de milhões de famílias torna-se inegável ao ponto de afirmarmos que sem uma reflexão sobre sua importância para a sociedade brasileira e reformulações para uma cobertura maior podemos caminhar para aumentar a desigualdade educacional, social e de renda em nosso país.

**Palavras-Chave:** Bolsa Família. Educação. Cidadania. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the Bolsa Familia program and its ability to contribute in the long term to education and citizenship at the Fenelon Medeiros municipal school, the only elementary school that serves beneficiary families in the city of Santo André (PB). We first analyzed the contributions of the PBF conditionalities in the period between 2007 and 2019 to improve the pass, evasion, failure and age-grade distortion rates and the results in the external evaluations of the SAEB/IDEB. In the second moment, we investigated the perceptions of beneficiary families about the PBF, to improve school practices and impacts on the exercise of citizenship through access to income distribution for families in poverty or extreme poverty. The development of the research depended on studies focused on quantitative data when we built tables, charts, graphs, diagrams, flowcharts and maps that served as a reference for our case study, the qualitative data were the result of data analysis and interviews carried out with 20 (twenty) beneficiary families with at least 10 (ten) years in the PBF, with children enrolled in the school during this period, boosted the scientific basis to prove our investigation. In our theoretical universe, we turned to several authors who investigated the PBF, the conditionalities for education, and the effects of the program to guarantee constitutionally foreseen rights for a social stratification, which requires the presence of the state with income transfer programs to have access universal public policies such as education and health. As a result, we understand that the program through the transfer of income conditioned to education contributed significantly to the improvement of educational indices and results in the external evaluations of the SAEB/IDEB, showing the importance of the program to increase human capital and negatively impact the reproduction of the cycle. intra and intergenerational poverty of these families. In the perceptions about the program, we have an X-ray of the subjectivity expressed by the beneficiaries, presenting their vision of the program as a right and gateway to the exercise of citizenship, fleeing the PBF stigmas as help or kindness from the Brazilian state. We conclude that Brazil stands out as one of the most unequal countries in the world, despite the controversies and interferences in the original format of the program, its ability to alleviate the hunger of millions of families becomes undeniable to the point that we affirm that without a reflection on its importance for Brazilian society and reformulations for greater coverage we can move towards increasing educational, social and income inequality in our country.

**Keywords:** Bolsa Familia. Education. Citizenship. Public Policy.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Número de trabalhos científicos selecionados, segundo tipo de trabalho, publicados no Brasil, de 2005 a 2016. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	21
<b>Tabela 2</b> – Número de trabalhos científicos selecionados, segundo tipo de trabalho, publicados na Paraíba, de 2007 a 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	22
<b>Tabela 3</b> – Resumo dos três objetivos do PBF, conforme o trabalho de Brandão, Pereira e Dalt (2013, p. 218). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	45
<b>Tabela 4</b> – Resumo dos objetivos do PBF conforme Brasil (2004) <i>apud</i> Silva (2018, p. 225-226). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	46
<b>Tabela 5</b> – Matrícula e rendimento escolar no município de Santo André (PB) (2000-2003). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	71
<b>Tabela 6</b> – Distorção idade-série no município de Santo André (PB), na Paraíba e no Brasil no período de 2000 a 2003. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	72
<b>Tabela 7</b> – Resultados alcançados e metas projetadas para o município de Santo André (PB) – 4ª série/5º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	78
<b>Tabela 8</b> – Resultados alcançados e metas projetadas para o município de Santo André (PB) – 8ª série/9º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	79
<b>Tabela 9</b> – Resultados alcançados e metas projetadas para o estado da Paraíba – 4ª série/5º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	80
<b>Tabela 10</b> – Resultados alcançados e metas projetadas para o estado da Paraíba – 8ª série/ 9º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	80
<b>Tabela 11</b> – Resultados alcançados e metas projetadas para o Brasil – 4ª série/5º ano e 8ª série/ 9º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	81

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	47
<b>Quadro 2</b> – Ações desenvolvidas pelo município para melhoria dos índices educacionais envolvendo escola, alunos e famílias. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	68
<b>Quadro 3</b> – Matrícula e rendimento escolar na Escola Municipal Fenelon Medeiros entre 2007 e 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	73
<b>Quadro 4</b> – Resultados alcançados na Prova Brasil do SAEB do Município de Santo André (PB), da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental I e da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental II. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	76
<b>Quadro 5</b> – Resultados alcançados na Prova Brasil do SAEB no Estado da Paraíba e no Brasil, da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental I. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	77
<b>Quadro 6</b> – Resultados alcançados na Prova Brasil do SAEB no Estado da Paraíba e no Brasil, da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental II. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	77
<b>Quadro 7</b> – Beneficiários e valores pagos com referência a dezembro de cada ano período de 2007 a 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	82
<b>Quadro 8</b> – Perfil das famílias entrevistadas com PBF da Escola Municipal Fenelon Medeiros do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	94
<b>Quadro 9</b> – Perguntas <i>versus</i> achados empíricos com 20 (vinte) famílias entrevistadas beneficiárias com PBF da Escola Municipal Fenelon Medeiros no município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	106

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Número de famílias no CadÚnico e beneficiários do PBF por regiões no ano de 2018. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	51
<b>Gráfico 2</b> – O Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas no ano de 2014. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	58
<b>Gráfico 3</b> – Distorção Idade-Série da Escola Municipal Fenelon Medeiros entre 2007 e 2020. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	74
<b>Gráfico 4</b> – Famílias beneficiárias do Bolsa Família no período de 2007 a 2019, no município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	84
<b>Gráfico 5</b> – Quantidade de famílias cadastradas por faixa de renda entre 2013 e 2020 para o PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	85
<b>Gráfico 6</b> – Quantidade de famílias cadastradas por situação do domicílio no PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	86
<b>Gráfico 7</b> – Acompanhamento das condicionalidades por quantidade de beneficiários de 6 a 17 anos do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	88
<b>Gráfico 8</b> – Número de repercussões por tipo de repercussão (6 a 15 anos) para o PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	88
<b>Gráfico 9</b> – Número de repercussões por tipo de repercussão (16 e 17 anos) para o PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	89

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Etapas metodológicas durante a pesquisa de campo. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	25
<b>Figura 2</b> – Reunião com a secretária de assistência social do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	26
<b>Figura 3</b> – Propaganda do Auxílio Brasil fixada em parede de casa da favela Heliópolis, em São Paulo. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	53
<b>Figura 4</b> – Mapa da insegurança alimentar grave no Brasil. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	55
<b>Figura 5</b> – Localização geográfica e limítrofe do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	64
<b>Figura 6</b> – Vista superior da zona urbana do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	64
<b>Figura 7</b> – Vista frontal e superior da Escola Municipal Fenelon Medeiros – Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	66
<b>Figura 8</b> – Aumento dos recursos para o PBF entre 2007 e 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	84
<b>Figura 9</b> – Mulheres chefes de família, faixa etária e tempo no PBF. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	98
<b>Figura 10</b> – Perfil da escolaridade e emoções dos entrevistados. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	100
<b>Figura 11</b> – Quantidade de filhos nascidos na família <i>versus</i> quantidade de pessoas na família em janeiro/fevereiro do ano 2022. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	102
<b>Figura 12</b> – Valores recebidos na época da pesquisa e enquanto existiu o PBF no município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	104
<b>Figura 13</b> – Uso dos recursos do PBF por ordem de prioridades de acordo com os resultados da pesquisa. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	110
<b>Figura 14</b> – Padrão construtivo das ruas onde residem algumas famílias beneficiárias. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	112
<b>Figura 15</b> – Imagem do Cartão Cidadão, ano 2002. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	115
<b>Figura 16</b> – Imagem do primeiro cartão do Bolsa Família, que fazia parte do Programa Fome Zero. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.....	116

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
Covid-19	Coronavirus disease 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FIP	Faculdade Integrada de Patos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inse	Indicadores de Nível Socioeconômico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Medida Provisória
NIS	Número de Identificação Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PBF	Programa Bolsa Família
PDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PEE	Plano Estadual de Educação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGCS	Programa de Mestrado em Ciências Sociais
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade Para Todos
QUEDU	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>23</b>
<b>OS INSTRUMENTOS PARA PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>24</b>
<b>MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA PROFISSIONAL E SUAS RELAÇÕES COM O TEMA DA PESQUISA</b> .....	<b>27</b>
<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>31</b>
<b>ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO</b> .....	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>42</b>
<b>1. O PBF NA SOCIEDADE BRASILEIRA: REGULAMENTAÇÃO E COBERTURA</b>	<b>42</b>
1.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA REGULAMENTAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	<b>42</b>
1.2 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS ENQUANTO EXISTIU O PBF .....	<b>47</b>
1.3 O UNIVERSO DE ATENDIMENTO DO PBF E A INSEGURANÇA ALIMENTAR ...	<b>50</b>
<b>1.3.1 Brasil retorna ao mapa da fome</b> .....	<b>57</b>
1.4 SÍNTESE .....	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>62</b>
<b>2. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA: SEUS INDICADORES EDUCACIONAIS E DE ATENDIMENTO COM PBF</b> .....	<b>62</b>
2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAMPO DA PESQUISA E DESCRIÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL FENELON MEDEIROS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (PB).....	<b>63</b>
<b>2.1.1 Ações desenvolvidas pelo município que contribuíram para melhoria dos índices educacionais envolvendo escola, alunos e famílias</b> .....	<b>67</b>
2.2 HISTÓRICO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS ANTES E DEPOIS DO PBF ...	<b>71</b>
2.3 DESEMPENHO DA ESCOLA FENELON MEDEIROS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS SAEB/IDEB.....	<b>75</b>
2.4 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (PB).....	<b>82</b>
2.5 SÍNTESE .....	<b>90</b>
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>93</b>
<b>3. PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF PARA EDUCAÇÃO E CIDADANIA</b> .....	<b>93</b>
3.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIOS COM PBF E RESULTADOS DO CAMPO .....	<b>94</b>
3.2 RESULTADOS DOS EFEITOS DO PBF PARA EDUCAÇÃO E CIDADANIA .....	<b>106</b>
3.3 USO DOS RECURSOS DO PBF DE ACORDO COM AS PRIORIDADES DAS FAMÍLIAS .....	<b>110</b>
3.4 HOJE COM OU SEM BOLSA FAMÍLIA AS CRIANÇAS VÃO PARA A ESCOLA? .....	<b>113</b>
3.5 O PBF CONTRIBUIU PARA UMA SOCIEDADE MELHOR? .....	<b>117</b>
<b>3.5.1 A importância do PBF para combater a fome</b> .....	<b>120</b>
3.6 SÍNTESE .....	<b>122</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>123</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação nasce com minha história de vida profissional e pessoal, buscando analisar o Programa Bolsa Família (PBF) e suas contribuições para educação e cidadania na Escola Municipal Fenelon Medeiros, única escola de ensino fundamental que atende as famílias beneficiárias na cidade de Santo André (PB). Analisamos no primeiro momento as contribuições das condicionalidades do PBF no período entre 2007 e 2019, para melhorar os índices de aprovação, evasão, reprovação e distorção idade-série e os resultados nas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No segundo momento, investigamos as percepções das famílias beneficiárias, para melhoria das práticas escolares e impactos para exercício da cidadania, mediante acesso a distribuição de renda para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Mostramos a importância do programa na melhoria dos índices educacionais e aumentar o capital humano, impactando negativamente na reprodução do ciclo intra e intergeracional de pobreza destas famílias, fugindo de estigmas do PBF como ajuda ou bondade do estado brasileiro, iniciamos com a regulamentação do programa em nosso país.

O Programa foi introduzido na sociedade brasileira com a Medida Provisória (MP) nº 132, de 20 de outubro de 2003, para no ano seguinte converter em lei o PBF, conforme a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a referida lei para que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ficasse responsável pela coordenação, gestão, operacionalização e fiscalização do programa, tendo como objetivo principal atender de forma imediata às famílias em situação de extrema pobreza através da transferência condicionada de renda. O referido programa esteve em vigência até o ano 2021, quando foi extinto pelo Decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021<sup>1</sup>.

O PBF expandiu-se rapidamente, em seus primeiros anos. O número de famílias beneficiárias saltou de cerca de 6 milhões em 2004 – em sua maior parte, herdadas dos programas precursores – para algo em torno de 11 milhões em 2006. A partir de então, a

---

<sup>1</sup> O PBF foi extinto pelo Decreto N° 10.852, de 8 de novembro de 2021. No mesmo ato foi criado o Auxílio Brasil. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

cobertura cresceu de forma mais gradual, até atingir 14 milhões de famílias em 2014, patamar no qual o programa permaneceu com oscilações temporárias<sup>2</sup>.

O PBF faz parte da agenda política e institucional da sociedade brasileira, mesmo diante dos dilemas entre democracia e estado, aposta-se em programas de transferência de renda. Um dos objetivos principais do programa era garantir a segurança alimentar, assim como, seguir contribuindo para acesso e permanência na escola e, a longo prazo, influenciar na melhoria dos indicadores educacionais e, conseqüentemente, na trajetória de vida dos beneficiários através do aumento do capital humano.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar a implementação do PBF, assim como, investigar as condicionalidades do programa na área da educação e a percepção dos beneficiários sobre o programa. Nosso campo de estudo foi a Escola Municipal Fenelon Medeiros, localizada na cidade de Santo André (PB), no Cariri Oriental Paraibano. O município possui extensão territorial de 197,791 km<sup>2</sup>, com população estimada de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2020 de 2.509 pessoas e na área educacional apresentava no ano de 2020, 392 alunos matriculados no ensino fundamental.

Acreditamos que, a relevância da temática ora em relevo, justifica-se pela ausência de estudos sobre os impactos na implementação de políticas públicas no Cariri da Paraíba e principalmente suas contribuições sobre melhorias nos índices educacionais, tendo como principal objetivo o alívio imediato da pobreza na cidade caririzeira de Santo André (PB).

Sua relevância pode ser observada pela expressiva quantidade de produções científicas sobre o tema, como podemos comprovar na tabela<sup>3</sup> abaixo.

**Tabela 1** – Número de trabalhos científicos selecionados, segundo tipo de trabalho, publicados no Brasil, de 2005 a 2016. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Teses e dissertações	661
Artigos	194
<b>Total</b>	<b>855</b>

Fonte: Bolsa Família 15 Anos (2003-2018) /organização, Tiago Falcão Silva-- Brasília: Enap, 2018. p. 14.

<sup>2</sup> Fonte: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34948&Itemid=444](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34948&Itemid=444). Acesso em: 03 de abril de 2022.

<sup>3</sup> Tabela pesquisada através do Banco de Teses da CAPES com o título: “Bolsa Família e Educação” Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 10/11/2021. Tabela do Livro: Bolsa Família 15 Anos (2003-2018) /organização, Tiago Falcão Silva-- Brasília: Enap, 2018. p. 14.

O tema apresenta reflexões empíricas sobre os dilemas entre estado, educação e sociedade, conforme a Tabela 1 acima. Observa-se mais de 800 trabalhos acadêmicos, que refletem sobre o PBF e suas implicações para uma estratificação social. Em um dos países mais desiguais do mundo a distribuição de renda traz efeitos em todos os setores da sociedade, na medida em que se relaciona com as políticas públicas universais previstas constitucionalmente.

Apresentamos na Tabela 2 um resumo dos trabalhos sobre o PBF publicados no Estado da Paraíba<sup>4</sup>.

**Tabela 2** – Número de trabalhos científicos selecionados, segundo tipo de trabalho, publicados na Paraíba, de 2007 a 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Teses e dissertações	13
Monografias e Artigos	20
<b>Total</b>	<b>33</b>

Fonte: Pesquisada através do Banco de Teses da CAPES com o título: “Bolsa Família na Paraíba”. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 28 nov. 2021. Artigos pesquisados com o título: “Bolsa Família na Paraíba” no Google Acadêmico. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=bolsa+familia+na+Paraiba&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=bolsa+familia+na+Paraiba&hl=pt-BR&as_sdt=0,5). Acesso em: 28 nov. 2021.

De acordo com a Tabela 2, existem no estado da Paraíba 33 trabalhos sobre o PBF que nortearão parte de nossa revisão bibliográfica, capazes de provocar reflexões empíricas sobre as condicionalidades para educação e percepções dos beneficiários sobre o PBF nas dimensões educacional, social e econômica.

A problemática de nossa pesquisa terá as seguintes questões: a) O PBF foi ou não capaz de promover melhorias nos índices educacionais relacionadas a diminuição da distorção idade-série, reprovação, evasão e possíveis reflexos nos resultados das avaliações externas do SAEB/IDEB? b) Quais as percepções das famílias beneficiárias sobre o PBF e possíveis contribuições para melhoria das práticas escolares no exercício da cidadania mediante acesso a distribuição de renda?

Nos objetivos específicos buscamos: a) analisar as contribuições do PBF para acesso, permanência dos alunos na escola e os fenômenos que contribuíram para melhorar os índices de evasão, aprovação, reprovação e distorção idade-série com possíveis reflexos nos

<sup>4</sup> Pesquisada através do Banco de Teses da CAPES com o título: “Bolsa Família na Paraíba” foram localizados treze trabalhos. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 28/11/2021.

resultados das avaliações externas do SAEB/IDEB para educação no período entre 2007 e 2019 no município de Santo André (PB); e b) investigar as percepções das famílias beneficiárias do PBF na tríade educacional, social, econômica e suas relações com as políticas públicas para diminuição da desigualdade educacional e extrema pobreza.

## **PERCURSOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa aspirou confirmar ou não as seguintes hipóteses: a) O PBF tendo como principal objetivo combater a extrema pobreza e a fome, ao fornecer recursos financeiros às famílias de baixa renda, tem contribuído para a melhoria do acesso, permanência e evolução dos indicadores educacionais das famílias assistidas; b) O programa, ao transferir recursos financeiros às famílias de baixa renda para manter seus filhos regularmente frequentando a escola, tem contribuído para a conscientização dessas famílias sobre a importância do programa para a vida educacional, social e econômica dos beneficiários; e c) Por último, na percepção das beneficiárias, o PBF garante direito às famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, educacional e social.

Nosso objeto de estudo investigou as contribuições do PBF para melhoria dos indicadores educacionais no município de Santo André (PB), no período compreendido entre 2007 e 2019, enquanto existiu o programa. No segundo momento tratou-se das percepções das famílias beneficiárias sobre o PBF e seus objetivos para alívio imediato da extrema pobreza, com possíveis influências na melhoria das práticas educacionais promovidas pela escola. “O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador” (NEVES, 1996, p. 1).

A pesquisa, para ter sucesso, depende de dados quantitativos e qualitativos, nosso trabalho foi construído através de pesquisa documental na escola, com dados do censo escolar, pesquisando os indicadores educacionais (matrícula, aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série) de anos anteriores ao PBF e, após os dados serem disponibilizadas em formato digital, pesquisamos em plataformas oficiais com o objetivo de comparar os dados, e avaliar se houveram melhorias nos índices educacionais. Levantamos os dados através de gráficos e tabelas disponíveis nas plataformas oficiais como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Conjunto de dados Educacionais Abertos (QUEDU), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e IBGE, com dados referentes ao período de 2007 a 2019, e realizamos uma análise sobre os indicadores educacionais da Escola

Municipal Felelon Medeiros, para mostrar se a longo prazo as condicionalidades do PBF contribuíram para melhoria dos índices educacionais. “Uma das primeiras escolhas importantes que o pesquisador precisa fazer é se vai utilizar uma abordagem quantitativa, uma abordagem qualitativa, ou uma abordagem que usa métodos mistos” (KOZINETTS, 2014, p.46).

Analizamos quadros comparativos com resultados das entrevistas com as famílias beneficiárias em suas residências, que foram gravadas e transcritas, assim como, construídos infográficos, quadros, registros fotográficos, diagramas e tabelas, buscando de forma clara, sintetizar os resultados sobre as percepções das famílias beneficiárias para registro dos fenômenos sociais, dando base para construir uma síntese do contexto local com indicadores educacionais e sociais.

## OS INSTRUMENTOS PARA PESQUISA DE CAMPO

Nossa missão foi a de promover uma reflexão sobre o PBF, em especial sobre a frequência escolar, observando em que medida, a longo prazo, essa condicionalidade incidiu sobre os indicadores educacionais na Escola Municipal Felelon Medeiros, e em que medida as percepções das famílias beneficiárias coincidem ou não com os objetivos do programa para combater a extrema pobreza, fome e proporcionar acesso, permanência na escola e melhoria nas práticas educacionais.

Foram realizadas entrevistas com 20 (vinte) famílias, que eram beneficiárias por no mínimo 10 anos no PBF e que tenham neste período, filhos matriculados na escola. As entrevistas foram realizadas nas residências dos beneficiários, gravadas e transcritas. Nas entrevistas as famílias responderam perguntas relacionadas à relevância do PBF e suas contribuições para o combate à pobreza e as possíveis influências sobre as práticas escolares e cidadania.

De acordo com Colombo (2015), para refletir sobre a importância da entrevista fidedigna para os resultados empíricos nas ciências sociais, a escolha das perguntas formuladas é capaz de captar verdadeiras expressões que reflitam a realidade pesquisada, atingindo o objetivo da pesquisa de campo. “Nesta perspectiva, as escolhas das perguntas que movem a pesquisa, os métodos que a tornam possível e as modalidades de expressão dos resultados se tornam partes inseparáveis do processo de produção de uma definição particular da realidade” (COLOMBO, 2015, p. 268).



**Figura 2** - Reunião com a secretária de assistência social do município de Santo André (PB).  
Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

A figura 2, registra a reunião com a secretária de assistência social, que teve a finalidade de debater os objetivos da pesquisa e sensibilização da mesma, a fim de alcançar o mapeamento das famílias beneficiárias para viabilizar o início das entrevistas nas residências das famílias e observações das participantes do estudo.

Nessas mesmas reuniões presenciais, foi pesquisado no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e entregue uma relação de famílias com no mínimo 10 (dez) anos no PBF, para que fosse possível o mapeamento das residências e localização das famílias a serem entrevistadas. A sensibilização das beneficiárias foi realizada no primeiro contato, explicando os objetivos da pesquisa. A pesquisa com todas as famílias foi realizada preferivelmente no turno da manhã, uma vez que foi identificada dificuldade em conseguir contato com as beneficiárias em suas residências no período da tarde.

Houve residências que, somente após cinco tentativas, foi possível a realização da entrevista. Apesar de não ser tão simples uma abertura sobre o PBF e suas vidas, obteve-se sucesso mediante o capital social do pesquisador.

## **MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA PROFISSIONAL E SUAS RELAÇÕES COM O TEMA DA PESQUISA**

Apresentamos um percurso histórico de minha trajetória de vida profissional, durante os desafios de buscar uma formação para atuar na área da educação.

Em tempos pretéritos, vivenciei condições de extrema pobreza e fome com minha família. As políticas governamentais não existiam de forma efetiva na sociedade brasileira, o que só ocorreu no 2001 com a implantação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás<sup>5</sup>, para em novembro do ano 2003 com a Medida Provisória (MP) nº 132, de 20 de outubro de 2003, termos a unificação de todos os programas de transferência de renda transformados em Bolsa Família<sup>6</sup>, com objetivo de transferir renda imediata para minimizar a extrema pobreza e fome, garantindo estados mínimos de proteção social, contribuindo a longo prazo para melhoria nos indicadores educacionais, sociais e no capital humano.

Fevereiro de 1999 foi marcante em minha vida, quando tomei posse no meu primeiro concurso público como professor do ensino fundamental anos iniciais, com o curso de magistério Logos II – curso pedagógico de nível médio, permitido como formação mínima pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sendo lotado em uma escola da zona rural do município de Gurjão (PB), no Sítio Estreito, distante 12 km da sede do município para lecionar do primeiro ao quinto ano em sala multisseriada.

Mas, representou uma grande vitória para minha vida e de minha família, o filho mais velho receber seu primeiro salário-mínimo como servidor público em fevereiro de 1999, cujo valor foi R\$ 120.

---

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação (Bolsa Escola) foi criado pela Medida Provisória (MP) nº 2.140-1, de 14 de março de 2001, originada da MP nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, e convertida na Lei nº 10.219, de 11 de abril do mesmo ano. O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde (Bolsa Alimentação) foi criado pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, originada da MP nº 2.206, de 10 de agosto de 2001. O Auxílio-gás foi criado pela Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. (CAMPELLO & NERI, 2013, p.28).

<sup>6</sup> O PBF foi criado, em 2003, pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, convertido na Lei n. 10.836, em 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF é uma política de proteção social não contributiva e de transferência de renda direta e condicionada, tendo como finalidade precípua “a melhoria das condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza”. (KAWAUCHI, 2019, p. 25-26). Ver mais na Tese: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PERCEPÇÕES DE NÃO BENEFICIÁRIOS: Um estudo sobre o efeito preconceito.

Já estudante do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), noturno, usuário do transporte universitário, pois, residia a 90 km de Campina Grande (PB), consigo concluir a licenciatura plena em matemática no ano de 2002. No mesmo ano, assumi o segundo vínculo através de concurso público como professor do ensino fundamental na cidade vizinha, de Santo André (PB), campo de minha pesquisa. Também início o trabalho como professor do ensino médio como *pró-tempore* (contratado) nas disciplinas de matemática e física no ensino médio na Escola Estadual Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz.

Em 2004 concluo a segunda licenciatura, em Pedagogia pela UEPB, e depois concluo três pós-graduações *lato sensu* – no ano de 2006 em Psicopedagogia – Faculdade Integrada de Patos (FIP), em 2012 em Matemática e por último, em 2019 em gestão da educação municipal pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A especialização pela UFPB fez parte dos grandes momentos vividos pelo pacto federativo entre união, estados e municípios, alinhados com as políticas educacionais de valorização da educação básica e superior, mediante um projeto de desenvolvimento comprometido com universalização e acesso à educação pública, com destaque para sucessivos aumentos no orçamento da educação brasileira em todos os níveis de ensino, e valorização do conhecimento científico produzido nas universidades.

Em 2004 lecionando na Escola Municipal Áurea Correia de Queiroz, zona urbana de Gurjão (PB), recebi o convite para assumir a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, acompanhando o processo de aprimoramento das políticas públicas educacionais, para melhoria do ensino, terminando esta missão no ano de 2012. No período entre 2013 e 2020 trabalhei na cidade de Coxixola (PB), como avaliador de políticas públicas educacionais, prestando assessoria técnica especializada para implementação de programas do Governo Federal na educação. Em seguida, atuei como secretário municipal de educação e cultura, onde o município de Coxixola (PB), por duas vezes consecutivas (2017 e 2019), foi primeiro lugar na Paraíba na avaliação do IDEB/INEP.

Enquanto gestor da pasta da educação dos municípios de Gurjão e Coxixola (PB), pude acompanhar a implementação de inúmeros programas e políticas públicas para a sociedade, como a implementação de transporte escolar gratuito e seguro para os estudantes da rede municipal de ensino. No passado muitos municípios brasileiros usavam os famosos pau-de-arara para transportar os alunos até as escolas<sup>7</sup>, onde, diversas crianças perderam a

---

<sup>7</sup> Descrição dos contextos de pau-de-arara: Fora o sentido próprio, de pau em que as araras eram conduzidas para as feiras, no Nordeste, a expressão pau de arara ganhou, no Brasil do século XX, três outros significados. Começando do pior para o melhor, pau de arara é um instrumento de tortura, de amplo e irrestrito uso no regime

vida no Brasil, devido a acidentes com esse tipo de transporte, que são considerados inadequados.

Durante os governos de Lula e Dilma (2003-2016) vimos avanços significativos na área da educação, onde cidades passaram a receber recursos e equipamentos para educação. Presenciei a entrega de ônibus escolares nos municípios de Gurjão (PB), enquanto gestor (2004 e 2012) e de Santo André (PB), como professor e técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Responsável pelo cadastro e acompanhamento dos projetos solicitados junto ao Governo Federal, me tornei testemunha viva dos benefícios para a sociedade local, como a ampliação do acesso à educação superior, oferta aos municípios de mobiliário escolar padronizado, ar-condicionado, equipamentos para cozinhas escolares, computadores, salas de recursos multifuncionais, bibliotecas, construção de creches do programa pró-infância, escolas, quadra e ônibus escolares, com destaque para ambos os municípios, que hoje possuem uma média de oito ônibus escolares padrão Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Programa Caminho da Escola, um patrimônio avaliado em aproximadamente R\$ 2,5 milhões para atender a aproximadamente 300 (trezentos) alunos diariamente em ambos os municípios.

No município de Santo André (PB), houve um óbito de uma jovem<sup>8</sup> estudante de 16 anos de idade, residente na zona rural em 16 de outubro de 1999, que utilizava o transporte escolar pau-de-arara. Na época foi um momento muito triste para toda cidade presenciar uma vida ceifada por não ter um transporte escolar seguro e adequado às necessidades dos alunos.

---

militar e não rara presença, ainda hoje, em delegacias de polícia. O segundo sentido é o do caminhão em que os nordestinos fugiam das inclemências do sertão em busca de uma vida melhor no sul do país. Vinham precariamente, quarenta, cinquenta e até setenta deles equilibrados em carrocerias como araras no pau, em viagens de uma semana ou mais. Não chegava a ser um deliberado instrumento de tortura, mas o efeito que produzia no usuário não ficava distante. No terceiro e melhor sentido, paus de arara eram as próprias pessoas — os nordestinos que por esse meio, ou por outro, afluíam a São Paulo. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/veja-sao-paulo-25-anos-nordestinos-pau-de-arara/>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

<sup>8</sup> Descrição do acidente pela irmã D.G.B: Na época C.A.G tinha 16 anos, cursava a antiga oitava série. Foi no dia 16/08/1999 o acidente aconteceu quando ela estava voltando do colégio para casa na época os alunos eram transportados em carros tipo pau-de-arara. Então por volta de umas 22h50 esse carro estava voltando com ela e demais colegas. Nisso ela descia sempre num ponto onde havia um banquinho na entrada do nosso sítio onde ela e outra irmã teria que andar a pé uns 15 minutos para chegar em casa. Mas nessa noite essa nossa outra irmã estava doente e não pôde ir a aula. Então nosso pai foi a espera dela o carro passou um pouco desse lugar de sempre e parou ela foi descendo com isso o motorista lembrou e quis voltar dando ré, só que ela já estava descendo da caminhonete (pau-de-arara). Provavelmente, a traseira bateu derrubando-a passando por cima do seu corpo tendo óbito imediato.

Nesse período acompanhei de perto a implementação do PBF e suas condicionalidades para educação, contribuindo de forma significativa para melhoria dos índices educacionais e nos resultados das avaliações externas do SAEB, que serão apresentadas no segundo capítulo.

O PBF mostrou sua importância como programa de transferência de renda para alívio imediato da extrema pobreza, e sua relação com a rede de assistência social como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), CRAS e demais órgãos parceiros para a minimização dos efeitos terríveis da pobreza e da miséria, que era seu principal foco. O programa que, aliado ao Fome Zero<sup>9</sup>, tinha claros objetivos de combater a insegurança alimentar, tornando-se uma das principais bandeiras do instituto cidadania<sup>10</sup> para combater as diferenças econômicas e sociais que impulsionam a extrema pobreza e a fome, que ainda está presente na vida de aproximadamente 20% da população brasileira.

Esse dado manifesta a pobreza no Brasil como fenômeno multifacetado, em um dos países mais desiguais do mundo e ineficiente na distribuição de renda, desde a formação da sociedade brasileira. Do imperialismo aos regimes ditatoriais e democráticos, vivenciamos crises profundas entre classes, estado e capital, configurando um fisiologismo na reprodução constante de pobreza e miséria para uma parcela considerável da população brasileira, que permanecem no abismo das desigualdades, sem acesso às políticas públicas.

Sempre me chamou a atenção a importância do PBF e suas possíveis contribuições para a educação e a transferência de recursos financeiros para alívio imediato da pobreza nessa nova reconversão social, conduzida pelo estado que, em tempos pretéritos, não existia. Ao condicionar frequência escolar mínima de 85% para crianças e 75% para jovens, a longo prazo contribuiu para melhoria dos índices educacionais de aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série e avanços nos resultados das avaliações externas SAEB/IDEB, mesmo sabendo das dificuldades em provar uma relação de causa e efeito.

---

<sup>9</sup> Definição de Fome Zero com base no Livro: Fome Zero a experiência brasileira. O Projeto Fome Zero, apresentado no último Dia Mundial da Alimentação (16/10/2001), tem como objetivo propor uma política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome. Sua elaboração envolveu alguns dos principais especialistas no tema, além de movimentos sociais e ONGs, nos diversos seminários e debates realizados ao longo de um ano de elaboração. [...] Calculamos que existiam no Brasil, segundo dados básicos da Pnad-IBGE de 1999, 44 milhões de pessoas muito pobres, que ganham menos que um dólar por dia, correspondendo a 9,3 milhões de famílias com uma renda de cerca de R\$ 180 por família/mês, que foram consideradas o público potencial beneficiário das propostas do projeto. Fome Zero: A experiência brasileira/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.) – Brasília: MDA, 2010. pg. 39.

<sup>10</sup> A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, em 1993, colaborou para o surgimento de um movimento social muito amplo, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade e combate à fome. Fome Zero: A experiência brasileira/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.) – Brasília: MDA, 2010. pg. 16.

Durante mais de 20 (vinte) anos em que trabalho na Escola Municipal Fenelon Medeiros, que atende da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, sendo a única no sistema municipal de educação, acompanho os programas e projetos desenvolvidos pela secretaria de educação, escola, professores, gestão escolar, gestão pedagógica e famílias. Sempre me veio uma inquietação diante das atitudes e olhares das famílias. Havia algo a mais a ser investigado cientificamente, em busca de efeitos positivos ou negativos que nos propomos a trilhar nesse trabalho.

Existiam crises, decepções, vitórias, encontros e desencontros no ambiente escolar, porém todos os comportamentos suscitavam a importância do PBF para socorrer as famílias da extrema pobreza, e ao mesmo tempo altera o funcionamento da escola em diversos aspectos na frequência escolar, combate à desnutrição e fome, ausência do trabalho infantil, atendimento à saúde, mapeamento da violência doméstica, acesso a moradia, combate a privação material severa e exclusão dos direitos previstos na Constituição Federal (CF) de 1988.

Toda essa objetiva e subjetiva introspecção empírica, me fez refletir muito e enfrentar os desafios de investigar as possíveis contribuições do PBF para educação e cidadania das famílias beneficiárias na Escola Municipal Fenelon Medeiros, no município de Santo André (PB).

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Nesta pesquisa seguimos as reflexões teóricas dos autores Campelo e Neri (2013). Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania, Bolsa Família 15 Anos (2003-2018), Cosanato (2014), Santos (2019), Brandão, Pereira e Dalt (2013), Amaral e Monteiro (2013), Machado (2020) e Martins e Rückert (2019), entre outros que nos ajudaram a compreender as condicionalidades do PBF para educação, nos efeitos no desempenho escolar das crianças beneficiárias e nas contribuições para aumentar o capital humano, a partir do acesso a transferência de renda ofertada pelo Estado brasileiro para as famílias em situação de extrema pobreza e desigualdade educacional e social.

Primeiro, focamos na revisão da literatura sobre as condicionalidades do PBF, dando ênfase ao percurso estatístico dos indicadores educacionais, como frequência escolar, evasão, aprovação, reprovação, distorção idade-série e resultados nas avaliações externas SAEB/IDEB, questionando se houveram avanços para melhoria dos indicadores educacionais

para os alunos beneficiários. No segundo momento, abordamos reflexões sobre o PBF com as contribuições de Santos (2019) e de Amaral e Monteiro (2013, p. 537) sobre o “aumento de capital humano para quebrar o ciclo intergeracional e intrageracional de pobreza”, a partir do acesso a distribuição de renda em um dos países mais desiguais do mundo, como o Brasil.

As condicionalidades do PBF contribuíram de forma significativa para melhoria dos indicadores educacionais e do capital humano das famílias beneficiárias, indo adiante do foco principal do programa, o de minimizar a extrema pobreza e fome, com impactos no acesso às políticas públicas de caráter universal, como educação e saúde. Importante recordar que enquanto existiu:

O Bolsa Família é a transferência pública que mais alcança a população pobre no Brasil, uma vez que cerca de 70% dos recursos do programa alcançaram os 20% mais pobres, reduzindo a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%. A conclusão consta do trabalho feito por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que analisou “Os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros 15 anos<sup>11</sup>”.

O PBF estabeleceu condicionalidades, a serem cumpridas na educação através da frequência escolar obrigatória de 85% para crianças de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 15 a 17 anos. Para as famílias não receberem advertência ou suspensão do benefício, também tem-se exigências a serem cumpridas na saúde, como uma forma estabelecer um contrato de proteção social, para um estrato da sociedade que não contribui para previdência social, pois não participa do mercado de trabalho, vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza, ou seja, são os estrangeiros de si mesmo numa mesma pátria, amparados pelo Estado.

As contribuições dos estudos de Campelo e Neri (2013) e Silva (2018) abordam que as condicionalidades contribuem para garantir o acesso a serviços públicos, na educação com melhoria no percurso educacional e investimento no capital humano, capaz de diminuir a longo prazo as desigualdades educacionais dos alunos que estão no programa. Estes estudos revelam que o PBF possui capacidade de minimizar a reprodução do “ciclo intergeracional” de pobreza das famílias beneficiárias, a partir dos investimentos na distribuição de renda.

De acordo com Campelo e Neri (2013):

Dado o alto grau de exposição ao programa, as evidências sugerem que a condicionalidade, ao menos na área de educação, tem efeitos positivos sobre a trajetória escolar destas crianças. Ou seja, o Programa Bolsa Família apresenta uma diminuição na desigualdade educacional destes alunos, quando comparados ao

---

<sup>11</sup> Fonte: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34949](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34949). Acesso em: 03 de abril de 2022.

restante dos alunos de escola pública, ajudando na diminuição do ciclo intergeracional da pobreza e diminuindo as desvantagens que essa condição gera no percurso escolar dessas crianças. (CAMPELO, NERI, 2013, p. 303).

Conforme estudos de Silva (2018), onde aborda:

Assim, as famílias pobres possuem restrições para o investimento em educação no momento presente devido, especialmente, à limitação de recursos financeiros e informacionais. Logo, a compensação financeira promovida pelo PBF e as condicionalidades educacionais estariam vinculadas a uma promoção da demanda pelos serviços educacionais e incentivo no investimento em Capital Humano. (SILVA, 2018, p. 229).

No trabalho de Santos (2019, p. 2223), com o título “Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas do Brasil: Revisão Sistemática”, traz uma revisão sobre o impacto do PBF na educação. O estudo constatou efeitos positivos para melhoria dos indicadores educacionais e melhores condições de escolarização dos beneficiários:

Na educação, o acompanhamento das condicionalidades propicia as condições de escolarização necessárias para o exercício da cidadania, possibilitando o monitoramento individual da frequência escolar em crianças e adolescentes e, quando presente, o motivo de baixa frequência. A melhora significativa destes indicadores educacionais junto à população em vulnerabilidade social pode trazer grandes repercussões sociais, com impactos positivos na renda e sua distribuição, no bem-estar e na cidadania. (SANTOS, 2019, p. 2234).

A distribuição de renda com condicionalidades na área educacional vislumbra, através da frequência escolar, monitorar e combater a evasão, reprovação, e principalmente a distorção idade-série, alcançando a longo prazo possíveis melhorias no desempenho educacional nas avaliações do SAEB, que faz parte do cálculo do IDEB para acompanhar a garantia do acesso e melhoria nos índices que contribuem para qualidade da educação.

Assim, de acordo com o Inep (2015):

O monitoramento da qualidade da educação básica, por meio de indicadores, é uma atividade essencial para a orientação e a avaliação das políticas públicas educacionais e das formas de gestão dos sistemas de ensino do país. A introdução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), índice que sintetiza indicadores de fluxo (taxa média de aprovação na etapa de ensino, calculada a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica) e de desempenho (proficiência média padronizada dos alunos, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica), possibilitou, de forma objetiva, que governantes, gestores e sociedade civil acompanhassem o desenvolvimento da educação básica, a partir da mensuração dessas duas dimensões, tanto das escolas quanto das redes de ensino brasileiras (FERNANDES, 2007 *apud* BRASIL, 2015, p. 1).

As redes de ensino públicas do Brasil procuram meios para melhorar os índices educacionais, e os resultados no SAEB/IDEB com ações voltadas para melhoria do aprendizado em português e matemática, fazendo constantes buscas ativas pelas crianças com evasão escolar, também informam a frequência escolar dos alunos beneficiários com o PBF para o Governo Federal, com acompanhamento pelas redes de assistência social junto às famílias beneficiadas de cada município. A busca ativa para combater a evasão escolar e consequentemente, reprovação e distorção idade-série são fundamentais para ter melhoria nos índices educacionais e consequentemente resultados satisfatórios no SAEB/IDEB. “Ao diminuir as chances de repetência escolar, há de conjecturar-se que melhores desempenhos, com progressão e pouco atrasos escolares, tornam-se presumíveis quando crianças e adolescentes forem mais assíduos às aulas” (SANTOS, 2019, p. 2243).

Apesar da literatura e das pesquisas atuais atestarem a dificuldade em estabelecer nexos entre relação de causa e efeito do PBF para elevação dos resultados nas avaliações externas SAEB/IDEB, no Capítulo II apresentamos resultados positivos nos índices de aprovação, diminuição das taxas de reprovação, evasão e distorção idade-série, considerados no cálculo da evolução histórica do IDEB, período 2007 e 2019, sinalizando contribuições satisfatórias para melhoria das políticas educacionais e sociais, mesmo com os alunos e famílias em condições socioeconômicas desfavoráveis.

Em sentido contrário, encontramos na pesquisa de Santos (2019, p. 2244) que “as metas do IDEB são muito mais difíceis de serem atingidas nas escolas que possuem mais alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis. Entretanto, as considerações aqui expostas sinalizam um conjunto de fatores significativos que só mudará na medida em que políticas sociais e de educação tenham sucesso”.

Como forma de garantir o acesso à educação pública, se faz necessário o cumprimento das condicionalidades do PBF pelos alunos para tencionar as famílias beneficiárias a garantir o acesso, permanência dos alunos na escola e promoção da diminuição da distorção idade-série, abandono e reprovação com a vinculação da frequência. Para poder ter acesso a renda as famílias assumem a tarefa de manter os filhos regularmente na escola e as redes de ensino buscam melhorar suas práticas pedagógicas com a garantia da frequência dos alunos no ambiente escolar. “Primeiramente, aponta-se que independentemente da unidade de análise, se aluno ou escola, o PBF mostrou-se capaz de produzir resultados positivos para a frequência escolar e as taxas de abandono, principalmente” (SANTOS, 2019, p. 2242).

A educação, apesar de ser um direito público universal previsto na CF de 1988, possui enormes distorções neste Brasil continental quando se trata de garantias no acesso, permanência na escola e melhorias dos indicadores educacionais e sociais. Todo este cenário, com um histórico de desigualdade educacional e de renda reproduzido historicamente desde a colonização, infraestrutura educacional precária, fragilidade na oferta de recursos materiais e humanos, problemas sociais que interferem na universalização, acesso e permanência na escola, durante décadas foram capazes de mostrar baixos índices de melhorias dos indicadores educacionais e distribuição de renda.

A sociedade brasileira vivenciou a transição de um regime ditatorial para um regime democrático, experiência essa vivida com a aprovação da CF de 1988, sendo uma grande conquista para a área educacional no país. A aprovação da CF trouxe garantias universais para acesso, permanência e metas para melhoria nos índices educacionais para educação básica pública. Outro momento de grande importância, mediante mobilização e participação social de todos os entes federados, foi a construção no Plano Nacional de Educação (PNE) promulgado através da Lei nº 13.005/2014, com objetivo de traçar metas e estratégias para melhoria da educação nacional, com um sistema nacional e articulado de educação.

Assim, a condicionalidade do PBF proporciona consonância com as demais políticas de educação, tal como o Plano Nacional da Educação (PNE) uma vez que prioriza repercutir nos desafios de melhoria do acesso e permanência em todos os níveis, etapas e modalidades da universalização da educação básica. Dada a importância da inserção de crianças e jovens no sistema educacional, sobretudo na permanência e desenvolvimento escolar, indicadores escolares são uma forma de avaliação direta da finalidade do PBF na educação. (SANTOS, 2019, p. 2234).

O PBF, enquanto existiu com suas condicionalidades, contribuiu com as metas e os objetivos da educação local, estadual e nacional, exigindo frequência escolar obrigatória em todas as etapas e modalidades da educação básica para as famílias sem renda. Ao ofertar transferência de recursos, o Estado estabelece uma contrapartida social para garantir a universalização do ensino buscando resultados a longo prazo, que contribuam para elevação dos indicadores educacionais previstos nas metas e estratégias do PNE, do Plano Estadual de Educação (PEE) da Paraíba e do Plano Municipal de Educação (PME) de Santo André (PB)<sup>12</sup>, influenciando no aumento do capital humano das famílias assistidas pelo PBF.

De acordo com Santos (2019), em seu trabalho sobre as condicionalidades serem capazes de interferir na melhoria dos indicadores educacionais, constatou-se que existe uma

---

<sup>12</sup> PNE- Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 – PEE- Plano Estadual de Educação da Paraíba – Lei Nº 10.488/2015- PME- Plano Municipal de Educação de Santo André (PB) - Lei Nº 367/2015.

“probabilidade de escolas com proporção maior de alunos beneficiários têm menores taxas de reprovação, taxa de abandono”, desmistificando as falácias do senso comum que o PBF em nada contribui para melhoria dos indicadores educacionais, ao repassar recursos financeiros às famílias e exigir como contrapartida frequência obrigatória. “Os programas de transferência de renda tornam-se relevantes no cenário social nacional ao promover acesso ao serviço básico de educação, atraindo crianças em situação de vulnerabilidade social para a escola” (SANTOS, 2019, p. 2242).

De acordo com o estudo de Santos (2019, p. 2241), entre alunos beneficiários do PBF ficou comprovado que estes possuem uma probabilidade de repetência 11% menor. Em relação a outros alunos, estes possuem 46% a mais de chance de repetir a série, caso já tenham sofrido repetência no ano anterior. Esse dado revela que, uma vez iniciado o processo de fracasso escolar, existe uma probabilidade ou tendência de se repetir, comprovando a importância do programa para as famílias de baixa renda ou em situação de extrema pobreza.

O PBF contribui significativamente para melhoria do acesso, permanência e melhoria dos indicadores educacionais de escolas que têm maioria de alunos beneficiários com o PBF, cumprindo o contrato social com o estado através de recebimento do imposto negativo ao ter acesso a renda, provocando o acesso a políticas públicas garantindo a cidadania.

De acordo com Santos (2019):

Considerando que as contrapartidas do PBF podem impactar positivamente nos aspectos quantitativos de educação, observaram-se benefícios principalmente na frequência escolar. É possível que para alunos que não frequentavam a escola, ao passar a receber o benefício este compense o aluno a não abandonar mais os estudos (SANTOS, 2019, p. 2242).

As contribuições do PBF para melhoria dos indicadores educacionais com possíveis efeitos nas avaliações externas como SAEB/IDEB, vislumbram a longo prazo de maneira positiva a melhoria no desempenho das escolas. Um sentimento coletivo de responsabilização do poder público e famílias beneficiárias, vinculado às condicionalidades para transferência de renda, têm impulsionado a comunidade para oferta de uma educação mais republicana, capaz de formar os indivíduos para o exercício da cidadania.

O IDEB, a Prova Brasil e o Censo Escolar são capazes de realizar uma fotografia segura da qualidade da educação nas dimensões da eficiência da gestão educacional dos sistemas nacional, estadual e local, bem como, suas relações com a realidade social e educacional de cada ente federado, para educação relacionada com melhoria dos índices educacionais, aspectos sociais, culturais e econômicos dos alunos e da comunidade escolar

mesmo diante dos conflitos quando a partir do SAEB/IDEB passa-se a realizar um ranking de escolas, cidades e estados.

De acordo com Santos (2019):

Os resultados escolares, a melhora de seus processos internos e da qualidade de ensino são fortemente influenciados pela origem social e cultural dos alunos matriculados. Uma vez que se considera que a proporção de beneficiários pode alterar os resultados da escola, todos os estudos que utilizaram a escola como unidade, procuraram estabelecer e aferir como as características da escola (equipamentos didáticos, instalações, tamanho da turma, nível de especialização dos educadores) relacionam-se com os indicadores educacionais e se houve modificação destes com a presença de beneficiários. O impacto do PBF sobre matrículas, aprovação e abandono se operam de modo cumulativo ao longo do tempo com implicações em futuros resultados educacionais (SANTOS, 2019, p. 2243).

O importante são os esforços para manter as crianças que estão em situação de vulnerabilidade social com acesso, permanência e garantia de direitos de aprendizagem. Nesse sentido, o PBF comportou-se como um grande divisor de águas para educação brasileira, capaz de apoiar o sucesso escolar e conseqüentemente, a elevação do capital humano da população pobre do país. De acordo com trabalho de Santos (2019, p. 2244), o PBF tem forte relação com os avanços para universalização e desempenho dos estudantes participantes do programa e das escolas que possuem a maioria dos alunos beneficiados.

Este contexto da transferência de renda condicionado a frequência escolar, a longo prazo tem contribuído de forma significativa para redução nos índices de reprovação, evasão e distorção idade-série, sendo capaz de mudar uma realidade educacional e social do ensino público, que historicamente é marcado por déficits de oferta, evasão por motivo do êxodo rural, além do abandono da escola por crianças, adolescentes e jovens.

Esse abandono da escola está relacionado a necessidade de complementação da renda familiar e migração para outros estados e regiões, em busca de trabalhos formais e informais para ter renda e fugir da extrema pobreza, principalmente no interior do Nordeste brasileiro. “No que se refere aos argumentos que apontam para relações positivas acerca dos efeitos do PBF na educação, verificamos que na região Nordeste (e também Norte) do Brasil a avaliação dos agentes sociais entrevistados é muito mais positiva do que a encontrada em outras regiões do país” (BRANDÃO; PEREIRA; DALY, 2013, p. 2221).

Quando o Estado garante a transferência de renda às famílias em situação de pobreza extrema, condicionando a manutenção dos benefícios a obrigatoriedade de frequência no ambiente escolar, com um planejamento efetivo alinhado com as metas e estratégias previstas nos planos municipais, estaduais e nacional de educação, com investimentos na melhoria da

infraestrutura das escolas e com realinhamento pedagógico, temos resultados positivos a longo prazo para os desvalidos no atendimento das garantias constitucionais previstos na CF de 1988 com educação, proteção social e cidadania. “Há evidências de que o PBF impacta de maneira significativa e assertiva principalmente em indicadores educacionais diretamente atrelados à condicionalidade do Programa Bolsa Família, como a frequência escolar e consequentemente nas taxas de abandono escolar” (SANTOS, 2019, p. 2244).

Passando pelo processo de fortalecimento das estratégias, para melhoria dos indicadores educacionais e nas avaliações externas como SAEB/IDEB, temos uma reconversão dos objetivos educacionais e sociais das famílias assistidas pelo PBF, surgindo resultados positivos para o capital educacional e social “intergeracional” na sociedade brasileira, comprovados ao analisar a evolução das taxas de aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, que influenciam positivamente no cálculo do SAEB/IDEB, provocando contribuições positivas para elevação dos índices educacionais, contribuindo também para um bem-estar educacional e social.

De acordo com o estudo de Brandão *et al.* (2013, p. 221), os efeitos positivos do PBF apresentaram-se no processo educacional, não apenas para manter o vínculo com a transferência de renda, mas no tocante ao desenvolvimento de um capital cultural e social aliado a uma conscientização da importância da educação para gestores, escolas e famílias, no monitoramento e acompanhamento do processo educacional, impactando diretamente na melhoria dos indicadores educacionais.

O estudo de Brandão *et al.* (2013, p. 228) também detectou que os efeitos negativos estão relacionados a estigmatização subjetivas e objetivas dos atores envolvidos ou não com a temática do PBF, culturalmente não aceito pela sociedade brasileira “como um dispositivo que oscila do paternalismo ao desestímulo ao trabalho e autonomia familiar”. Para complementar sua pesquisa precisamos acrescentar que também fazem parte da sociedade brasileira visões egocêntricas e contrárias a distribuição de renda, aliados a discursos de que o PBF tem finalidade puramente eleitoreira, que desestimula a busca por emprego e que os pais mantêm os filhos na escola por causa do benefício ou até mesmo, que deveria ser extinto de vez, externando sentimentos discriminatórios acerca da finalidade do PBF.

O trabalho de Oliveira e Brandão (2014), aponta que a sociedade brasileira culturalmente não aceita o PBF como programa de distribuição de renda capaz de contribuir com a escolarização da população pobre, mediante as condicionalidades vinculadas à educação. Os alunos chegam para a escola estigmatizados por sua origem humilde, vistos

como pessoas que não se enquadram nos objetivos gerais da escola, desconsiderando individualidades e o capital cultural<sup>13</sup> dos educandos, contribuindo com uma “desigualdade que tende a se perpetuar”, mesmo quando o Estado insiste na permanência dos alunos na escola, vinculando a transferência de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza à frequência escolar.

Assim, um sistema escolar baseado na cultura dominante tende a excluir o aluno oriundo das camadas populares, pois este não carrega as características desejadas pela própria escola. Isso acaba por excluir esses alunos e desmotivá-los frente ao ambiente escolar, ainda que, na outra via, o próprio Estado esteja estabelecendo incentivos concretos para que sua família invista na permanência escolar (OLIVEIRA; BRANDÃO, 2014, p. 70).

Importante não perdemos a sociabilidade, em detrimento da “violência “simbólica”<sup>14</sup>, uma vez que os beneficiários do PBF possuem vulnerabilidade e privações materiais típicas de pobreza e miséria, que historicamente vem sendo transmitida entre as gerações, revelando a face cruel do Brasil, como um dos países mais desiguais do mundo. “O Brasil é um dos países mais desiguais na distribuição de renda do mundo. Os dados mostram que a renda total dos 50% mais pobres alcança, aproximadamente, apenas 12% da renda total do país. Este valor é menor do que a renda dos 1% mais ricos, os quais detém 14% do total (MEDEIROS, 2005). A redução das desigualdades é, então, a principal alternativa para a melhoria nas condições de vida dos mais pobres” (AMARAL; MONTEIRO, 2013, p. 532).

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

O primeiro capítulo “O PBF na sociedade brasileira: regulamentação e cobertura” trata-se de um breve panorama da regulamentação do PBF na sociedade brasileira, seguido do

---

<sup>13</sup> Definição de capital cultural: Definido pelo conjunto de valores relacionados ao campo da cultura e do conhecimento, socialmente legitimados, os quais os sujeitos e os grupos adquirem ao longo da vida. Para um aprofundamento da definição ler em: OLIVEIRA, Roberta Rezende; BRANDÃO, Augusto Pereira; A perspectiva teórica de Bourdieu: contribuições sobre a condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família- Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v. 19, n. 2, 2014. p. 62. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao>. Acesso em 24 de set. de 2022.

<sup>14</sup> Conceito de violência simbólica. Em cada sociedade, é possível estabelecer os signos percebidos enquanto passíveis de distinção ou vulgaridade dependendo do grupo que os detém. [...] Com isso, podemos apontar que o ponto de referência de cultura, comportamento e práticas em geral que perfazem os grupos dominantes são legitimados socialmente, tecendo conotações tais como: bom tom, bom grado, fino, chique, educado, polido. Em contrapartida, as características que perpassam as frações dos grupos posicionados nos escalões mais baixos do espaço social são rebaixadas e estereotipadas socialmente enquanto negativas: de mau gosto, vulgares, ostentatórias etc. Para um aprofundamento da definição ler em: OLIVEIRA, Roberta Rezende; BRANDÃO, Augusto Pereira; A perspectiva teórica de Bourdieu: contribuições sobre a condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família- Revista de Educação, Ciência e Cultura | Canoas, v. 19 | n. 2 | jul./dez. 2014. p.64. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao>. Acesso em 24 de set. de 2022.

perfil dos beneficiários enquanto existiu o PBF, seu universo de atendimento e a face cruel da insegurança alimentar no cenário político-econômico, com o retorno do Brasil ao mapa da fome.

No segundo capítulo, intitulado “A contextualização do campo da pesquisa: seus indicadores educacionais e de atendimento com PBF”, descrevemos a localização geográfica do município e descrevemos a Escola Municipal Fenelon Medeiros do município de Santo André (PB), para contextualizar o campo da pesquisa.

Apresentamos ações desenvolvidas pelo município para melhoria dos indicadores educacionais da escola *versus* alunos *versus* famílias, tendo como objetivo contribuir para uma escola melhor para a sociedade santoandreense, articulando-se com o PBF. Na sequência, através de tabelas, apresentamos os indicadores educacionais de matrícula, aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série antes e depois da implantação do PBF, onde foi feito um comparativo dos dados do município com o estado da Paraíba e do Brasil. Em outro momento, foi feita uma análise dos resultados da escola nas avaliações externas SAEB/IDEB, mostrando que a longo prazo, foram positivos os resultados educacionais a partir da frequência escolar condicionada ao recebimento de recursos do PBF.

Para finalizar, apresentamos um estudo detalhado do PBF no município em comparação com o estado da Paraíba e o Brasil, sobre número de beneficiários e os valores repassados entre 2007 e 2019, mostrando o crescimento do orçamento para proteção social de todos os entes federados. Em seguida, analisamos o perfil das famílias beneficiárias no município de Santo André (PB), com relação à baixa renda, pobreza e extrema pobreza, onde mostramos resultados do acompanhamento da frequência escolar das crianças, jovens e adolescentes beneficiários com PBF.

No terceiro e último capítulo, “Percepções das famílias beneficiárias do PBF para educação e cidadania” apresentamos o perfil das famílias quanto a profissão, escolaridade, gênero, tempo no programa, quantidade de filhos, quantidade de pessoas na casa e valor recebido do PBF, antes de ser extinto em novembro de 2021, e depois no Programa Auxílio Brasil. No segundo momento, apresentamos os efeitos do PBF para educação e cidadania e verificamos as percepções das famílias beneficiárias quanto a permanência dos filhos na escola e seus percursos na vida escolar e suas relações sobre o ensino ofertado pela escola, questionando se o programa contribuiu na construção de uma escola melhor para os estudantes e para a comunidade.

Foi notório que os recursos do PBF matam mais que a fome para o grupo de vinte famílias que foram pesquisadas, cumprindo o objetivo principal do programa, que é de combater a extrema pobreza, uma vez que, outras despesas são pagas pelas famílias com os recursos do programa, tais como aluguel, água, luz, gás, remédios e pagamento de cursos técnicos para os filhos. Por fim, apresentamos as necessidades que as famílias têm de continuar participando do programa, ao externar gratidão por serem beneficiárias, sem outra solução para ter renda e viver com garantias mínimas que abrem portas em busca da cidadania.

## CAPÍTULO I

### 1. O PBF NA SOCIEDADE BRASILEIRA: REGULAMENTAÇÃO E COBERTURA

A seção 1.1 deste capítulo é intitulada “Programa Bolsa Família e sua regulamentação na sociedade brasileira”, com uma síntese dos instrumentos legais que regulamentaram o programa no Brasil, construindo uma agenda positiva para distribuição de renda, tendo como objetivo principal combater de forma imediata a fome e extrema pobreza. Na seção 1.2 “Perfil dos beneficiários enquanto existiu o PBF”, apresentamos as condicionalidades para acessar o benefício de acordo com a renda *per capita* dos núcleos familiares para configurar o valor a ser recebido por cada família.

Para finalizar, na seção 1.3 “O universo de atendimento do PBF e a insegurança alimentar”, apresentamos a evolução do atendimento do número de famílias antes do PBF ser extinto, agora com o Programa Auxílio Brasil, e reflexões sobre o déficit de brasileiros sem atendimento de transferência de renda, por fim, reflexões sobre o mapa da insegurança alimentar em nosso país.

#### 1.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA REGULAMENTAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O programa foi introduzido na sociedade brasileira com a MP nº 132, de 20 de outubro de 2003, para no ano seguinte converter em Lei o PBF, conforme a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a referida lei, com objetivo de atribuir ao MDS a responsabilidade de coordenação, gestão, operacionalização e fiscalização do programa, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>15</sup>, sendo a agenda principal de seu governo o combate à fome e a desigualdade educacional e socioeconômica.

No seu discurso de posse, durante a sessão solene no Congresso Nacional no dia 01 de janeiro do ano 2003, com palavras focadas na classe menos favorecida, Lula demonstrou a preocupação no enfrentamento da fome e da desigualdade, e que estes seriam pontos importantes na sua agenda política e administrativa de governo.

---

<sup>15</sup> O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva governou o Brasil por dois mandatos (2003 até 2006, e de 2007 até 2011), e foi eleito novamente em 2022, com início de um novo mandato a partir de 2023.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão (BRASIL, 2018, p. 9).

Havia uma grande expectativa para início de um governo de esquerda no Brasil, que representasse a classe trabalhadora e demais estratificações sociais, principalmente através de políticas públicas voltadas para a educação, a saúde e a assistência social, onde o foco fosse a distribuição de renda e o combate à fome para garantir a cidadania.

Não se combate a miséria, a fome e a extrema pobreza atendendo unicamente aos interesses do capital, aumentando o abismo entre forças econômica e trabalhadores, pois entende-se que isso acaba por agravar as desigualdades sociais.

A má distribuição de renda, a concentração do processo de industrialização nas regiões Sul e Sudeste, de um país construído nas bases da monocultura, escravismo, latifúndio, busca pelo poder hegemônico, êxodo rural e política neoliberal dos governos de extrema-direita, podem ser alguns dos fatores preponderantes para o aprofundamento do abismo entre ricos e pobres.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida (BRASIL, 2018, p. 9).

O ex-presidente Lula apresentou esforços de combate à fome, e através de reforma administrativa, cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>16</sup> numa visão republicana de aproximação do governo e participação da sociedade civil, em virtude das necessidades de federalização, coordenação, supervisão e fiscalização dos recursos públicos repassados para a seguridade social através do PBF.

---

<sup>16</sup> O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi criado no ano de 2004 a partir da fusão do Ministério da Assistência Social, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e da Secretaria-Executiva do Bolsa Família (vinculada em sua origem à Presidência da República). Seu objetivo foi o de garantir maior adensamento institucional ao conjunto de políticas e programas para a área social no Brasil. Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010. pg. 33.

O PBF surge como programa de distribuição de renda para ampliar a proteção social às famílias com perfil de pobreza e extrema pobreza cadastradas no CadÚnico<sup>17</sup> que foi fundamental para tornar visível e quantificar, em 2003, os 40% da população brasileira em situação de extrema pobreza e desigualdade socioeconômica, sendo a rede de assistência social fundamental para a busca dessas famílias invisibilizadas pelo Estado.

Houve um esforço e articulação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para realizar o mapeamento e traçar o perfil das famílias em situação de extrema pobreza para ter acesso ao benefício.

Com a articulação entre o MDS e os municípios, o percentual de cadastros válidos no CadÚnico saltou de 31% para 92% entre março de 2005 e outubro de 2006 (Brasil, 2006). Por sua vez, em meados de 2006, o programa atingiu sua meta inicial de atendimento, de cerca de 11 milhões de famílias beneficiárias. (CAMPELLO, NERI, 2013, p. 28).

Em menos de dois anos, o PBF alcançou milhares de famílias, representando avanços significativos no enfrentamento da fome, com a distribuição de renda e fortalecimento da economia dos municípios, principalmente no Nordeste brasileiro. “Nos últimos dez anos, o país vem passando por uma transformação profunda, resultado da reiterada opção democrática dos brasileiros por um projeto que coloca a política social no centro da estratégia de desenvolvimento” (CAMPELLO, NERI, 2013, p. 23).

A sociedade é composta de classes sociais e necessita de ações efetivas do Estado para minimizar as desigualdades locais, regionais e nacionais, especialmente no combate à extrema pobreza, conforme previsto na CF de 1988 em seu Art. 3º, em que um dos objetivos é erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais; além disso, há outro importante objetivo, o de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para as famílias que não apresentam condições de prover o seu sustento, a transferência de renda garantida em lei se faz como uma ação imediata, eficaz para garantir

---

<sup>17</sup>O CadÚnico foi implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em 24 de outubro de 2001, através do Decreto N<sup>o</sup> 9.364 da Presidência da República.

O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Quem deve estar inscrito no Cadastro Único? Devem estar cadastradas as famílias de baixa renda: Que ganham até meio salário-mínimo por pessoa; ou que ganham até 3 salários-mínimos de renda mensal total. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastrounico/Paginas/default.aspx#:~:text=O%20que%20%C3%A9&text=E2%80%8B%20Cadastro%20%C3%A9Anico%20%C3%A9,melhoria%20da%20vida%20dessas%20fam%C3%ADlias>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

direitos fundamentais, como educação, alimentação, dentre outros, na tentativa de minimizar a extrema pobreza.

A unificação de todos os benefícios sociais em um cadastro único das famílias de forma digital, mediante um Número de Identificação Social (NIS), possibilitou eficácia e controle, com um banco de dados sociais de forma digital para mapear o perfil das famílias e gerar o pagamento por meio de cartão magnético na Caixa Econômica Federal.

O NIS teve seus objetivos reorganizados pelo Decreto nº 10.046 de 9 de outubro de 2019 que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados contribuindo para o mapeamento e monitoramento da fome com o desenvolvimento de ações integradas, visando garantias de direitos constitucionais previstos na CF de 1988.

No Brasil, a seguridade social avançou no combate à pobreza, com a lógica de transferir renda para alívio imediato da pobreza e suas condicionalidades na área da educação para, a longo prazo, obter resultados no aumento do capital humano. O PBF foi pensado nessa lógica de fácil operacionalização e garantias de direitos mínimos sociais conforme apresentamos abaixo os objetivos do PBF na visão dos pesquisadores que estudam o tema.

O PBF de acordo com Brandão, Pereira e Dalt (2013), possui três objetivos centrais com garantias mínimas de direitos sociais basilares para uma sociedade menos injusta e mais republicana, que apresentamos de forma sintética na Tabela 3 abaixo:

**Tabela 3** – Resumo dos três objetivos do PBF, conforme o trabalho de Brandão, Pereira e Dalt (2013, p. 218). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Sequência</b>	<b>Descrição dos objetivos primordiais do PBF</b>
Primeiro	Combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários.
Segundo	Concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. O sistema de “condições” tem sido desenhado com o propósito de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.
Terceiro	Programas de políticas complementares e integradas (não compulsórios) objetivam integrar os adultos no mercado de trabalho, de forma a que as famílias possam superar sua situação de vulnerabilidade financeira.

Fonte: elaborada pelo autor, 2023. Dados disponíveis em: BRANDÃO, André; PEREIRA, Rita de Cássia; DALT, Salete Da. Programa Bolsa Família: Percepção no cotidiano da escola. Política & Trabalho, n. 38, 2013.

O PBF ao estabelecer as condicionalidades na educação e saúde faziam um filtro para porta de entrada e permanência no programa, que em sua essência contribuiu de imediato para a superação da pobreza extrema das famílias beneficiárias. Para em seguida garantir acesso a serviços públicos universais com educação e saúde, enquanto várias ações governamentais fossem planejadas como por exemplo a qualificação e articulação com o mercado de trabalho tornando-os mercantilizados para chegarem à porta de saída do programa.

**Tabela 4** – Resumo dos objetivos do PBF conforme Brasil (2004) *apud* Silva (2018, p. 225-226). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Eixos/Sequência</b>	<b>Descrição dos objetivos primordiais do PBF</b>
Complemento da renda I	Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social.
Acesso a direitos/condicionalidades II e III	Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional. Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
Articulação com outras políticas sociais IV e V	Combater a pobreza. Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Fonte: elaborada pelo autor, 2023. Dados disponíveis em: SILVA, Tiago Falcão. Bolsa Família 15 Anos (2003-2018) - CAPÍTULO 9 - PBF, condicionalidades e efeitos sobre educação: Agenda de pesquisa. - Iara Azevedo Vitelli Viana e Flávio Cireno. p. 225-247 - Brasília: Enap, 2018.

Na prática, o PBF proporcionou inegáveis avanços para minimizar as condições de pobreza e melhoria dos indicadores educacionais quando estudado o fenômeno a partir da escola, conforme efeitos apresentados nas melhorias entre 2007 e 2019 nas taxas de aprovação, evasão e distorção idade-série no município de Santo André (PB), na Paraíba e no Brasil, onde será detalhado no capítulo segundo. Com relação ao ciclo intergeracional de pobreza, houve avanços no combate à miséria e à fome, com aumento do capital humano, social e econômico das famílias beneficiárias.

## 1.2 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS ENQUANTO EXISTIU O PBF

Apresentamos a tabela abaixo com o perfil das famílias beneficiárias para receber recursos do PBF, antes de ser extinto em novembro de 2021, com detalhamento dos critérios de enquadramento nas situações de pobreza e extrema pobreza, repasse de recursos para as famílias de acordo com o número de filhos, baseando-se na renda *per capita* por pessoas da família, idade dos filhos (crianças, jovens, adolescente), gestantes e nutrízes, como condições para acessar os benefícios disponíveis no Ministério da Cidadania, detalhados abaixo.

De acordo com o Ministério da Cidadania:

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária<sup>18</sup> (BRASIL, 2021).

O PBF foi estruturado com objetivo de entender e considerar as peculiaridades dos núcleos familiares cadastrados no programa, com relação ao número de pessoas na residência, situação da renda *per capita* dos membros da família e linha temporal, desde a gestação das mulheres potenciais beneficiárias, até a emancipação dos filhos para participação no programa, através da transferência de recursos, visando garantir direitos, principalmente a alimentação, educação e cidadania.

No Quadro 1, será possível entender melhor quem são os beneficiários por valor em real por tempo indeterminado e determinado para participação no PBF.

**Quadro 1** - Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Descrição do benefício</b>	<b>Perfil da família para ter direito ao benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>	<b>Tempo de permanência</b>
Benefício Básico	Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 89)	R\$ 89	Indeterminado
<b>Benefícios Variáveis (até cinco por família):</b>			
1- Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e	R\$ 41	Até completar 15 anos

<sup>18</sup>Composição do núcleo familiar para receber ao programa bolsa família disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

15 anos.	adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.		
2- Benefício Variável Vinculado à Gestante	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.	R\$ 41	9 parcelas
3- Benefício Variável Vinculado à Nutriz	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.	R\$ 41	6 parcelas
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 48 (até dois por família).	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes	R\$ 41	Até completar 18 anos
Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família.	Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89 de renda por pessoa.	Variável	Indeterminado

Fonte: elaborada pelo autor, 2023. Dados do Ministério da Cidadania, publicados em 22/11/2019 12h18, atualizado em 18/02/2021 11h02 – Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Para compreender a importância do PBF para dimensão humana e o quanto ele procurou atender as especificidades da situação de pobreza e extrema pobreza, diante da subjetividade de sua métrica, foi necessário considerar várias dimensões de renda *per capita* por cada membro das famílias beneficiárias, levando em conta as etapas cronológicas da idade dos filhos, desde a gravidez até a emancipação de crianças na composição dos núcleos familiares.

Considera-se como uma das lacunas que o projeto de governabilidade da esquerda deixou de implementar, foi a de uma agenda permanente para formação política e social de implementação, funcionabilidade e monitoramento dos programas de transferência de renda para minimizar a pobreza de nosso país, mesmo Lula sendo o presidente que desde a colonização mais fez inclusão social.

Para fazer um comparativo podemos recorrer aos estudos do Humanista:

Presidentes que mais criaram programas sociais no período pós-Ditadura Militar: 1º Luiz Inácio Lula da Silva 11 programas (Bolsa Atleta, Água Para Todos, Bolsa Família, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Estiagem, Programa Brasil Alfabetizado, Minha Casa Minha Vida, PROUNI, ProJovem, Tarifa Social de Energia Elétrica, Brasil Sorridente); 2º Dilma Rousseff com 8 programas (Bolsa Verde, Brasil Carinhoso, Luz Para Todos, Mais Médicos, Pronatec, SISU, programa de fomento às atividades produtivas rurais, Programa Cisternas, 3º Fernando Henrique Cardoso com 6 programas (Bolsa Escola, Luz no Campo, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Pronaf, Fies)<sup>19</sup>.

Todos estes programas sociais tinham claros objetivos de distribuir renda e combater a extrema pobreza de forma imediata, com a transferência de renda direta ou indireta para as famílias nos mais variados campos da vida humana. O PBF relacionava-se com outros programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Universidade Para Todos (Prouni), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Seguro Defeso e outros, para emancipar as famílias na perspectiva de saírem do programa mediante acesso a direitos previstos na CF de 1988, com relação a seguridade social, acesso às políticas públicas universais de educação e saúde.

O Quadro 1 apresenta o enquadramento das famílias consideradas extremamente pobres com renda *per capita* de R\$ 89 por membro da família, o chamado benefício básico. Por exemplo, se a família for extremamente pobre, tiver 5 filhos (quatro de 0 a 15 anos e 1 entre 16 e 17 anos) e a mãe estiver grávida, ela receberia: benefício básico + benefício variável vinculado a criança (0 a 15 anos) + benefício variável vinculado a criança (16 a 17 anos) + benefício variável gestante, ela teria direito a R\$ 89 + R\$ 164 + R\$ 41 + R\$ 41 = R\$ 335.

Essa composição calculava o valor a ser recebido de acordo com o benefício básico e somavam-se todos os possíveis benefícios variáveis. Se mesmo assim a família não garantisse a renda *per capita* mínima de R\$ 89 por membro do núcleo familiar, teria direito a outro complemento, o benefício para superação da extrema pobreza, a fim de garantir que os valores repassados ultrapassassem o valor de R\$ 89 para cada membro da família.

Existiam critérios mínimos, ou seja, uma linha de corte, onde nenhuma família poderia ficar abaixo para atendimento com renda, sendo dois patamares importantes de beneficiários a

<sup>19</sup> Dados do Humanista – UFRGS -O portal Humanista é o jornal laboratorial produzido por estudantes do curso de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). Tem como propósito iluminar temas, acontecimentos e conflitos contemporâneos à luz dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/09/27/lula-e-o-presidente-que-mais-fez-inclusao-social-no-brasil-diz-propaganda-do-pt/>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

serem respeitados. Os extremamente pobres que viviam com até R\$ 89 *per capita* ou os beneficiários em situação de pobreza que autodeclararam uma renda de R\$178 *per capita* separando por *status* quem deveria receber o benefício mensal. Mesmo já estando abaixo dos custos suficientes para compra de alimentos básicos nesse formato, o PBF contribuiu significativamente para combater de forma urgente a fome, a pobreza e a extrema pobreza, conforme demonstrado nos resultados da pesquisa de campo que será apresentada no terceiro capítulo.

É importante destacar que as famílias que estão com *status* de extremamente pobres, para garantir renda não inferior *per capita* de R\$ 89, estariam asseguradas a ter o benefício por tempo indeterminado, a fim de terem segurança alimentar e acesso a outras políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Em síntese, mesmo que os benefícios dos filhos estejam vinculados a cronologia da idade, enquanto os filhos não chegassem a emancipação do núcleo familiar, continuavam recebendo benefício para superação da extrema pobreza do PBF, para suprir suas necessidades básica com alimentação e fugir, mesmo que momentaneamente, da miséria extrema.

### 1.3 O UNIVERSO DE ATENDIMENTO DO PBF E A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Antes de analisar o valor recebido atualmente no Programa Auxílio Brasil, é importante relembrar que 75% dos beneficiários recebiam, antes da extinção do PBF, entre R\$ 200 e R\$ 300, conforme dados analisados durante a pesquisa de campo que serão apresentados no capítulo terceiro.

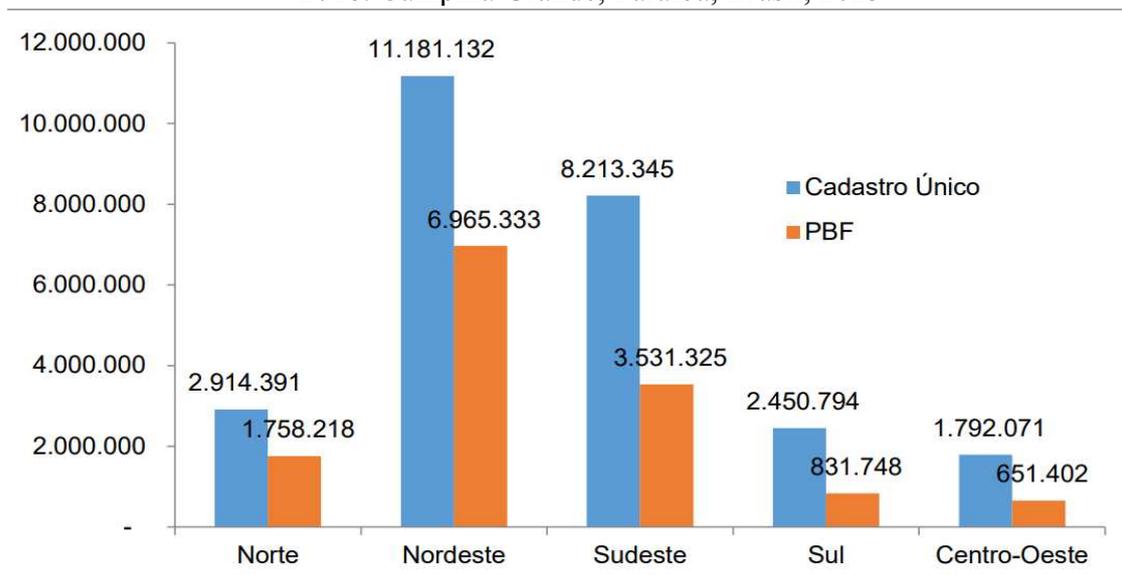
Quando consideramos a inflação<sup>20</sup> do ano 2020, que foi de 4,52%, e no ano 2021 de 10,06%, a pior desde o ano 2015, ao aplicarmos essa desvalorização para o valor pago com Auxílio Brasil de R\$ 400, menos a inflação acumulada anos 2020 e 2021, que foi de 14,50%, chegamos ao valor de R\$ 341,68, mostrando que houve pouco avanço no poder de compra e no valor do benefício, criando a falsa sensação que está melhor agora após a extinção do PBF. Ou seja, mudamos para permanecer pior com a corrosão do sistema de proteção social, ao oferecer benefícios de valor muito baixo para suprir as necessidades básicas das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

---

<sup>20</sup> IPCA – A métrica da inflação. A inflação para o ano 2021 fecha com a pior alta desde o ano 2015. Disponível em: <https://exame.com/economia/inflacao-ipca-dezembro-2021/>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

Abaixo apresentamos um panorama do número de famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiários no ano de 2018 por regiões do Brasil, para em seguida, confrontar após a extinção do PBF no novo cenário de atendimento com o Auxílio Brasil.

**Gráfico 1** - Número de famílias no CadÚnico e beneficiários do PBF por regiões no ano de 2018. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Decau/Senarc/MDS. Cadastro extraído em 18/08/2018. Folha de Pagamento PBF de setembro/2018. Disponível em: SILVA, Tiago Falcão. Bolsa Família 15 Anos (2003-2018). Brasília: Enap, 2018. p.138.

O Gráfico 1 apresenta que em setembro de 2018, o Brasil tinha cadastrado no CadÚnico aproximadamente 27 milhões de famílias e atendendo com o PBF cerca de 13,7 milhões, apresentando na época, uma demanda reprimida de 13,3 milhões de famílias sem renda e sem acesso ao benefício, em situação de pobreza ou extrema pobreza conforme o perfil dos núcleos familiares.

Importante destacar que o maior número de famílias cadastradas no CadÚnico e atendimento com PBF encontram-se na região Nordeste, com 6,96 milhões de beneficiários, porém, ainda apresentava um déficit de aproximadamente 4,2 milhões de famílias que aguardavam participar do programa para ter acesso a renda, sinalizando o mapa da fome no Brasil. Em segundo temos o Sudeste atendendo com 3,53 milhões de famílias beneficiárias, apresentando 4,7 milhões de famílias na lista de espera de acesso ao benefício, significando que, juntos, Nordeste e Sudeste representavam aproximadamente 9 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza aguardando a porta de entrada no PBF ano 2018.

Para o ano 2022 já com o Auxílio Brasil temos que: “Já em janeiro, o número de famílias beneficiadas **passou de 14,5 milhões para 17,5 milhões**. Em fevereiro, houve a

inclusão de **556 mil famílias no Auxílio Brasil, chegando a 18,05 milhões**. No entanto, o ideal seria que o número fosse de 19,1 milhões, ou seja, a **demanda reprimida chega a 1,05 milhão de famílias**. Com isso, o número de famílias que deveriam estar no programa se iguala ao de **julho de 2021**<sup>21</sup> (grifo nosso).

Uma contribuição importante sobre a extinção do PBF está no trabalho de Sordi (2022):

O Auxílio Brasil não tem nenhuma relação ou similaridade com o Bolsa Família. Não é um “novo Bolsa Família” e nem sinaliza a intenção de ser um programa de longo prazo. É um programa tampão para os efeitos do desmanche da rede de proteção social brasileira e, conseqüentemente, dos instrumentos de gestão social que caracterizam nossa democracia. É um retrocesso em todos os sentidos<sup>22</sup>.

Em outra contribuição, Sordi (2022) relata que “Auxílio Brasil de Bolsonaro é melhor para bancos que para famílias pobres”<sup>23</sup>. Para completar a destruição do PBF, através da MP nº 1.106 de 17 de março de 2022<sup>24</sup> o Governo Federal autorizou empréstimo consignado de até 40% do valor do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), demonstrando que o governo faz abertura para os bancos acessarem estes recursos na modalidade de empréstimos consignados, ocasionando de forma indireta a ampliação da fome e miséria, mediante a exploração e endividamento dos beneficiários, ao vincular recursos da seguridade social para exploração do capital financeiro.

Os fatos sinalizam para uma manobra eleitoreira do Presidente Jair Bolsonaro, para enfatizar uma mudança que na prática pune os beneficiários e não beneficiários em situação de vulnerabilidade social, ao desconsiderar a participação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), CREAS e CadÚnico nas mudanças e composição dos núcleos familiares para pagar os benefícios.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/03/auxilio-brasil-mais-de-1-milhao-de-familias-estavam-na-fila-de-espera-em-fevereiro.ghtml>. Acesso em: 06 de maio de 2022. Para um aprofundamento sobre a demanda reprimida do PBF até o auxílio Brasil.

<sup>22</sup> Retorno da fome ao Brasil é um monumento erguido com a ruína das políticas públicas. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/616266-retorno-da-fome-ao-brasil-e-um-monumento-erguido-com-a-ruina-das-politicas-publicas-entrevista-especial-com-denise-de-sordi>. Acesso em 08 de maio de 2022.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/auxilio-brasil-de-bolsonaro-e-melhor-para-bancos-que-para-familias-pobres.shtml>. Acesso em: 03 de junho de 2022.

<sup>24</sup> Art. 6º-B Os beneficiários de programas federais de transferência de renda poderão autorizar a União a proceder aos descontos em seu benefício, de forma irrevogável e irretroatável, em favor de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para fins de amortização de valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos e financiamentos, **até o limite de quarenta por cento do valor do benefício**, na forma estabelecida em regulamento. (Grifo nosso) Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.106-de-17-de-marco-de-2022-386717840>. Acesso em: 03 de junho de 2022.

Com o valor pago no Auxílio Brasil, o governo lança uma propaganda institucional do programa, apresentando-o como capaz de proporcionar redenção, inovação e “Auxílio que resgata a autoestima”, onde, na verdade, entrega às famílias para os vampiros do capitalismo obterem lucros exorbitantes com o endividamento, agravando o cenário da destruição do sistema de proteção social.

**Figura 3** – Propaganda do Auxílio Brasil fixada em parede de casa da favela Heliópolis, em São Paulo. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Propaganda do Auxílio Brasil fixada em parede de casa da favela Heliópolis, em São Paulo – Nelson Almeida – 21.dez.2021/AFP. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/auxilio-brasil-de-bolsonaro-e-melhor-para-bancos-que-para-familias-pobres.shtml>. Acesso em: 03 de junho de 2022.

Consideremos que uma família utilize a margem de 40% para empréstimo consignado do valor do benefício de R\$ 400, sobraria R\$ 240. Quando aplicada a inflação acumulada nos anos 2020 e 2021, restaria apenas R\$ 205,20 para o poder de compra real, sendo impossível minimizar a fome de famílias numerosas diante do cenário de inflação dos alimentos entre os anos de 2020 e 2022, devido aos sucessivos aumentos de itens que impulsionam a inflação como combustíveis, gás e energia elétrica.

Ao fazer empréstimos consignados, os bancos têm lucros exorbitantes ao aplicar as abusivas taxas de juros, ocasionando o profundo endividamento das famílias, uma catástrofe na seguridade social sem precedentes na história da República. Estado e capital contribuindo para exploração dos mais pobres e desvalidos do país em situação de risco social.

Importante destacar o novo *status* para classificar as famílias como extremamente pobres ou pobres no Auxílio Brasil de acordo com o Ministério da Cidadania.

As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105 (cento e cinco reais), e as em situação de pobreza com renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210 (cento e cinco reais e um centavo e duzentos e dez reais)<sup>25</sup>.

Desta forma, fica comprovado o aumento irrisório na composição da linha de corte para separar os potenciais beneficiários na migração do PBF para Auxílio Brasil. As famílias em situação de extrema pobreza obtiveram aumento de R\$ 16, enquanto para as famílias em situação de pobreza tiveram um aumento de R\$ 32. Além desse fato, no grupo estudado houve a nivelção de todas as famílias para receber um valor único, desconsiderando as especificidades e carências da composição de cada família, que apresentamos no terceiro capítulo deste estudo.

Conforme demonstrado acima, os problemas com a proteção social no Brasil estão longe de ter uma agenda positiva para sociedade brasileira, principalmente com pagamento de benefícios com valores insuficientes para garantir o combate à fome, tencionando o Brasil a refletir sobre outro formato de transferência de renda como o já proposto renda mínima/básica universal<sup>26</sup>, capaz de ampliar a cobertura para aproximadamente 33 milhões de brasileiros (15,5% da população), que vivem com insegurança alimentar grave de acordo com os resultados da pesquisa divulgada em junho de 2022<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#quem-direito>. Acesso em: 17 de junho de 2022.

<sup>26</sup> Renda básica universal (RBU): Para os mais críticos, trata-se apenas de uma ficção, irrealizável, quase sempre transformada em um espantalho; para os defensores mais engajados, um ideal a ser perseguido e, mesmo, implementado. De toda sorte, é necessário compreendê-la. A literatura especializada no assunto é multidisciplinar, envolvendo os campos da filosofia, economia, ciência política, sociologia e outras áreas relacionadas. E essa multiplicidade de olhares multiplica também as controvérsias. Autores de espectros políticos radicalmente diferentes – como Thomas Paine (1797), Milton Friedman (1968) e Martin Luther King Jr. (2010) – apresentaram propostas próprias que são vistas como precursoras ou relacionadas à noção de renda básica universal. Na discussão acadêmica contemporânea, a ideia está bastante associada aos trabalhos do filósofo político belga Philippe Van Parijs (1995; Van Parijs, Vanderborght, 2017, entre outros). Apresentamos as características comuns das diferentes propostas normativas de renda básica e as razões morais, tal como elencadas por seus defensores, que fundamentariam sua adoção em um Estado justo. (LUCCA-SILVEIRA; BARBOSA, 2021, p.68).

<sup>27</sup> Número de brasileiros com fome dispara e atinge 33,1 milhões, diz pesquisa...-Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

**Figura 4** - Mapa da insegurança alimentar grave no Brasil. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

O nível de insegurança alimentar é dividido em quatro graus:

**Segurança alimentar:** alcança hoje 41,3% dos brasileiros. É quando a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. **Insegurança alimentar leve:** atinge 28% dos brasileiros. É quando a família tem preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, com qualidade inadequada resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos. **Insegurança alimentar moderada:** atinge 15,2% dos brasileiros. É quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos. **Insegurança alimentar grave:** atinge 15,5% dos brasileiros. É quando há redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos<sup>28</sup>. (grifo nosso).

A Figura 4 mostra a região Nordeste com 12,12 milhões de famílias em situação de insegurança alimentar. Ao compararmos com o total de famílias no CadÚnico do ano de 2018, conforme o Gráfico 1, tínhamos 11,18 milhões de famílias cadastradas e atendimento

<sup>28</sup> Definição dos níveis de insegurança alimentar de acordo com EBIA- Escola Brasileira de Insegurança Alimentar também usada pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

de 4,2 milhões de famílias com acesso ao PBF, mostrando que o déficit na cobertura aumentou nessa região, onde por séculos convive com a triste realidade da insegurança alimentar, miséria e fome. No comparativo entre os anos 2018 e 2022 houve um aumento de 43% no número de famílias em situação de insegurança alimentar sem acesso ao PBF.

Na região Sudeste temos 11,74 milhões de pessoas na mesma situação, mostrando que os grandes centros urbanos estão socialmente cercados pela fome. Ao juntar os dados das regiões Nordeste e Sudeste temos o total de 23,86 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar. Quando comparado com o ano de 2018, observa-se um aumento na região Sudeste de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, igualando-se a região Nordeste neste novo cenário da fome. Quando olhamos para o Brasil, de acordo com o mapa da fome, totaliza-se um total de 33,875 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar, representando 15,7 % da população brasileira<sup>29</sup>, contraditório para um país que exporta alimentos para diversos países do mundo.

Vergonhoso para o Brasil ter uma população que se equipara a muitos países da América Latina, em situação de pobreza, miséria e fome justamente onde temos o maior potencial de água doce e o maior exportador de proteína animal do planeta. O país sofre um descaso de anos praticado pela condução da política econômica, falência das políticas públicas através e constantes cortes no orçamento da União para proteção social, atrelado a isso, o lançamento de um novo programa sem dialogar com a sociedade e com finalidade eleitoreira como o Auxílio Brasil, quando o PBF necessitava de uma reestruturação e ampliação da cobertura.

Mesmo incluindo cerca de 3 milhões de famílias no programa Auxílio Brasil, o máximo que o Governo Federal conseguiu foi retroceder ao mesmo número de famílias beneficiárias que deveriam estar no programa em julho de 2021, mostrando além da corrosão do sistema de proteção social, retrocessos na distribuição de renda de um dos países mais desiguais do mundo, com orçamento para seguridade social incluído nas despesas discricionárias do governo, que a partir do ano de 2015 com o ajuste fiscal e a lei do teto de gastos, sofre cortes orçamentários por não se tratar de um fundo constitucional com limites fixos de investimentos como educação e saúde.

---

<sup>29</sup> Estimativa em tempo real da população brasileira 2015. 016.446,00 Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box\\_popclock.php](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php). Acesso em 24 de agosto de 2022.

### 1.3.1 Brasil retorna ao mapa da fome

Enquanto o PBF esteve vinculado às condicionalidades nas áreas de educação e saúde, foi importante para uma parcela da sociedade brasileira em situação de risco social. Diferente da realidade atual, com a corrosão do sistema de proteção social e do PBF a partir do Auxílio Brasil, quando as famílias migraram para o novo programa sem distinção da situação socioeconômica onde respeita-se a renda *per capita* do núcleo familiar, desconsidera-se o contexto e os riscos sociais em diversas etapas da vida humana, sem critérios bem definidos para manutenção e acesso ao programa.

Para colaborar com nossa análise podemos recorrer ao resumo sobre o alcance do PBF, indo além do objetivo principal de combater a pobreza, quando garante um conjunto de direitos fundamentais para acesso a cidadania:

Ao longo dos anos, devido ao seu desenho adequado e à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão nas políticas públicas de educação e saúde, reduziu a insegurança alimentar, e fortaleceu a trajetória escolar e a saúde de crianças e adolescentes, aumentando o compromisso destas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira. Com o Bolsa Família, o Brasil pôde, enfim, recusar a histórica banalização e naturalização da pobreza e da fome e afirmar um novo patamar de garantias sociais, que exigem o reconhecimento e o progressivo alargamento de padrões mínimos de bem-estar a todos os cidadãos. Nessa jornada, o Brasil aprendeu que o desenvolvimento social é fruto de uma ação deliberada e determinada do Estado, em suas três esferas, no enfrentamento à pobreza e à desigualdade, garantindo o acesso a serviços de qualidade que ajudem a materializar direitos sociais e a aproveitar oportunidades, permitindo a cada família a construção de uma trajetória de autonomia e cidadania. (CAMPELO; NERI, 2013, p. 19-23).

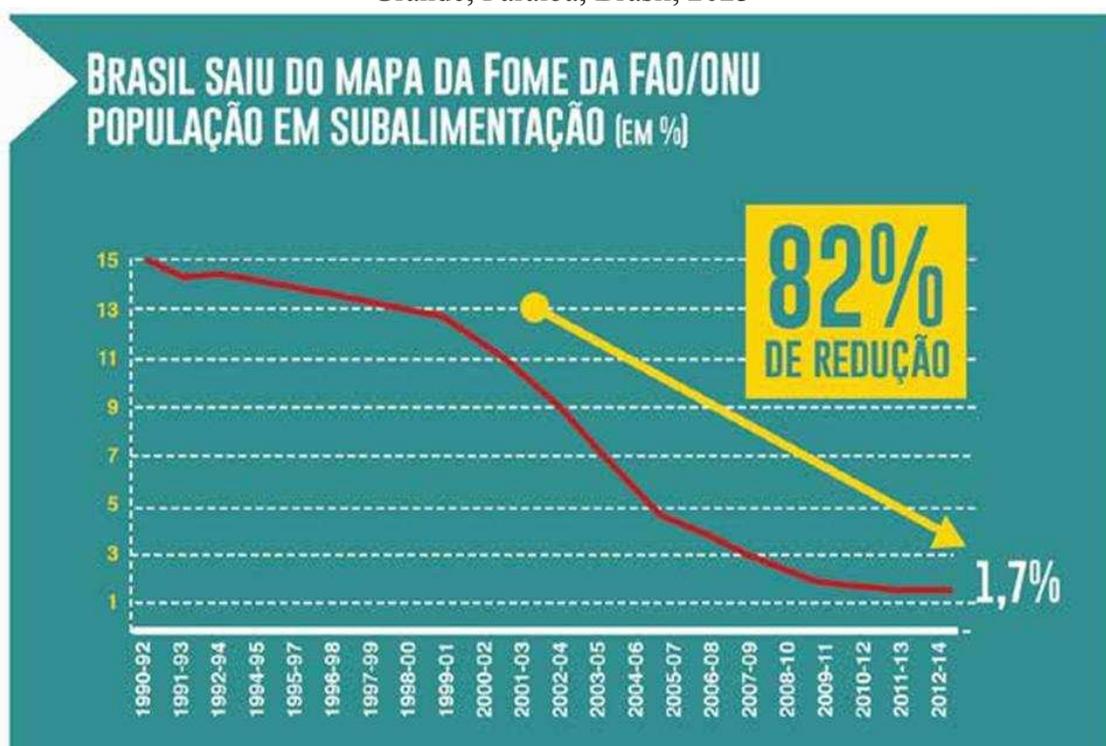
O PBF fazia parte do Fome Zero<sup>30</sup> para socorrer os brasileiros que viviam em situação de extrema pobreza, tornando-se uma referência internacional, considerado o maior programa de transferência de renda do mundo. Os dados da pesquisa no contexto da Escola Municipal Felton Medeiros e outras pesquisas, têm demonstrado o socorro imediato em várias facetas das calamidades da vida humana dos beneficiários, seja financeira, educacional, material, psicológicas ou de natureza cidadã, quando garante a porta de entrada e acesso a serviços públicos.

---

<sup>30</sup> Programa Fome Zero - desenvolvido pelo economista e agrônomo José Graziano da Silva, então Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e Diretor-Geral da FAO entre 2011-2019 - é considerado um dos modelos de programas mais bem-sucedidos mundialmente no combate à fome e na redução da pobreza. O programa e suas principais características têm sido replicados e adaptados por países que buscam traçar caminhos similares. Descrição do Programa Fome Zero de acordo com: Graziano da Silva, J. (Coord.). Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global. Roma. FAO 2019.

Dentre tantos conflitos na sociedade brasileira, o PBF se consolidou como capaz de tirar o Brasil do mapa da fome de acordo com a metodologia para aferição dos índices de pobreza realizados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização das Nações Unidas (ONU), alcançando reconhecimento internacional. O Gráfico 2 apresenta o declínio gigantesco da fome no Brasil entre 1990 e 2014.

**Gráfico 2** – O Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas no ano de 2014. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Revista: O partido que mudou o Brasil: A verdade sobre os governos do PT ano 2019: Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2021/11/revista.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

Importante destacar que, ao analisar o Gráfico 2, entre 2001 e 2014 no Brasil, no período em que houveram transferências de renda do Bolsa Escola, Auxílio Alimentação, Vale Gás e PBF houve redução de 82% na extrema pobreza, onde em termos percentuais diminuiu de 15% para 1,7% entre os extremamente pobres do Brasil.

No cenário atual, em 2022, após a extinção do PBF, a junção da péssima condução da pandemia de *coronavirus disease 2019* (covid-19) e profunda crise política e econômica que provocou a inflação no país, permitiu a corrosão das políticas sociais e programas de transferência de renda, fazendo com que a fome voltasse a ser uma realidade no Brasil, assim como, foi impulsionada por outros fatores descritos abaixo:

Em 2015 parece haver a sinalização de que esse ciclo se interrompe e, em 2016, com os dados recém-divulgados pela PNAD contínua, assiste-se a um agudo empobrecimento de parte da população, retrocedendo a patamares que tinham sido superados. É muito preocupante que, no que diz respeito à extrema pobreza, o Brasil voltou, em apenas dois anos, ao número de pessoas registradas dez anos antes, em 2006. Entre 2014 e 2016 o aumento desse contingente foi de 93%, passando de 5,1 milhões para 10 milhões de pessoas. Em relação aos pobres, o patamar de 2016 – 21 milhões – é o equivalente ao de oito anos antes, em 2008, e cerca de 53% acima do menor nível alcançado no país, de 14 milhões, em 2014. Entre tantas consequências, o espectro da fome, que havia sido superado nesse período, como constatou a FAO, pode estar voltando com maior rapidez do que se possa imaginar.<sup>31</sup>

Hoje eu vejo com muita tristeza que o Brasil está no caminho de voltar ao Mapa da Fome por exatamente deixar de cumprir os elementos principais de uma política de segurança alimentar. O governo Bolsonaro tem continuado o desmonte, de forma mais explícita, iniciado no governo Temer, de não priorizar as políticas de segurança alimentar, isso inclui a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), isso inclui a redução dos recursos para compras da agricultura familiar, inclui também a redução da política de alimentação escolar que vinha se ampliando nos últimos anos.<sup>32</sup>

Kiko Afonso, da Ação da Cidadania, diz que houve uma mudança de foco na política de alimentos no país no governo Jair Bolsonaro (PL), que afetou a produção de alimentos, e regulação de estoques públicos. "Houve uma ação para privilegiar o agronegócio exportador em detrimento da agricultura familiar. Todas as políticas públicas foram melhores para o agronegócio, com menos apoio e redução na produção dos alimentos. Só o feijão, nos últimos anos, perdeu 70% de sua área".<sup>33</sup>

Com a crise não apenas econômica, mas também política, a esperança de sustentabilidade para combater a extrema pobreza no Brasil, acaba com a agenda política e administrativa do projeto ultraconservador da direita com Michel Temer<sup>34</sup> e Bolsonaro<sup>35</sup>, com a efetivação das reformas trabalhista e previdenciária, lei do teto de gastos, cortes no orçamento para seguridade social, congelamento da política de valorização do salário mínimo, protagonismo do agronegócio, inflação e desemprego em alta e etc. Esses fatores impulsionaram o enfraquecimento do sistema de proteção social, pois antes existia a garantia de segurança alimentar para as pessoas mais pobres do Brasil, através do PBF e de outros

---

<sup>31</sup> Fonte: UFJF – Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2018/04/02/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/>. Acesso em: 15 de março de 2023.

<sup>32</sup> Fonte: Brasil de Fato entrevista de Jose Graziano Ex-Diretor das Nações Unidas para alimentação e agricultura (FAO). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/bolsonaro-deixou-pais-vulneravel-a-fome-na-pandemia-preco-sera-alto-diz-graziano>. Acesso em: 15 de março de 2023.

<sup>33</sup> Fonte: Número de brasileiros com fome dispara e atinge 33,1 milhões, diz pesquisa. Ler mais em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm>. Acesso em 17 de março de 2023.

<sup>34</sup> O vice-presidente Michel Temer após o impeachment de Dilma Rousseff, que estava no seu segundo mandato de 1 de janeiro de 2015 até 31 de agosto 2016, tomou posse como Presidente do Brasil para um mandato de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

<sup>35</sup> Jair Bosonaro – Governou o Brasil de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

programas de transferência de renda, que foram capazes de relacionar-se com as políticas públicas universais, permitindo o acesso a direitos que impulsionam o acesso a cidadania.

Na atualidade, observa-se nas ruas das cidades brasileiras muitos pedintes, e trabalhadores na informalidade para tentar garantir a alimentação e suas necessidades básicas. Durante a realização da presente pesquisa, alguns entrevistados veem a renda advinda do Auxílio Brasil como um privilégio, onde relatam que observam pessoas em situações piores, que não dispõem de nenhum tipo de renda que garanta o mínimo de alimentação para sua família.

#### **1.4 SÍNTESE**

Neste capítulo foi feita uma breve retrospectiva da regulamentação do PBF na sociedade brasileira como programa de transferência de renda, cumprindo seu objetivo principal, de distribuir renda imediata às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, num dos países mais desiguais do mundo como o Brasil, para minimizar os efeitos da fome.

Foi abordado o perfil das famílias para acessar a distribuição de renda do PBF, considerando os dados no CadÚnico para definição dos valores dos benefícios, respeitando as particularidades, iniciando-se na gestação até a emancipação dos filhos(as) nos núcleos das famílias beneficiárias, com aporte maior de recursos para as famílias em situação de extrema pobreza e com maior número de filhos e pessoas no núcleo familiar.

Apresentamos o universo de atendimento com PBF, num comparativo do valor médio onde 75% dos beneficiários recebiam antes da extinção entre R\$ 200 e R\$ 300 (que será detalhado no capítulo terceiro) e que mesmo com o novo Programa Auxílio Brasil, ao considerarmos a inflação durante os anos 2020 e 2021, chegamos ao valor de R\$ 341,68 do poder de compra, apontando que houve pouco avanço no valor do benefício, criando a falsa sensação de melhora na renda das famílias após a extinção do PBF.

Em fevereiro de 2022, já com o Programa Auxílio Brasil, o país registra o número de 18,05 milhões de famílias beneficiárias atendidas, mas o número de famílias que deveriam estar no programa se iguala ao de julho de 2021. Apresentamos no mapa da insegurança alimentar com 33 milhões de brasileiros, cerca de 15,5% da população, vivem em situação de insegurança alimentar, com redução ou falta de alimentos para suprir as necessidades nutricionais suficientes para um ser humano ter alimentação adequada.

Para finalizar, apresentamos o gráfico onde o Brasil, entre 2001 e 2014, saiu do mapa da fome, mas no ano de 2018 o país voltou ao mapa da fome, regredindo nos índices de pobreza e extrema pobreza aos níveis de 2003. Portanto, afirma-se que a Lei do teto de gastos, junto das reformas trabalhistas e previdenciárias contribuíram de forma significativa para construção de um país com desemprego em alta, inflação e fome.

## CAPÍTULO II

### 2. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA: SEUS INDICADORES EDUCACIONAIS E DE ATENDIMENTO COM PBF

Neste capítulo apresentamos um panorama do município da pesquisa e da única escola municipal que acolhe todos os alunos, da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, concentrando todos os beneficiários do PBF no referido educandário. A seção 2.1 contempla a localização geográfica do campo de pesquisa e a descrição da Escola Municipal Fenelon Medeiros, situada no município de Santo André (PB). Em seguida, abordamos na seção 2.2 o histórico dos indicadores educacionais antes e depois do PBF, onde apresentamos estudo dos indicadores educacionais com matrícula, aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série antes e após da implantação do PBF. Para mostrar a evolução no acesso e permanência na escola a partir do programa com a condicionalidade de frequência escolar obrigatória para manutenção do benefício.

Na seção 2.3 foi realizada uma apresentação do desempenho da Escola Municipal Fenelon Medeiros nas avaliações externas SAEB/IDEB. De acordo com o estudo de Santos (2019) são considerados para o cálculo do IDEB os índices educacionais de distorção idade-série, evasão, aprovação, reprovação, nota da Prova Brasil para as disciplinas de português e matemática e os Indicadores de Nível Socioeconômico (Inse) de cada escola/cidade.

Apesar da literatura científica não mostrar uma relação de causa e efeito das condicionalidades de frequência escolar a partir da implantação do PBF sobre a qualidade da educação diante da subjetividade e complexidade de cada contexto, quando olhamos para o aluno e/ou para a escola temos possibilidades distintas de análise.

Podemos concordar com o estudo de Martins (2019), onde afirma que houve efeitos diretos do PBF para melhoria dos índices educacionais, contribuindo assim para melhoria no SAEB/IDEB das escolas e dos municípios brasileiros. No campo de pesquisa deste estudo, foi observado avanço crescente nos anos iniciais do ensino fundamental (5º ano). Nos anos finais (9º ano) existem grandes dificuldades para manter os jovens e adolescentes com desempenho satisfatório e para cumprir as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o IDEB. Para se obter um panorama do SAEB/IDEB apresentamos dados relacionados ao município, estado e união, expondo que ainda existem regularidades e distorções entre os entes federados e o Brasil.

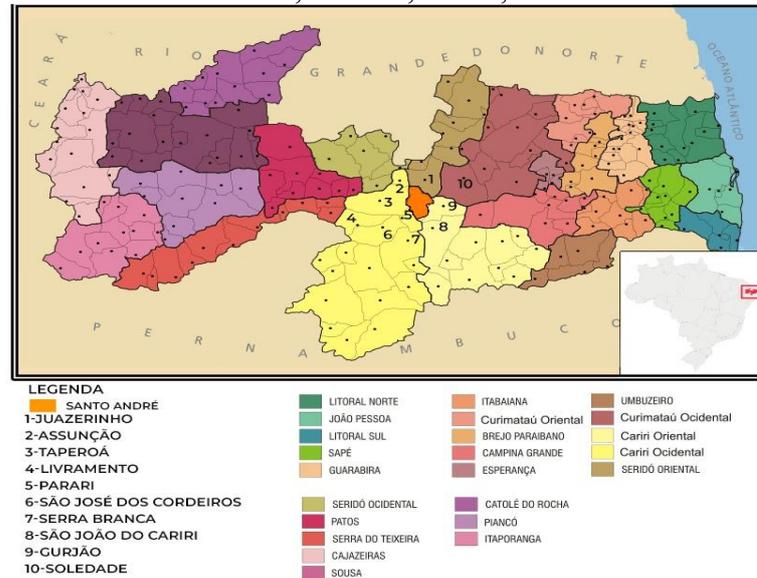
Para finalizar o capítulo, na seção 2.4 apresentamos um estudo detalhado do município pesquisado em comparação com o estado da Paraíba e com o Brasil sobre número de beneficiários, valores repassados com crescimento entre 2007 e 2019, representando 191% no valor total repassado ao município, mostrando o crescimento do orçamento para o PBF, seguido de um estudo do perfil das famílias com relação a pobreza, extrema pobreza e domicílio.

Para finalizar, elencamos resultados do acompanhamento da frequência escolar de crianças, jovens e adolescentes do município como excelente alternativa para garantir acesso e permanência dos beneficiários na escola, contribuindo de forma significativa e a longo prazo para melhoria nos índices educacionais.

## 2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAMPO DA PESQUISA E DESCRIÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL FENELON MEDEIROS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (PB)

Esta dissertação pretende dar uma contribuição sobre o PBF a partir de uma pesquisa empírica com as famílias beneficiárias que possuem crianças e/ou adolescentes matriculados na Escola Municipal Fenelon Medeiros, único educandário no sistema municipal de educação do município de Santo André, no Cariri Paraibano. Os elementos a seguir apresentam a localização geográfica e descrição do município cenário da pesquisa.

**Figura 5 -** Localização geográfica e limítrofe do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

**Figura 6 –** Vista superior da zona urbana do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: foto registrada a pedido do autor por Adriano Dario, assessor de comunicação da Prefeitura de Santo André (PB), em 09 set. 2021.

O município de Santo André (PB) possui extensão territorial de 197,791 km<sup>2</sup> e população estimada de 2.509 habitantes, segundo a estimativa do censo do ano de 2020. Na área educacional possuía 392 matrículas no ensino fundamental e taxa de escolarização de

99,1% na faixa etária de 6 a 14 anos (2010). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM)<sup>36</sup> é de 0,600, considerado médio de acordo com (IBGE, 2021).

A história do município de Santo André (PB)<sup>37</sup> tem seus primórdios no século XVII, em 1669, com a doação de terras para colonização. Era, então, parte do município de São João do Cariri (PB). Pela Lei Estadual nº 2.747 de 02 de janeiro de 1962, o distrito de Santo André passou a pertencer ao novo município de Gurjão (PB). Sua elevação à categoria de município com a denominação de Santo André ocorreu no dia 29 de abril de 1994, pela Lei Estadual nº 5.906, desmembrando-se de Gurjão e tendo sua instalação política e administrativa enquanto ente federado ocorrido no dia 01 de janeiro de 1997.

Após esta breve apresentação da cidade, foi realizada uma contextualização da escola pesquisada e das ações a nível local para melhoria dos indicadores educacionais. Ações a nível local foram realizadas no sistema educacional com as contribuições da nova LDB/96, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da CF de 88, com a implantação do PBF, construção dos planos nacionais, estaduais e municipais de educação e com a criação do conselho tutelar. O acompanhamento das práticas educacionais pelo município de Santo André (PB), impulsionou um olhar diferenciado sobre a importância da reestruturação física, pedagógica e dos conceitos de universalização da educação como direito público universal, garantindo acesso e permanência dos alunos na escola para obter resultados nos índices educacionais e aumento do capital humano.

Abaixo, apresentamos fotos da Escola Municipal Fenelon Medeiros do município de Santo André (PB), para melhor contextualizar nosso campo de estudo.

---

<sup>36</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio. 2008. Ano 5. Edição 39-25/01/2008. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 30 de jul. de 2021.

<sup>37</sup> Resumo da história do município de Santo André (PB), disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santo-andre/historico>. Acesso em: 17 de nov.2021.

**Figura 7** - Vista frontal e superior da Escola Municipal Fenelon Medeiros – Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: foto registrada a pedido do autor por Adriano Dario, assessor de comunicação da Prefeitura de Santo André (PB), em 09 set. 2021.

Tivemos como cenário da pesquisa a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fenelon Medeiros, situada na Avenida Aprígio Ribeiro de Brito, número 157, no centro da cidade de Santo André (PB), criada em 04 de março de 1984<sup>38</sup> e regulamentada através do Decreto nº 89/98 de 26 de julho de 1992. A escola funciona em dois turnos e oferece a comunidade as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil Pré-Escolar I e II, Fundamental I (1º ao 5º ano) no turno da manhã; e Fundamental II (6º ao 9º ano) no turno da tarde, sendo a única escola do município que atende a população da zona rural e urbana na faixa etária de 4 a 15 anos.

<sup>38</sup> O projeto de resolução nº 05/84 de 04 de março de 1984 apresentado à câmara municipal de Gurjão — Denomina o colégio municipal de Santo André deste distrito de nome Fenelon Medeiros. (ATA, 1984, p.39). Fonte: MEDEIROS, A. G. Palco, prosa e história: a emancipação política e a expansão do urbano em Santo André-PB (1962-2019). 2020. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/23468>. Acesso em: 05 de março de 2023.

No ano de 2009, houve o processo de nucleação de todas as escolas rurais para a zona urbana, através de decreto em 22 de fevereiro de 2009, unificando o atendimento educacional na Escola Municipal Fenelon Medeiros no primeiro ano da gestão do prefeito Fenelon Medeiros Filho, com o propósito de realizar uma gestão e oferta educacional centralizada. Tendo como objetivo principal ofertar o atendimento educacional na zona urbana, visando extinguir as escolas multisseriadas rurais (escolas com turmas da educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental em uma mesma sala com um único docente), que era considerado um dos graves motivos do fracasso escolar na época.

Nosso universo de pesquisa foram as famílias com filhos matriculados na Escola Municipal Fenelon Medeiros, visando contribuir através de um estudo científico sobre o PBF e suas relações com a comunidade, governo, escola e implementação das ações de forma intersetorial para fortalecer o pacto federativo entre união, estados e municípios.

Para uma reflexão empírica sobre o histórico de matrículas e o rendimento escolar<sup>39</sup> refletimos sobre as taxas de aprovação, reprovação, distorção idade-série e evasão na referida escola, buscando analisar os reflexos do PBF para manutenção dos alunos na escola e para a melhoria nos indicadores educacionais. Nossa missão é a de promover uma reflexão inovadora sobre fatos educacionais, sociais e políticos na contemporaneidade mostrando as contribuições do programa bolsa família para educação e cidadania.

### **2.1.1 Ações desenvolvidas pelo município que contribuíram para melhoria dos índices educacionais envolvendo escola, alunos e famílias**

Antes de analisar o histórico dos índices educacionais, antes e depois do PBF, da Escola Municipal Fenelon Medeiros, apresentamos ações desenvolvidas pelo município para melhoria dos índices educacionais, envolvendo escola, alunos e famílias.

A justificativa para construir este quadro deve-se ao fato de que não podemos atribuir a melhoria dos índices educacionais unicamente a transferência de renda para as famílias beneficiárias do PBF, mas valorando também as ações a nível municipal que contribuíram para melhoria na infraestrutura física, reorganização pedagógica e administrativa, além de mobilizações realizadas pela escola com a comunidade.

---

<sup>39</sup> Rendimento Escolar - Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada uma destas situações constitui a Taxa de Rendimento: Aprovação + Reprovação + Abandono = 100%. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/82868-emeief-fenelon-medeiros/taxas-rendimento/?year=2019>>. Acesso em: 05 de ago. de 2021.

No entanto, apesar da literatura científica não estabelecer uma relação de causa e efeito do PBF para melhoria da qualidade da educação com impacto nas avaliações externas SAEB/IDEB, nos detemos as contribuições a longo prazo do programa para melhoria dos índices educacionais e avaliações externas, com o corte temporal antes e após a implantação do PBF e depois do período de 2007 a 2019.

Para mostrarmos que a longo prazo foi consolidado uma conscientização por parte da comunidade escolar sobre a importância da universalização, permanência e acesso à educação, principalmente nas famílias em situação de pobreza extrema, havendo melhoria nos índices educacionais das escolas com maioria de alunos beneficiários, quando se garante as condições mínimas de alimentação e acesso a escola de uma parcela da sociedade que viveu por décadas no abismo, com negativa de direitos previstos constitucionalmente.

No Quadro 2, visualiza-se um resumo das ações desenvolvidas pela escola na reorganização da infraestrutura física, ampliação do atendimento educacional, ações de impacto no campo pedagógico visando elevação dos índices educacionais, que caminharam ao lado das condicionalidades da frequência escolar dos alunos beneficiários pelo PBF.

**Quadro 2 - Ações desenvolvidas pelo município para melhoria dos índices educacionais envolvendo escola, alunos e famílias. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

<b>Ano</b>	<b>Ação</b>	<b>Motivo</b>	<b>Resultado Esperado</b>	<b>Recursos financeiros</b>
<b>2001</b>	Implantação do Ensino Fundamental anos finais (6 <sup>o</sup> ao 9 <sup>o</sup> ) ano	Cumprir a LDB/96 e municipalizar o ensino fundamental anos finais.	Universalizar o atendimento para os alunos dos anos finais do ensino fundamental.	Investimentos na infraestrutura, materiais pedagógicos, quadro de professores e apoio escolar.
<b>2009</b>	Nucleação de todas as escolas rurais para Zona Urbana.	Extinguir as escolas multisseriadas (Pré-Escolar ao 5 <sup>o</sup> ano) e uni docentes.	Melhoria no processo de alfabetização, extinguir a distorção idade-série, elevar os índices de aprovação e diminuir a evasão.	Investimento no transporte escolar rural Programa Caminho da Escola/FNDE. O município recebeu 8 (oito) ônibus no valor aproximado de 2,5 milhões de reais.
<b>2010</b>	1 <sup>o</sup> Projeto Político Pedagógico (PPP) Atualizado nos anos 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.	Cumprir a LDB/96 em seu Art. 12, inciso I e fortalecer a gestão democrática e os objetivos de aprendizagem.	Melhorar os índices educacionais e promover liberdade, equidade, qualidade nos direitos de aprendizagem dos	-----

			alunos e valorização do trabalho docente.	
<b>2013</b>	Projeto Ampliação da Escola Fenelon Medeiros. Obra do Pacto Social - PB.	Ampliar salas de aula para atendimento educacional.	Melhoria na infraestrutura física da escola	Convênio com o governo do estado no valor de R\$ 197.387,86
<b>2014</b>	Construção de Quadra Escolar padrão FNDE.	Oferecer espaço físico adequado para a prática de atividades esportivas.	Prática de esportes para alunos, interação com as famílias em atividades da escola.	Convênio o Governo Federal via FNDE no valor de R\$ 510.000
<b>2017 2018 2019 2022</b>	Fórum dos conselhos municipais que compõem a educação do município de Santo André (PB).	Refletir escola e sociedade sobre a gestão democrática com participação social nas ações da educação.	Ampliar a conscientização da escola e sociedade sobre a participação dos conselhos escolares para melhoria dos índices da educação com participação social.	-----
<b>2016 e 2017</b>	Criação do conselho de classe Ano 2017	Criar o regimento interno da escola e o conselho de classe. Ano 2016	Mobilizar escola, famílias e alunos quanto aos direitos e deveres que normatizam a instituição escolar, avaliar o processo ensino aprendizagem.	-----
<b>2018</b>	Projeto construção de auditório da Escola Fenelon Medeiros	Ausência de espaço para reuniões com alunos, famílias e profissionais da educação.	Espaço físico para as mobilizações sociais das famílias, atividades pedagógicas e de lazer.	Recursos próprios, no valor R\$ 75.132,26
<b>2018</b>	Projeto de Climatização das salas de aula.	Oferecer conforto aos professores e alunos nas salas de aula.	Melhorar as condições de trabalho dos professores e o bem-estar dos alunos.	Convênio FNDE no valor de R\$ 46.503,34
<b>2018 e 2022</b>	Audiências públicas do PME <sup>40</sup>	Avaliação das metas e estratégias do PME, Lei Municipal nº 367/2015.	Participação da sociedade no cumprimento das metas e estratégias do PME	-----
<b>2019</b>	Lançamento do Programa Avança para correção da	Regulamentado pela Lei municipal nº 441/2019 e pela	Corrigir a distorção idade série de 100% dos alunos do ensino	Formação continuada, realinhamento

<sup>40</sup> Plano Municipal de Educação do Município de Santo André (PB) - Lei Municipal nº 367/2015 de 16 de junho de 2015.

	distorção idade série.	resolução nº 001/2019 do Conselho Municipal de Educação.	fundamental anos iniciais e finais para melhoria da qualidade da educação.	pedagógico e mobilização social das famílias.
--	------------------------	--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor, 2023

No município de Santo André (PB), a gestão da educação e da escola desenvolveram nos últimos anos ações visando melhoria na infraestrutura, nucleação de todas as escolas rurais para centralizar o atendimento educacional na Escola Municipal Fenelon Medeiros, ampliação do atendimento educacional com implantação do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano), reorganização pedagógica com a implantação do projeto político pedagógico, aprovação do regimento interno da escola e implantação do conselho escolar.

Além disso, no ano de 2019 foi criado o Programa Avança com o intuito de corrigir a distorção idade-série dos alunos em atraso escolar, sendo este indicador um dos fatores para o fracasso na aprendizagem no ambiente escolar, tendo impacto negativo nos resultados dos indicadores educacionais e nas avaliações externas do SAEB/IDEB.

Para fortalecer a gestão democrática da educação, foram realizados fóruns com todos os conselhos municipais, voltados para garantir a universalização e fiscalização dos recursos da educação básica e para qualificar o controle social da educação através do funcionamento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACAS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Conselho Municipal de Educação (CME) e conselho escolar da Escola Municipal Fenelon Medeiros, regido pelo regimento interno da escola.

Além disso, houve avaliação do cumprimento das metas e estratégias do PME nos anos 2018 e 2022, tendo como objetivo principal, avaliar os resultados alcançados na melhoria dos índices educacionais para educação básica e os investimentos realizados para melhoria da educação, visando cumprir as metas do PME em sintonia com o PEE e do PNE.

Portanto, destaca-se a importância do binômio escola e sociedade discutir em audiência pública os resultados alcançados, refletir sobre novas demandas e traçar metas e estratégias a serem alcançadas para melhoria dos indicadores educacionais da Escola Municipal Fenelon Medeiros, enfatizando que, para que ocorra melhorias na educação, deve-se haver uma corresponsabilização entre governo e sociedade.

A seguir, apresentamos os indicadores educacionais antes e depois do PBF, a fim de fazer um comparativo da regressão nos índices de reprovação, distorção idade-série e evasão

escolar, que por anos representaram um fracasso do ensino público para educação básica no município de Santo André (PB), no estado da Paraíba e em todo o Brasil.

## 2.2 HISTÓRICO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS ANTES E DEPOIS DO PBF

Apresentamos abaixo dados da série histórica dos indicadores educacionais na Escola Municipal Fenelon Medeiros antes e durante a implantação do PBF, no município de Santo André (PB), referente ao acompanhamento do atendimento escolar, como histórico de matrículas, taxas de aprovação, reprovação, distorção idade-série e evasão. Assim, buscou-se analisar os reflexos do programa PBF para manutenção da frequência escolar e melhoria nos indicadores educacionais.

**Tabela 5** - Matrícula e rendimento escolar no município de Santo André (PB) (2000-2003). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

Ano**	Matrículas creche e pré-escola	Matrículas ensino fundamental 1º ao 5º ano	Matrículas ensino fundamental 6º ao 9º ano	Total	Taxa média de distorção idade série*	Aprovação	Reprovação	Evasão
2000	56	291	-----	347	67,0%	73,55%	18,35%	8,1%
2001	113	393	33	539	55,0%	63,90 %	22,20%	13,9%
2002	44	381	103	528	50,0%	70,30 %	16,70%	13,0%
2003	81	288	-----	391	51,0%	63,4%	25,85%	10,75%
Média acumulada	68	336	68	459	55,75%	67,79%	20,77%	11,43%

Fonte: elaborado pelo autor, 2023. Dados do Censo Escolar - INEP.

\* Distorção idade série – Proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo Ensino Básico.

\*\* Todas as taxas de distorção idade série, aprovação, reprovação e evasão escolar são com relação ao ano anterior – Fonte: Censo Escolar – INEP. Exemplo: Censo Escolar ano 2000 referente a matrícula e os indicadores de rendimento ano anterior a 1999.

A Tabela 5 apresenta a situação antes da implantação do PBF relativo a todas as escolas urbanas e rurais do município de Santo André (PB), com destaque para as elevadas taxas de distorção idade-série, onde no ano 2000 representava 67% do alunado em idade não adequada para relação ano-série. Esta relação explicita a face da desigualdade educacional, pois nesse contexto, muitos alunos possivelmente precisavam exercer alguma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar, tendo em vista a condição de pobreza extrema enfrentada por muitas famílias antes do PBF.

Outra pesquisa, realizada em 2008 (Silva; Brandão; Da Dalt, 2009), encontrou impactos positivos do PBF na incorporação de crianças das famílias beneficiárias à escola no Nordeste do Brasil. Nesta região, sinalizando o PBF como um marco, 26% dos entrevistados informaram que havia crianças da família fora da escola antes de receberem o benefício do Bolsa Família. (BRANDÃO; DE CÁSSIA PEREIRA; DA DALT, 2013, p. 216).

Vislumram-se efeitos positivos do PBF para acesso e permanência na escola, com grande impacto na redução do abandono escolar, que antes era de 26% na região Nordeste, conseqüentemente, estabelecendo um drama social e educacional para evasão e fracasso escolar da população em situação de pobreza, reproduzindo o ciclo intergeracional da falta de acesso ao capital humano. Corroborando com o estudo de Brandão *et al.* (2013), esta pesquisa evidenciou uma média de evasão de 11,43% antes do PBF entre os anos 2000 e 2003 no município de Santo André (PB).

Através dos dados expostos na Tabela 5, é possível inferir que o percentual de reprovação em 2003, com apenas dois meses (novembro e dezembro de 2002) de implantação do PBF, era de 25,85%. Esse dado acrescido com 10,75% da taxa de evasão escolar, somaram um total de 36,6%, tendo sido configurado como um alto índice de insucesso escolar para o ensino fundamental, com índices baixos nos indicadores educacionais mesmo a partir da LDB Lei nº 9.394/96, que universaliza e estabelece metas para melhoria da educação básica pública.

**Tabela 6** - Distorção idade-série no município de Santo André (PB), na Paraíba e no Brasil no período de 2000 a 2003. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Ano**</b>	<b>Taxa média de distorção idade série em Santo André (PB)*</b>	<b>Taxa média de distorção idade série na Paraíba</b>	<b>Taxa média de distorção idade série no Brasil</b>
<b>2000</b>	67,0%	62,0%	41,7%
<b>2001</b>	55,0%	59,6%	39,1%
<b>2002</b>	50,0%	56,1%	36,6%
<b>2003</b>	51,0%	53,9%	33,9%
<b>Média acumulada</b>	55,75%	57,9%	37,82%

Fonte: elaborada pelo autor com dados do Censo Escolar – INEP.

\* Distorção idade série – Proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo Ensino Básico. Fonte: Censo Escolar/INEP 2010. - Notas técnicas: <http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/notas-tecnicas/>.

\*\* Todas as taxas de distorção idade série são com relação ao ano anterior – Fonte: Censo Escolar – INEP. Exemplo: Censo Escolar ano 2000 referente a matrícula e os indicadores de rendimento ano anterior a 1999.

A Tabela 6 contém dados da distorção idade-série entre o município de Santo André (PB), entre a Paraíba e o Brasil durante os três anos antes da implantação do PBF, com o intuito de fazer um comparativo dos índices educacionais. Portanto, a nível municipal, evidenciou-se altos índices de distorção idade-série no ano de 2000, onde 67% dos alunos estavam em idade inadequada para série/ano matriculados. O estado da Paraíba apresentava cenário semelhante, com 62%, enquanto o Brasil possuía um índice menor quando comparado ao município e ao estado (41,7%). Já em relação à média acumulada da taxa de distorção idade-série nos anos de 2000 a 2003 foi de 55,75% no município, 57,9 % no estado da Paraíba e 37,82% no Brasil, mostrando uma regularidade na taxa entre o município e o estado.

A Tabela 9 apresenta dados referentes a distorção idade-série, taxa de aprovação, reprovação e evasão escolar na Escola Municipal Felton Medeiros no município de Santo André (PB) após a implantação do PBF no período de 2007 a 2019, buscando-se avaliar se houve melhoria nos indicadores educacionais. Destaca-se que as condicionalidades do programa exigem a frequência mínima de 75% como forma de tencionar as famílias a manter os filhos na escola, contribuindo assim para minimizar a evasão escolar e conseqüentemente a distorção idade série.

**Quadro 3 - Matrícula e rendimento escolar na Escola Municipal Felton Medeiros entre 2007 e 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

Ano	Matrículas Creche e Pré-Escola	Matrículas Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	Matrículas Ensino Fundamental 6º ao 9º ano	EJA	Ed. Esp.	Total	Taxa de distorção idade série***	Aprovação	Reprovação	Evasão
2007*	-	-	-	-	-	-	24%	-	-	-
2008*	-	-	-	-	-	-	16%	-	-	-
2009**	22	290	183	-	-	495	17%	96,9%	1,2%	2,0%
2010	37	226	184	-	-	447	20%	88,2%	8,2%	3,6%
2011	42	206	186	-	-	434	----	88,9%	3,5%	7,6%
2012	51	201	188	19	-	459	19%	93,3%	3,0%	3,7%
2013	66	194	201	53	-	514	11%	92,3%	2,7%	5,0%
2014	69	191	194	31	-	485	8%	93,3%	6,1%	1,6%
2015	78	203	168	26	-	475	8%	91,0%	7,3%	1,7%
2016	73	220	152	14	-	459	10%	87,4%	8,7%	3,9%
2017	70	222	150	13	8	463	9%	86,4%	10,1%	3,5%
2018	65	205	143	18	8	431	13%	95,0%	3,2%	1,8%

<b>2019</b>	62	201	179	-	5	447	8%	93,6%	5,1%	1,3%
<b>Média do período</b>	<b>65</b>	<b>204</b>	<b>181</b>	<b>19</b>	<b>8</b>	<b>459</b>	<b>12%</b>	<b>91,5%</b>	<b>5,0%</b>	<b>3,50%</b>

Fonte: elaborado pelo autor, 2023. Dados do Censo Escolar/INEP 2010. - Notas técnicas: <http://academia.qedu.org.br/ceenso-escolar/notas-tecnicas/>. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/82868-emeief-fenelon-medeiros/ceenso-escolar?year=2010>. Acesso em: 31 de jul. de 2021. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/25111086-emeief-fenelon-medeiros>. Acesso em: 05 de ago. de 2021

\* Nos anos 2007 e 2008 o censo escolar era realizado de modo escrito em formulários e NÃO foi localizado na escola matrícula e as taxas de aprovação, reprovação e evasão.

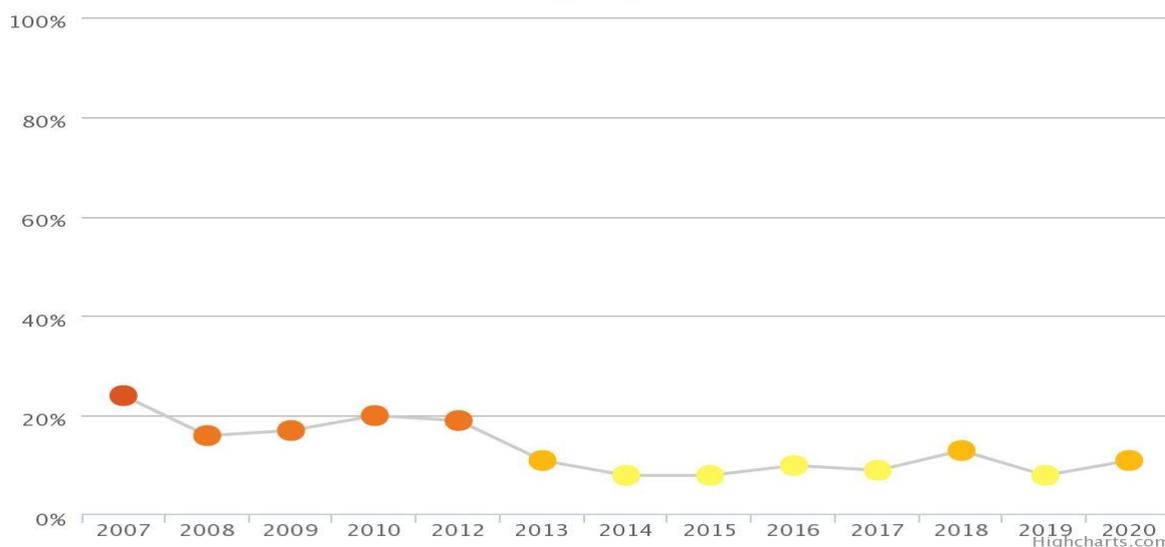
\*\*Ano de 2009 - Houve nucleação de todas as Escolas Rurais para a Zona Urbana passando a funcionar na Escola Municipal Fenelon Medeiros.

\*\*\* Distorção idade série – Proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo Ensino Básico.

Fazendo um paralelo com os dados apresentados na Tabela 6, onde foi apontado uma taxa de distorção idade-série de 55,75% no município de Santo André durante o período de 2000 a 2003 antes da implementação do PBF, nota-se que a exigência da frequência escolar proporcionou uma redução significativa das taxas de distorção idade-série, obtendo uma média de 12% entre 2007 e 2019, o que significou uma redução de 43,75 %, tendo reflexo na diminuição da reprovação em 15,77% e da evasão escolar em 7,93%.

O gráfico abaixo, mostra um resumo da distorção idade-série na Escola Municipal Fenelon Medeiros no período entre 2007 e 2020.

**Gráfico 3** - Distorção idade-série da Escola Municipal Fenelon Medeiros entre 2007 e 2020. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: INEP, 2018. Organizado por Qedu, 2020. Disponível em: [https://qedu.org.br/escola/82868-emeief-fenelon-medeiros/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial\\_years&year=2020](https://qedu.org.br/escola/82868-emeief-fenelon-medeiros/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2020). Acesso em: 01 de ago. 2021.

O Gráfico 3 mostra uma diminuição significativa na distorção idade-série a partir de 2013 até 2020 (com índices de aproximadamente 10%). Em relação ao período de 2007 a 2012, houve estabilidade, com percentual de aproximadamente 20% de alunos com atraso escolar em relação à idade-série, mediante reprovação ou abandono do ambiente escolar.

### 2.3 DESEMPENHO DA ESCOLA FENELON MEDEIROS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS SAEB/IDEB

Em nosso estudo analisamos o desempenho dos alunos mediante a reorganização do SAEB, a fim de mostrar a evolução na série histórica dos indicadores educacionais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um sistema de avaliação externa em larga escala, composto por um conjunto de instrumentos, realizado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), desde os anos 1990, e tem por objetivos, no âmbito da educação básica: (I) produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e unidades da Federação e, quando possível, para os municípios e as instituições escolares, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas; (II) avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais; (III) subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil; (IV) desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa (BRASIL, 2019, p. 5).

A introdução do IDEB<sup>41</sup> no SAEB para quantificar o desempenho escolar representou um avanço para cumprir o que determina o PNE, visando garantir o cumprimento de metas e objetivos para todos os entes federados, considerando além dos testes cognitivos de português e matemática, questões relacionadas ao perfil socioeconômico mediante aplicação de questionários para gestores, professores e alunos, dentro do contexto social de cada escola avaliada, estabelecendo metas para educação que serão apresentados a seguir.

A fim de ampliar o escopo desse monitoramento, tal como requer o atual Plano Nacional de Educação (Lei N.º 13.005/2014), que prescreve que o Sistema de Avaliação da Educação Básica passe a divulgar, também, indicadores de avaliação institucional que tratem, entre outros aspectos, do perfil do alunado, esta nota apresenta o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) das escolas de educação

---

<sup>41</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Disponível em :< <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.

básica do país, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) (BRASIL, 2015, p. 1).

A tabela abaixo apresenta os resultados das médias de desempenho no SAEB do ensino fundamental do município de Santo André (PB) no período de 2007 a 2019.

**Quadro 4 - Resultados alcançados na Prova Brasil do SAEB do Município de Santo André (PB), da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental I e da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental II. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

Ensin Fundamental I		Nota SAEB - 2007		Nota SAEB - 2009		Nota SAEB - 2011		Nota SAEB - 2013		Nota SAEB - 2015		Nota SAEB - 2017		Nota SAEB - 2019	
Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
169,94	156,17	178,44	158,90	183,78	169,39	196,30	175,17	197,60	195,31	188,75	191,89	206,74	201,62		

Ensin Fundamental II		Nota SAEB - 2007		Nota SAEB - 2009		Nota SAEB - 2011		Nota SAEB - 2013		Nota SAEB - 2015		Nota SAEB - 2017		Nota SAEB - 2019	
Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
225,15	210,40	228,08	226,35	238,42	228,36	224,77	225,67	250,64	256,59	250,05	243,65	272,59	278,90		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Dados INEP (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 03 nov. 2022.

No Ensino Fundamental I (5º ano), observa-se que, em relação ao componente curricular matemática, o município de Santo André (PB) apresentou mudança expressiva nas médias do SAEB, de 169,95 em 2007 para 206,74 em 2019, representando um avanço de 22%. Já em relação à língua portuguesa, no ano de 2007 a média foi de 156,17 e em 2019 houve um aumento de 29%, chegando a 201,62. Diante desses dados, mostra-se que as condicionalidades do PBF contribuíram positivamente para melhoria da aprendizagem dos alunos beneficiários no campo de estudo.

Já em relação ao Ensino Fundamental II (9º ano), no componente curricular matemática, o município de Santo André (PB) obteve média 225,15 no ano de 2017 e 272,59 em 2019, o que aponta uma mudança positiva de 21%. Em língua portuguesa o município obteve média de 210,40 em 2007 e 278,90 em 2019, mostrando uma melhoria de 32%. Portanto, nota-se contribuições significativas a longo prazo do PBF, visto através da melhoria do desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental II anos finais no SAEB.

O Quadro 5 apresenta um comparativo dos valores das médias no desempenho no SAEB do estado da Paraíba e do Brasil para o Ensino Fundamental I.

**Quadro 5** - Resultados alcançados na Prova Brasil do SAEB no Estado da Paraíba e no Brasil, da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental I. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

Paraíba Fundamental I		Nota SAEB - 2007		Nota SAEB - 2009		Nota SAEB - 2011		Nota SAEB - 2013		Nota SAEB - 2015		Nota SAEB - 2017		Nota SAEB - 2019	
Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
183,55	166,46	192,18	174,46	195,43	179,55	195,85	181,62	205,66	194,91	210,70	201,41	216,51	204,55		
Brasil Fundamental I		Nota SAEB - 2007		Nota SAEB - 2009		Nota SAEB - 2011		Nota SAEB - 2013		Nota SAEB - 2015		Nota SAEB - 2017		Nota SAEB - 2019	
Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
193,48	175,77	204,30	184,29	209,63	190,58	211,21	195,91	219,30	207,57	224,10	214,54	227,88	214,64		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Dados INEP (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 03 nov. 2022.

Quando se compara os valores das médias do ensino fundamental I, do componente curricular matemática, entre o estado da Paraíba e do Brasil, observa-se que ambos conseguiram avançar 18% de 2007 a 2019, o que implica em uma estabilidade para o período. É importante destacar que para o mesmo nível de ensino, também em matemática, o avanço foi de 22% no município de Santo André (PB). Em língua portuguesa, no mesmo período o Estado da Paraíba obteve melhoria de 23% na avaliação do SAEB, enquanto o Brasil 22%, mostrando uma convergência nos resultados a nível estadual e nacional.

O Quadro 6 apresenta um comparativo dos valores das médias no desempenho no SAEB do estado da Paraíba e do Brasil para o Ensino Fundamental II.

**Quadro 6** - Resultados alcançados na Prova Brasil do SAEB no Estado da Paraíba e no Brasil, da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental II. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

Paraíba Fundamental II		Nota SAEB - 2007		Nota SAEB - 2009		Nota SAEB - 2011		Nota SAEB - 2013		Nota SAEB - 2015		Nota SAEB - 2017		Nota SAEB - 2019	
Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
232,75	222,09	236,69	232,24	238,11	231,35	237,92	233,06	246,15	241,56	245,91	247,02	256,14	254,02		
Brasil Fundamental II		Nota SAEB - 2007		Nota SAEB - 2009		Nota SAEB - 2011		Nota SAEB - 2013		Nota SAEB - 2015		Nota SAEB - 2017		Nota SAEB - 2019	
Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
247,39	234,64	248,74	244,01	252,77	245,20	251,54	245,81	257,73	253,50	260,80	260,77	265,16	262,30		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Dados INEP (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 03 nov. 2022.

No Ensino Fundamental II (9º ano) da Paraíba, em matemática, as médias obtidas foram de 232,75 e 256,14, em 2007 e 2019, respectivamente. Isso representa um avanço percentual de 11%, ao passo que no Brasil a mudança foi de apenas 7%. Os dados apontam uma dificuldade para melhorar a aprendizagem em matemática nessa etapa de ensino.

Em língua portuguesa no mesmo período o estado da Paraíba obteve melhoria de 14% na avaliação do SAEB, enquanto no Brasil foi 12%, mostrando avanços e dificuldades para resultados no ensino fundamental nos anos finais em ambas disciplinas.

A seguir, apresentamos os valores relacionados ao IDEB do município de Santo André (PB), do estado da Paraíba e do Brasil no período de 2007 a 2019.

Conforme Besson (2015, p. 53), os dados organizados em tabelas após um tratamento estatístico são capazes de mensurar a qualidade da educação, num contexto em que “a quantificação segue um processo no qual, a cada estágio, aflora o qualitativo”, empiricamente baseado em uma série de procedimentos cognitivos aliados a indicadores socioeconômicos estabelecidos e ratificados por notas técnicas apresentadas pelo Ministério da Educação.

Para retornar uma velha metáfora, o mapa substituindo o território, a ação “eficaz” é aquela que atua sobre o mapa. Os indicadores têm então uma natureza dupla: provêm ao mesmo tempo do empírico (observação) e normativo (objetivos visados). Claro que nem todos os indicadores são estratégicos nem sensíveis (embora possam tornar-se rapidamente); isto deixa uma vaga enorme para as “boas” estatísticas. (BESSON, 2015, p. 38).

Na Tabela 7, encontram-se os valores das médias do IDEB para o Ensino Fundamental I no município de Santo André (PB), no período de 2007 a 2021

**Tabela 7 - Resultados alcançados e metas projetadas para o município de Santo André (PB) – 4ª série/5º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.**

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
SANTO ANDRÉ		3.3	3.1	4.2	4.7	4.8	4.5	5.2		3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3

Obs:

\* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

\*\*\* Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Inep (2021). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

De acordo com o Inep (2021), o município de Santo André (PB) superou as metas projetadas nesse nível de ensino durante o período de 2011 e 2015 e no ano 2019. Portanto, aponta-se que esse fato se deu através de esforços coletivos para manter o alunado frequentando a escola, evitando a evasão escolar, distorção idade-série e reprovação. O PBF,

mediante o monitoramento da frequência escolar e articulação com as famílias em torno de valorar a educação, vinculando o acesso ao benefício à frequência escolar, tencionou as famílias beneficiadas a manter os filhos regularmente na escola, na tentativa de contribuir para melhorias nas práticas educacionais e nas posições das avaliações SAEB/IDEB.

Com isso, o Ideb, a Prova Brasil e o Censo Escolar constituem instrumentos válidos de registros de informações para avaliações de indicadores escolares. Sendo que o Ideb ainda tem a vantagem de ser de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas e explícito em relação à “taxa de troca” entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes. Como medida de qualidade da educação, devem-se ponderar as consequências do Ideb para a escola já que este pode excluir as escolas e ao mesmo tempo as estigmatizar. Os três níveis de avaliação (sistema, escola e sala de aula) devem estar trabalhando articuladamente e segundo as suas respectivas áreas de abrangência (SANTOS, 2019, p. 2243).

Na Tabela 8, encontram-se os valores das médias do IDEB para o ensino fundamental II no município de Santo André (PB), no período de 2007 a 2021.

**Tabela 8** - Resultados alcançados e metas projetadas para o município de Santo André (PB) – 8ª série/9º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
SANTO ANDRÉ		3,9	3,6	4,1	3,8	4,2	3,7	5,4		4,0	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,6

Obs:

\* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Sem média no SAEB. Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

\*\*\* Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Inep (2021). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

De acordo com o Inep (2021) as metas propostas pelo IDEB não foram atingidas no período 2007 á 2017 para o Ensino Fundamental II do município de Santo André (PB). Apenas em 2019 o município atingiu a meta proposta pelo Inep, mostrando uma enorme dificuldade para melhorar os indicadores educacionais nesta etapa de ensino. Portanto, infere-se que apenas a garantia da frequência escolar, como condicionalidade do PBF, não foram capazes de manter os mesmos resultados obtidos para o Ensino Fundamental I.

Na Tabela 9, encontram-se os valores das médias do IDEB para o Ensino Fundamental I na Paraíba, no período de 2005 a 2019.

**Tabela 9 - Resultados alcançados e metas projetadas para o estado da Paraíba – 4ª série/5º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

Estado ↓	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
PARAÍBA	3.0	3.5	3.7	4.0	4.2	4.4	4.7	4.9	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3

Obs:

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Inep (2021). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

De acordo com a Tabela 9, o estado da Paraíba atingiu as metas projetadas para o ensino fundamental anos iniciais no período 2007 e 2017, mostrando semelhança com os resultados do município de Santo André (PB) no período entre 2011 a 2015 para o ensino fundamental I.

Na Tabela 10, encontram-se os valores das médias do IDEB para o Ensino Fundamental II na Paraíba, no período de 2007 a 2019.

**Tabela 10 - Resultados alcançados e metas projetadas para o estado da Paraíba – 8ª série/ 9º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

Estado ↓	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
PARAÍBA	2.5	2.8	2.8	2.9	3.0	3.3	3.4	3.8	2.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.5

Obs:

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Inep (2021). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

Nota-se que nesse nível de ensino, no período de 2007 a 2019, os resultados são análogos aos do município de Santo André (PB), os quais evidenciam que não foram atingidos as metas projetadas. Entretanto, há uma exceção nos anos de 2007 e 2009. Assim, observa-se fragilidade em cumprir as metas do IDEB para esta etapa de ensino, em sintonia com os resultados do município. Ainda, é possível observar que para o ensino fundamental II as condicionalidades de frequência escolar do PBF pouco contribuíram para melhoria dos resultados na avaliação externa do IDEB, mostrando que apesar de ter avançado nos resultados das notas do SAEB, o estado evoluiu pouco na melhoria de outros índices educacionais que também são considerados no cálculo para esta etapa da educação básica pública.

A Tabela 11 mostra os valores das médias do IDEB no período de 2007 a 2019 para o ensino fundamental I e II no Brasil.

**Tabela 11** - Resultados alcançados e metas projetadas para o Brasil – 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano – IDEB. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b>																
	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	5.9	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
<b>Dependência Administrativa</b>																
<b>Estadual</b>	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	6.1	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
<b>Municipal</b>	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	5.7	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
<b>Privada</b>	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
<b>Pública</b>	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	5.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

<b>Anos Finais do Ensino Fundamental</b>																
	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
<b>Total</b>	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	4.9	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
<b>Dependência Administrativa</b>																
<b>Estadual</b>	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	4.7	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
<b>Municipal</b>	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	4.5	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
<b>Privada</b>	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
<b>Pública</b>	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Fonte: Inep (2021). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

O Brasil atingiu as metas globais projetadas para os municípios e estados no ensino fundamental anos iniciais, destacado na cor verde, porém, a rede privada não acompanha a evolução dos resultados das escolas públicas. A CF de 1988 com obrigatoriedade de um sistema nacional de educação articulado e a LDB 9.394/96 foram marcos importantes para democratização e acesso à educação pública. O PBF surge para reforçar essas políticas de acesso e permanência no ensino público, vinculando a obrigatoriedade da frequência escolar à distribuição de renda mínima para as famílias beneficiárias.

De acordo com Martins (2019), houve efeitos diretos do PBF com a melhoria nos indicadores educacionais e no SAEB/IDEB para escolas públicas em que a maioria dos alunos eram beneficiários. Isto replicou em inúmeros municípios brasileiros de até dez mil habitantes e como efeito cascata, influenciou nos resultados globais a nível de Brasil.

Os impactos sobre a educação, especificamente, foram avaliados haja vista a frequência escolar, a defasagem idade-série, o IDEB e a Prova Brasil. Os autores verificaram que, entre os anos de 2004 a 2010, houve crescimento geral nos municípios em relação à frequência escolar, com destaque para o ensino médio, tal qual a redução na defasagem idade-série. Também foi observado aumento na média das notas e do IDEB na 4ª e na 8ª série do ensino fundamental. (MARTINS, 2019, p. 13).

Para o Ensino Fundamental II, temos uma situação que representa resultados opostos aos do município de Santo André (PB), onde em 2007 e 2011 o Brasil alcançou as metas projetadas na rede pública municipal e estadual. Entretanto, nos anos seguintes (2013 a 2019)

o Brasil não conseguiu atingir as metas projetadas nas avaliações do IDEB, mostrando a fragilidade na melhoria do indicador, mesmo com a continuidade das condicionalidades de frequência exigidas pelo PBF.

Portanto, sinaliza-se que ainda há um longo caminho para realinhar as políticas educacionais e sociais a nível municipal, estadual e nacional, por meio de investimentos que visem melhoria na seguridade social, garantindo acesso a educação, permanência na escola e como consequência, uma aprendizagem significativa entre os jovens e adolescentes do Brasil.

#### 2.4 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (PB)

Para ter uma dimensão do programa, no que se refere ao seu financiamento, apresentamos alguns dados sobre as famílias beneficiárias do PBF, como número de beneficiários e valores repassados para o município de Santo André (PB), para a Paraíba e para o Brasil (Quadro 7).

**Quadro 7 - Beneficiários e valores pagos com referência a dezembro de cada ano período de 2007 a 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

<b>Ano</b>	<b>Famílias beneficiárias do Bolsa Família – Santo André (PB)*</b>	<b>Valor total repassado (R\$ - valores nominais – Santo André (PB)) **</b>	<b>Famílias beneficiárias do Bolsa Família – Paraíba*.</b>	<b>Valor total repassado (R\$ - valores nominais - Paraíba) **</b>	<b>Famílias beneficiárias do Bolsa Família – Brasil-PB*</b>	<b>Valor total repassado (R\$ - valores nominais - Brasil) **</b>
<b>2007</b>	369	27.554,00	416.863	32.893.911,00	11.043.076	831.106.698,00
<b>2008</b>	380	31.716,00	410.707	36.640.022,00	10.557.996	905.899.897,00
<b>2009</b>	373	33.283,00	444.729	43.842.848,00	12.370.915	1.174.266.196,00
<b>2010</b>	365	33.775,00	450.525	44.781.066,00	12.778.220	1.239.042.080,00
<b>2011</b>	431	48.520,00	487.803	57.911.876,00	13.361.495	1.605.970.114,00
<b>2012</b>	457	78.080,00	506.234	74.760.532,00	13.902.155	2.012.731.564,00
<b>2013</b>	480	75.228,00	506.450	81.109.498,00	14.086.199	2.139.325.691,00
<b>2014</b>	512	86.869,00	524.967	93.855.476,00	14.003.441	2.376.489.442,00
<b>2015</b>	474	77.429,00	506.704	89.607.489,00	13.926.791	2.270.795.927,00
<b>2016</b>	433	79.178,00	502.914	99.154.103,00	13.569.576	2.490.323.125,00
<b>2017</b>	391	72.710,00	514.017	100.128.071,00	13.828.609	2.480.967.459,00

<b>2018</b>	412	81,199,00	524.908	105.434.411,00	14.142.764	2.641.616.078,00
<b>2019</b>	393	80.168,00	502.403	102.840.670,00	13.189.567	2.525.746.007,00
<b>Média</b>	412	73.969,00	502.914	81.109.498,00	13.569.576	2.139.325.691,00

Fonte: elaborada pelo autor com dados do Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 01 de ago. 2021.

\* Dados referente a dezembro de cada ano.

\*\* Valores em R\$ referente a dezembro de cada ano.

Observa-se que no município de Santo André (PB), entre 2007 e 2014, houve aumento constante no número de famílias atendidas (de 369 a 512), em termos percentuais de 39%, declinando a partir de 2015 até chegar a 393 famílias beneficiárias em 2019. Em relação ao montante de recursos repassados ao município, houve uma oscilação maior no período 2007 e 2019, chegando a 191% no valor total repassado ao município.

Na Paraíba, o número de famílias beneficiadas e o total do valor repassado apresentou oscilação maior do que em Santo André (PB), sobretudo a partir de 2014. O crescimento dos recursos repassados e pagos ao PBF no estado da Paraíba no período 2007 a 2019 foi de 213%. No mesmo período houve aumento de beneficiários, ou seja, um acréscimo de 20,5% no número de famílias atendidas pelo programa.

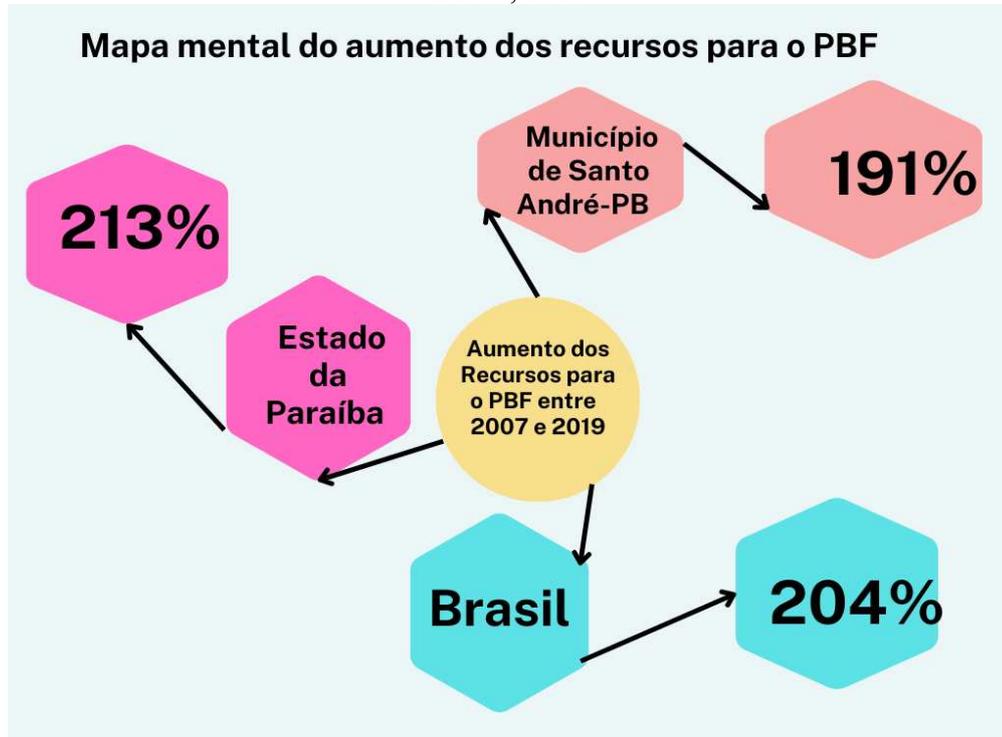
No Brasil, a dinâmica do número de famílias beneficiadas comportou-se semelhante à Paraíba, com um crescimento em curva ascendente até 2014, apresentando oscilações até o ano de 2019. O mesmo pode ser dito sobre o aumento dos investimentos na proteção social através do PBF no período de 2007 a 2019.

Houve crescimento no orçamento em 204%, mostrando a regularidade de crescimento proporcional no orçamento entre o município, estado e o país. Nota-se também, aumento de 19,4% no período do número de beneficiários, incluindo famílias e ampliando a distribuição de renda através do PBF para combater a fome.

Conforme os dados do Quadro 7, o valor *per capita* entre as famílias beneficiárias do PBF do município de Santo André (PB) passou de R\$ 74,67 em 2007 para R\$ 203,99 em 2019. O aumento ocorreu na mesma proporção no estado da Paraíba, de R\$ 78,91 em 2007 para R\$ 204,70 em 2019, e no país de R\$ 75,26 em 2007 para R\$ 191,50 em 2019.

Abaixo, apresentamos um mapa mental que sumariza os resultados do Quadro 7, mostrando o aumento de recursos para proteção social no período entre 2007 e 2019 para o município de Santo André (PB), o estado da Paraíba e o Brasil.

**Figura 8** - Aumento dos recursos para o PBF entre 2007 e 2019. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborada pelo autor, 2023

Abaixo apresentamos o Gráfico 4, com o número de famílias beneficiárias do PBF no período entre 2004 e 2021 no município de Santo André (PB), mostrando as evoluções e decréscimos, por ser um programa focalizado, tendo como porta de entrada a autodeclaração de pobreza e aumento no orçamento para proteção social.

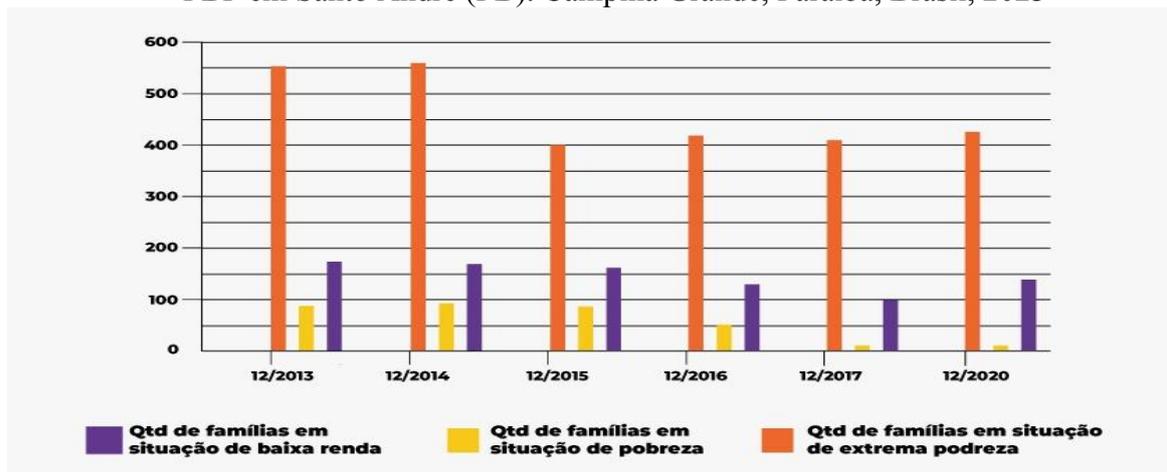
**Gráfico 4** - Famílias beneficiárias do Bolsa Família no período de 2004 a 2021, no município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

O Gráfico 4 apresenta o número de famílias beneficiárias entre 2004 e 2021 no município de Santo André (PB), levando em consideração que ao atingir os 17 anos de idade, as crianças são desvinculadas do Programa, e outras famílias saem por migrarem para outros benefícios como BPC, aposentadoria rural, entre outros.

**Gráfico 5** - Quantidade de famílias cadastradas por faixa de renda entre 2013 e 2020 para o PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborada pelo autor com dados do Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

O Gráfico 5 apresenta que o município de Santo André (PB) possuía nos anos de 2013 a 2014 uma média de 550 famílias do PBF em situação de extrema pobreza<sup>42</sup>, porém, observa-se que a situação de extrema pobreza dos beneficiários sofre uma redução de aproximadamente 27% entre 2015 e 2020, mostrando a importância do programa na redução das desigualdades econômicas e sociais. Houve também redução de 42% das famílias em situação de pobreza entre 2016 e 2020, mostrando uma redução significativa na pobreza e fome no município.

Ao somar a redução num período de sete anos, observa-se decaimento da pobreza e extrema pobreza, mediante transferência condicionada de renda do PBF, apresentando de forma significativa a diminuição das desigualdades sociais e educacionais enquanto existiu,

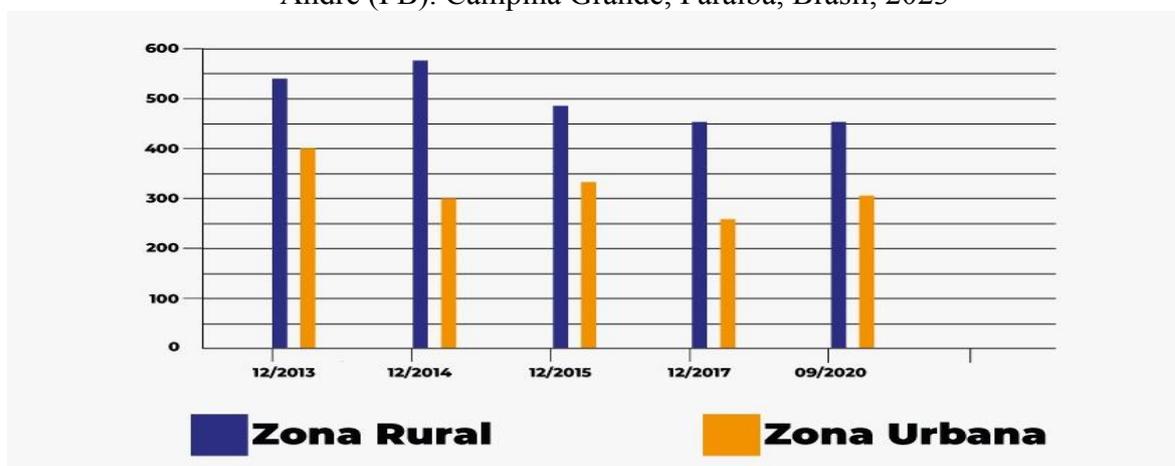
<sup>42</sup> Definição de Pobreza e Extrema Pobreza de acordo com o Ministério da Cidadania – Secretaria Especial de Desenvolvimento Social: Famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 89) e de pobreza (com renda mensal por pessoa entre R\$89,01 até R\$ 178 por pessoa) e que tenham, na composição familiar, crianças/adolescentes de 0 a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes, sendo que cada família pode receber até 5 benefícios variáveis. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>>. Acesso em: 03 de jan. 2022.

sendo extinto em novembro de 2021, e todos os beneficiários migraram de forma automática para o Auxílio Brasil.

O PBF foi extinto no Governo de Jair Bolsonaro agora temos o Auxílio Brasil com as seguintes características: Famílias com renda per capita de até R\$ 100 passarão a ser consideradas em situação de extrema pobreza, enquanto aquelas com renda per capita até R\$ 200 serão consideradas em condição de pobreza. No Bolsa Família, esses valores eram, respectivamente, de R\$ 89 e R\$ 178 por pessoa. O Bolsa Família foi revogado e substituído pelo Auxílio Brasil a partir de 08 de novembro de 2021, como estabelece o art. 41 da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. No momento da transição dos programas, todos os beneficiários do Bolsa Família receberão os valores reajustados automaticamente<sup>43</sup>.

A quantidade de famílias em situação de baixa renda entre 2013 e 2020 apresentou redução de aproximadamente 24%, configurando para esse estrato social uma dependência e fisiologismo da situação de pobreza “intergeracional”, conforme os estudos de Amaral e Monteiro (2013), onde reforça o ciclo “intrageneracional” da pobreza, quando não há investimento no “capital humano” para superação da pobreza extrema, onde, por si só esta estratificação social não terá condições de romper seu *status* para outros campos ou capitais.

**Gráfico 6** - Quantidade de famílias cadastradas por situação do domicílio no PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborada pelo autor com dados do Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

Conforme o Gráfico 6, onde apresenta a situação dos beneficiários do PBF distribuídos entre zona urbana e rural do município de Santo André (PB), em setembro de

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>. Acesso em: 03 de jan. 2022.

2020 tinham um total de 750 famílias cadastradas no PBF para recebendo o benefício ou aguardando a porta de entrada no programa. Conforme cadastro no CadÚnico, isso corresponde a aproximadamente 30% da população do município.

A maioria dos cadastrados ou beneficiários eram residentes da zona rural. O número de beneficiários se manteve estável no período de 2017 a 2020. Com relação às famílias da zona urbana, observa-se um aumento de cadastros em 2020, quando comparado a 2017. Importante destacar que, mesmo com as aposentadorias não contributivas rurais, como o BPC e articulação do PBF com outros programas como Seguro Safra e Programa do Leite através do PAA<sup>44</sup>, temos um elevado número de famílias que são beneficiárias do PBF, em nome das mulheres e os esposos, participam do Programa do Leite Paraíba, uma vez que estas ações fazem parte dos objetivos do programa bolsa família visando emancipar as famílias beneficiárias.

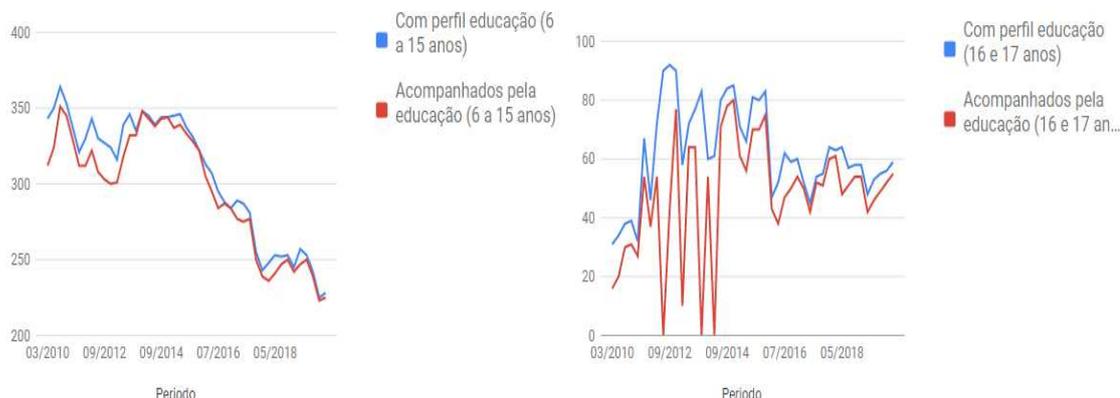
Como o município não dispõe da oferta de trabalho formal por parte do setor privado para as famílias, o PBF se torna responsável pela distribuição de renda nos casos de extrema pobreza, ao passo que o Estado garante o acesso à educação e saúde, estando esses itens dispostos na CF de 1988 como direitos universais.

---

<sup>44</sup> Programa de aquisição de alimentos na modalidade leite em parceria com o governo do estado de acordo com a medida provisória N° 199 de 29 de agosto de 2012. O programa em seu Art. 1º Estabelece subsídio, denominado Pró-Produtor, a ser pago, sob a forma de auxílio financeiro, a produtores de leite de vaca e/ou cabra fornecedores do Programa - Segurança Alimentar e Nutricional – “PROALIMENTO” do Governo do Estado da Paraíba - na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA-Leite) —, para atender ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional, nas formas preconizadas pelas Leis Federais n° 10.696, de 2 de julho de 2003, e n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e pelo Decreto Federal n° 7.775, de 4 de julho de 2012.

Cobertura do PAA- Leite Paraíba ano 2021: Contemplados 1.300 produtores em 9 usinas em 73 municípios, garantindo alimento para 29 mil famílias que são beneficiadas com 7 litros de leite por semana por meio do Programa do Leite. A gestão estadual já investe mais de R\$ 1,7 milhão, por meio do Programa Pró-Produtor, pagando mais 25 centavos por cada litro de leite de vaca, e 20 centavos a mais no valor do leite de cabra, aos pequenos produtores, além de repassar seis centavos para cada usina, por cada litro de leite beneficiado. Disponível em: < <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-anuncia-ampliacao-do-subsidio-estadual-para-produtores-de-leite>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

**Gráfico 7 - Acompanhamento das condicionalidades por quantidade de beneficiários de 6 a 17 anos do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

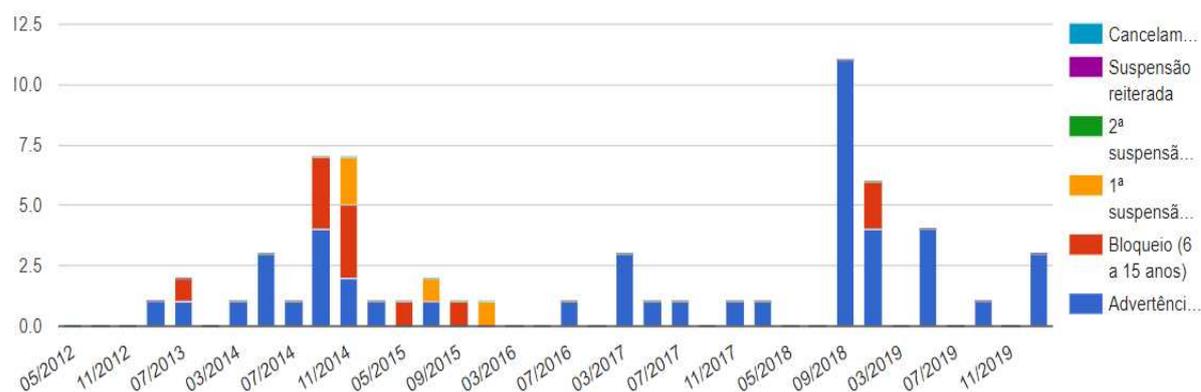


Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

O Gráfico 7 à esquerda, mostra uma situação de cumprimento da frequência escolar na faixa etária de 6 a 15 anos durante o período entre 2010 a 2018 por parte das famílias, evitando o bloqueio ou cancelamento do pagamento do benefício. Quanto ao acompanhamento dos jovens entre 15 a 17 anos (Gráfico 7 à direita), nota-se uma grande dificuldade no cumprimento das condicionalidades.

Já o Gráfico 8 mostra as ocorrências de advertência, bloqueio e suspensão do benefício no município de Santo André (PB), conforme determina as condicionalidades do PBF.

**Gráfico 8 - Número de repercussões por tipo de repercussão (6 a 15 anos) para o PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**

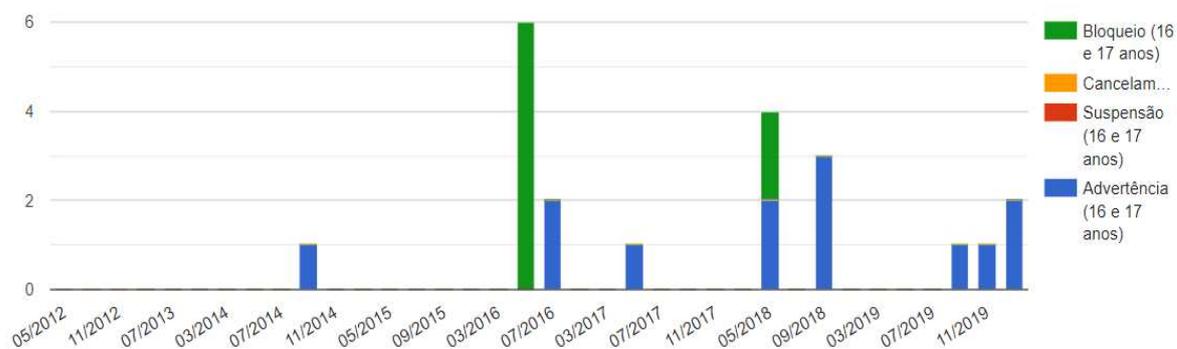


Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

No período de 2012 e 2019 não houve cancelamento de benefício. Já entre 2014 e 2016 houve suspensões. Chama-se atenção para o ano de 2018, onde ocorreu o maior número

de advertência às famílias, por não cumprirem a frequência mínima de 75% para jovens com idade entre 16 e 17 anos na escola.

**Gráfico 9** - Número de repercussões por tipo de repercussão (16 e 17 anos) para o PBF em Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

No Gráfico 9, que compreende a faixa etária entre 15 e 17 anos, observa-se que houve uma grande dificuldade no cumprimento das condicionalidades do PBF por parte dos jovens da Escola Municipal Fenelon Medeiros, o que ocasionou bloqueios e advertências às famílias beneficiárias, com concentração maior no ano de 2016 para bloqueio. Nota-se o enfraquecimento da regularidade da frequência na adolescência, entre 12 e 17 anos, ocasionando períodos de evasão mínima na escola por parte dos alunos.

No período entre 2016 e 2019 nota-se que as advertências foram sucessivas para as famílias beneficiárias do PBF, reforçando a tese de que os jovens representam uma estratificação social presente na escola, com diversos problemas relacionados à frequência escolar, mesmo quando as condicionalidades do PBF baixou para esta faixa etária, de 85% para 75%, já reconhecendo as dificuldades de escolarização dos jovens e sua permanência no programa. Não constatamos cancelamento do benefício entre 2012 e 2019 para alunos da referida escola.

Uma das ações integradas para fortalecer a frequência escolar dos jovens de famílias beneficiárias do PBF, enquanto existiu, foi o Projovem Adolescente, serviço socioeducativo <sup>45</sup>

<sup>45</sup> Fundamentos e descrição do Projovem Adolescente. Art. 4º O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo destina-se aos jovens de quinze a dezessete anos: I - pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família - PBF, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; II - egressos de medida socioeducativa de internação ou estejam em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; III - em cumprimento ou sejam egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 1990; IV - egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; ou V - egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/211141->

que tinha como principal objetivo acolher jovens do bolsa família, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)<sup>46</sup>, que acolhia jovens em situação de risco social, de violência doméstica ou sexual e egressos de medidas socioeducativas, conforme o ECA. Assim, essas políticas vieram como alternativas de apoio e incentivo para a juventude no que se refere à formação intelectual, sendo imposto a condicionalidade no cumprimento da frequência de 75% na escola e de 70% no programa Projovem Adolescente.

No Brasil os programas seguem uma agenda política e orçamentária de governos. Destaca-se que o PETI e o Projovem Adolescente foram executados nos governos do Presidente Lula, sendo uma ação integrada com a Secretaria-Geral da Presidência da República e os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Entretanto, esses programas foram extintos, mostrando a descontinuidade da proteção social e dos investimentos na juventude, que representam o futuro do país.

É perceptível que o Brasil não consegue dar continuidade à agenda positiva nas políticas estruturantes focadas em jovens e adolescentes. As ações de responsabilidade do CREAS, SUAS ou implantação da educação em tempo integral nas escolas públicas permanecem inertes diante das reais necessidades dos jovens brasileiros.

## 2.5 SÍNTESE

Neste capítulo contextualizamos o campo da pesquisa e apresentamos os indicadores educacionais de matrícula, aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série antes e depois da implantação do PBF, para avaliar os impactos do programa e fazer um comparativo dos dados do município com o estado e o Brasil.

---

programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem-dispue-sobre-o-projovem-adolescente-serviuiosocioeducativo-modalidade-do-programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem.html. Acesso em 10 de abril de 2022.

LEI Nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm). Acesso em 10 de abril de 2022.

<sup>46</sup> PETI -Criação, em 1996, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), primeiro projeto brasileiro, ao nível federal, centrado em uma transferência monetária às famílias carentes, visando eliminar o trabalho de crianças e estimular a sua inserção na escola. Começou no Mato Grosso do Sul, onde tirou cerca de 5 mil crianças que trabalhavam em carvoarias e plantação de mate. O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil passou a articular, junto com os municípios, um conjunto de ações de promoção às famílias enquadradas no PETI, com crianças e adolescentes até 16 anos. Por meio de Portaria-MPAS nº 2917/2000, foi criado legalmente o PETI. Disponível em: <https://tucano.org.br/pequena-historia-dos-programas-de-transferencia-de-renda/>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

Foi possível verificar que a gestão da educação municipal e a escola realizaram ações estruturantes e pedagógicas no ambiente escolar para melhoria nos indicadores educacionais e dos resultados no SAEB/IDEB, onde, ao lado do PBF, contribuíram para elevação dos índices educacionais do município. Desse modo, podemos concluir que antes do PBF o problema mais grave esteve relacionado à distorção idade-série no ano 2000, atingindo 67%, com evasão escolar de 8,1%, totalizando 75,1% na Escola Municipal Fenelon Medeiros no município de Santo André (PB). A problemática em questão, surgiu como consequência do trabalho infantil, privações materiais severas, falta de acesso às políticas públicas, renda, fome e extrema pobreza das famílias.

Esse indicador elevado de distorção idade-série antes do PBF mostra a face cruel do fracasso escolar, causado principalmente pela negligência do Estado, deixando os mais pobres entregues ao fracasso na escola. Visto que, quando as crianças não tinham a idade adequada para série-ano em que estavam matriculadas, gerava-se um déficit no aprendizado a longo prazo, os tornando crianças, adolescentes, jovens e adultos com retardos de aprendizagem, e conseqüentemente, insucesso nos objetivos de aprendizagem para vida em sociedade. Portanto, antes do PBF, quando chegavam a ser emancipados, já iam para o mercado de trabalho em busca da sobrevivência para contribuir com a renda familiar.

Já no ano de 2019, quando o PBF completava 16 anos, o município apresentou uma distorção idade-série de apenas 8%, mediante as condicionalidades do programa, havendo uma redução de 59% quando comparado com o ano 2000. Com relação a taxa de aprovação, no ano de 2000 era de apenas 73,55%, e em 2019 a escola obteve 93,6%, havendo aumento de 20,05%, representando um avanço no acesso, permanência, diminuição da distorção idade-série e evasão escolar, sendo capaz de contribuir a longo prazo para a melhoria nos indicadores educacionais do município.

Como as famílias passaram a ter acompanhamento da frequência escolar pela educação, assistência social e saúde, houve uma conscientização coletiva na escola, nas famílias, no poder público e na sociedade, cobrando fidelidade nas exigências para manutenção do benefício. Com este fenômeno, foi possível estabelecer garantias de direitos de aprendizagem com mais equidade no acesso e permanência no ambiente escolar, gerando efeitos positivos para redução dos índices de evasão, distorção idade-série e reprovação, refletindo nas melhorias dos resultados das avaliações externas SAEB/IDEB aplicadas pelo Governo Federal.

Passou-se a ter um sentimento por parte da sociedade de que fora da escola ninguém poderia ficar, e que esse elo entre cidadão e escola colocava a educação como construtora de pontes para o futuro, capaz de elevar o capital humano e resultar em sujeitos com melhores condições de vida. É certo que não podemos atribuir tal feito unicamente ao PBF, mas a melhoria nos indicadores educacionais junto dos apontamentos encontrados na literatura e do estudo de caso aqui realizado, mostra que o programa contribuiu para melhoria nas taxas de frequência escolar, aprovação e distorção idade-série, apresentando evasão de 1,3% no ano 2019, que ao compararmos com a taxa de evasão de 2000 (8,1%), ver-se uma redução de 6,8%.

Quanto ao IDEB, a metodologia do cálculo leva em consideração a distorção idade-série, evasão, aprovação e reprovação, além das notas da proficiência em português e matemática. Foram observados avanços no grupo pesquisado, com a maior presença dos alunos na escola a partir da garantia de direitos à educação, devido a melhorias nas taxas de conclusão na idade certa. As ações promovidas pela escola contribuíram para melhorias no ambiente físico, pedagógico e nas relações com as famílias beneficiárias, para garantir uma preparação significativa nas avaliações externas da Escola Municipal Fenelon Medeiros do município de Santo André (PB). Podemos concluir que, de acordo com a comparação dos dados apresentados neste capítulo, que o PBF mesmo que indiretamente, foi capaz de contribuir para melhoria nos indicadores educacionais da escola e nos resultados do SAEB/IDEB do município de Santo André (PB).

## CAPÍTULO III

### 3. PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF PARA EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Neste capítulo, apresentamos a análise dos resultados da pesquisa de campo. A seção 3.1 trata-se do perfil das famílias beneficiárias do PBF e da análise de parte dos resultados quantitativos/qualitativos. Com relação às percepções das famílias, apresentamos as características das famílias quanto a profissão, escolaridade, gênero, tempo no programa, quantidade de filhos, pessoas na casa e valor recebido antes e depois do PBF, com a implementação no novo programa Auxílio Brasil, com resultados importantes para validar os objetivos propostos nas hipóteses.

Apresentamos como resultados, que o PBF atende as famílias da Escola Municipal Fenelon Medeiros com 100% das famílias tendo mulheres como chefes de família. Destas, 90% possuíam entre 31 e 54 anos, mostrando que a cobertura do PBF não atende mulheres jovens. Das entrevistadas, 60% já participam do programa entre 17 e 21 anos, ou seja, são beneficiárias desde a época do Programa Bolsa Escola, e provavelmente há grandes chances de a porta de saída do benefício só acontecer mediante aposentadoria rural ou acesso ao BPC. Através de figuras, mostramos o impacto do valor dos repasses para as famílias antes e depois da extinção do PBF, para definirmos uma análise comparativa da evolução dos valores, mostrando que mudou para pior a situação das famílias com muitos filhos.

A seção 3.2 apresenta um resumo geral dos efeitos do PBF para educação e cidadania, apresentando os resultados do PBF com implicações diretas na frequência escolar, melhoria das práticas educacionais e percepções sobre o ensino oferecido pela escola. Os resultados dos efeitos do PBF para proteção social e cidadania são discutidos na seção 3.3, uso dos recursos do PBF de acordo com as prioridades das famílias, apresentamos evidências de gastos direcionados, em primeiro lugar para comprar de alimentos, ou seja, cumprindo o objetivo principal de combater a extrema pobreza. Em seguida foram observados gastos com aluguel, água, luz, gás, remédios e pagamento de cursos técnicos para os filhos no campo dos direitos à cidadania.

Na seção 3.4, intitulada “Hoje com ou sem bolsa família as crianças vão para a escola?”, o grupo entrevistado mostrou a importância da educação para vida das famílias e dos jovens que necessitam de um futuro melhor. Confirmando que, as condicionalidades do

PBF impulsionaram a longo prazo uma conscientização com relação ao direito à educação como porta de acesso a outros capitais.

Para finalizar o capítulo, na seção 3.5, intitulada “O PBF contribuiu para uma sociedade melhor?”, apresentamos as percepções dos entrevistados sobre como o PBF contribuiu para a construção de uma sociedade melhor. Em seguida, realizamos uma espécie de diálogo com os resultados da pesquisa, sobre a importância do PBF para combater a fome, mostrando a necessidade que as famílias têm de continuar participando do PBF, sem outra solução para ter renda.

### 3.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIOS COM PBF E RESULTADOS DO CAMPO

Abaixo, apresentamos o perfil sociodemográfico das famílias entrevistadas, que representam um estrato da seguridade social na Escola Municipal Felon Medeiros do município de Santo André (PB). As variáveis estudadas foram profissão, escolaridade, gênero, tempo no programa, quantidade de filhos, pessoas na casa e valor recebido, resultados importantes das percepções dos beneficiários do PBF (Quadro 8).

**Quadro 8** - Perfil das famílias entrevistadas com PBF da Escola Municipal Felon Medeiros do município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Resultados do perfil das entrevistas com 20 (vinte) famílias beneficiárias do PBF na Escola Municipal Felon Medeiros – Santo André (PB).</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>Regularidade em %</b>
1) Possui internet em casa		
Sim	15	75%
Não	5	25%
2) Profissão autodeclarada:		
Artesã	1	5%
Dona de Casa	1	5%
Manicure	1	5%
Agricultora	17	85%
3) Período em que foi Beneficiária do PBF:		
Entre 10 e 15 anos	8	40%
Entre 17 e 21 anos	12	60%
4) Mulheres chefes de família Beneficiárias com PBF:	20	100%
Idade entre 20 e 30 anos	2	10%
Idade entre 31 e 40 anos	9	45%
Idade entre 41 e 54 anos	9	45%
5) Escolaridade das entrevistadas:		
Analfabeta	1	5%
Ensino fundamental I incompleto	2	10%
Ensino fundamental II incompleto	6	30%

Ensino médio incompleto	5	25%
Ensino médio completo	6	30%
6) Quantidade de Filhos Nascidos na família:		
Entre 1 e 2 filhos	9	45%
Entre 3 e 4 filhos	7	35%
Entre 5 e 10 filhos	4	20%
7) Quantidade de Pessoas na casa atualmente janeiro/fevereiro de 2022:		
Entre 2 e 3 pessoas	8	40%
Entre 4 e 5 pessoas	9	45%
Entre 6 e 7 pessoas	3	15%
8) Valor recebido antes do PBF ser extinto em novembro de 2021 grupo de famílias que fez o comparativo:		
Valor entre R\$ 154 e R\$ 200	3	25%
Valor entre R\$ 201 e R\$ 300	9	75%
9) Valor recebido atualmente entre janeiro/fevereiro de 2022:		
Valor R\$ 400	17	85%
Valor R\$ 455 – Apenas quem tem (auxílio gás) <sup>47</sup>	2	10%
Valor R\$ 600	1	5%

Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Dentre as famílias visitadas, 75% possuíam sinal de internet e 25% não possuíam. Nessas famílias o acesso à internet se dá através de pacote de dados móveis através do celular, devido a renda familiar, que muitas vezes se reduz apenas ao PBF. Destaca-se que os planos de internet banda larga na cidade do estudo custam em torno de R\$ 70 a R\$ 120 revelando o estado de pobreza extrema de algumas famílias participantes da pesquisa.

Na variável profissão autodeclarada observa-se que mesmo com todas residindo na zona urbana, 85% se autodeclararam agricultoras. Diante disto, empiricamente, comprova-se que o município possui um processo forte de reforma agrária natural, sem projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implementados para reforma agrária.

<sup>47</sup> O auxílio gás foi instituído no ano de 2021 pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021 – Que regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021. Art. 6º O benefício do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros será pago no limite de um benefício por família beneficiária, de forma bimestral, no valor de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo.

§ 1º Para as famílias inscritas no CadÚnico, o pagamento do benefício será feito ao responsável familiar, preferencialmente à mulher, a qual será previamente indicada no CadÚnico.

§ 2º Para os casos de famílias não inscritas no CadÚnico com beneficiários do benefício de prestação continuada da assistência social, o pagamento será feito ao titular do benefício assistencial ou ao seu responsável legal.

§ 3º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis publicará em seu sítio eletrônico, mensalmente, até o décimo dia útil do mês, o valor da média dos seis meses anteriores referente ao preço nacional do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo ao consumidor final, de acordo com o Sistema de Levantamento de Preços ou com outra fonte que venha a substituí-la. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/Decreto-n-10.881-de-2-de-dezembro-de-2021-364261567>. Acesso em 07 de abr. de 2022.

Sendo esta situação um processo natural da formação do município, onde existe uma divisão razoavelmente equilibrada da terra. Outro fato que contribui para este percentual se diz respeito ao fato hereditário destas famílias pertencerem a descendentes da zona rural, aliado ao fenômeno da falta de trabalho formal e migração para a zona urbana do município de Santo André (PB).

Em relação a variável período em que foi beneficiária do PBF, observa-se que 60% das famílias foram beneficiárias entre 17 e 21 anos, mostrando a longevidade dependente da transferência de renda do estado brasileiro para garantir a sobrevivência e fuga da extrema pobreza, tendo acesso durante esse período a recursos financeiros para as necessidades básicas como alimentação, água para consumo humano, remédios, luz (energia elétrica) etc.

Na variável 4, Mulheres chefes de família beneficiárias do PBF, vê-se uma situação importante a ser refletida, que se mantém como um dos objetivos do PBF, onde 100% das famílias entrevistadas possuem o cartão no nome das mulheres (autodeclaradas chefes de família). Logo, aponta-se subjetivamente que essas mulheres são capazes de definir e empregar de forma mais adequada os recursos financeiros, de acordo com as necessidades mais críticas de cada família, com a gestão dos recursos voltada a garantir alimentação, aluguel, pagamentos de contas de luz e água.

Dado dessa pesquisa, apontou que 90% das entrevistadas possuíam idade entre 31 e 54 anos e 10% das entrevistadas tinham entre 17 e 21 anos no programa. Assim, pode-se concluir que existe uma forte relação de entrada muito jovem no programa e permanência até a solicitação da aposentadoria rural. O estado oferta essa seguridade social através da transferência de recursos financeiros, condicionado a frequência escolar obrigatória para crianças e jovens entre 6 e 15 anos. Porém, observa-se que as famílias não conseguem superar a condição de extrema pobreza ou entrar no mercado de trabalho formal, não encontrando a porta de saída do programa por quase duas décadas, motivado pela baixa escolaridade e qualificação profissional.

Abaixo, apresentamos a Figura 9, com dados das variáveis 3 e 4 do Quadro 8, para fazer uma análise conjunta de dados qualitativos/quantitativos entre a faixa etária e tempo de permanência no PBF e as percepções dos beneficiários sobre o PBF, associando com falas das mulheres chefes de família entrevistadas, que trazem a importância do programa para vida de suas famílias.

Um trabalho desenvolvido por Tebet (2012) traz uma importante definição de chefe de família beneficiária do PBF, mostrando que as mães declaradas chefes de família possuem

além do poder para decidir sobre aplicação dos recursos nas necessidades básicas, relevância social para prover a administração dos recursos para o bem-estar das crianças e do núcleo familiar, representando emancipação da mulher com apoio do estado, construindo um novo paradigma de gênero com relação a importância das mulheres estarem a frente do processo, contribuindo para minimizar a extrema pobreza e as privações materiais.

A conclusão do trabalho de Tebet (2012) vislumbra:

É importante salientar que tanto para as beneficiárias quanto para seus cônjuges a noção de chefe de família, longe de significar somente poder econômico, status ou autoridade, relaciona-se também em grande parte com a esfera doméstica e com o papel social de dona de casa e de mãe. De fato, parece haver duas chaves de justificação para a “chefia da família”. Quando ela é atribuída à mulher – seja essa atribuição feita por ela própria ou pelo cônjuge – tem relação com a administração da casa e das crianças. Mas quando a chefia é atribuída ao homem – atribuição esta feita por ele próprio ou por sua esposa – tem relação com dinheiro e provimento (TEBET, 2012, p. 329).

Com relação aos dados qualitativos desta pesquisa, quando as mulheres foram questionadas se elas se consideravam chefes de família, todas afirmaram que sim. Mostrando que a mulher tem assumido papel importante, sendo responsável pela gestão dos recursos do PBF e pelo controle dos gastos da casa, onde os homens trabalham na informalidade (bicos) ficando a cargo de outras despesas da casa.

**Figura 9 - Mulheres chefes de família, faixa etária e tempo no PBF. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Na figura acima, observa-se que 60% das famílias permaneceram por quase duas décadas no PBF com o *status* beneficiária, ou seja, o ciclo intergeracional de pobreza não foi solucionado com a transferência de renda do PBF. Assim, conclui-se que as famílias eram tão pobres que ao receber renda saíram da situação de miséria para pobreza, não atingindo outros níveis de seguridade socioeconômica.

É possível afirmar ainda, que as famílias não encontraram a porta de saída do PBF. Isto é explicado pela não inserção no mercado de trabalho formal ou pelo medo da chefe de família, dos seus filhos, esposo ou qualquer membro da família oficializar um vínculo empregatício, diante do fisiologismo e do estigma de que por ser pobre não pode se

desvincular do programa. Consolidando ainda mais a ideia enraizada socialmente de que o PBF é a única solução para que seja garantido as condições básicas de sobrevivência.

Existem muitas disputas para entrar no PBF, tanto por aqueles que não se enquadram nos critérios ou por aqueles que possuem perfil para estar no programa, mas não há disponibilidade financeira no orçamento da união para incluir mais famílias. O fluxo de desligamento do programa é baixo, uma vez que, os usuários só se desvinculam quando começam a exercer atividades no serviço público da prefeitura local ou do Governo do Estado, seja por meio de concursos ou contratos ou, conseguem a aposentadoria especial rural ou por problemas de saúde, tendo direito ao BPC.

No que se refere a variável 5 do Quadro 8, que investigou a escolaridade dos entrevistados, outras pesquisas mostraram dados divergentes destes aqui apontados. A tese de doutorado de Machado (2020)<sup>48</sup> com o título “A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família” evidenciou que 35% das entrevistadas eram analfabetas e 32% tinham o ensino médio incompleto ou completo, concluindo como principal causa para baixa escolaridade o trabalho doméstico.

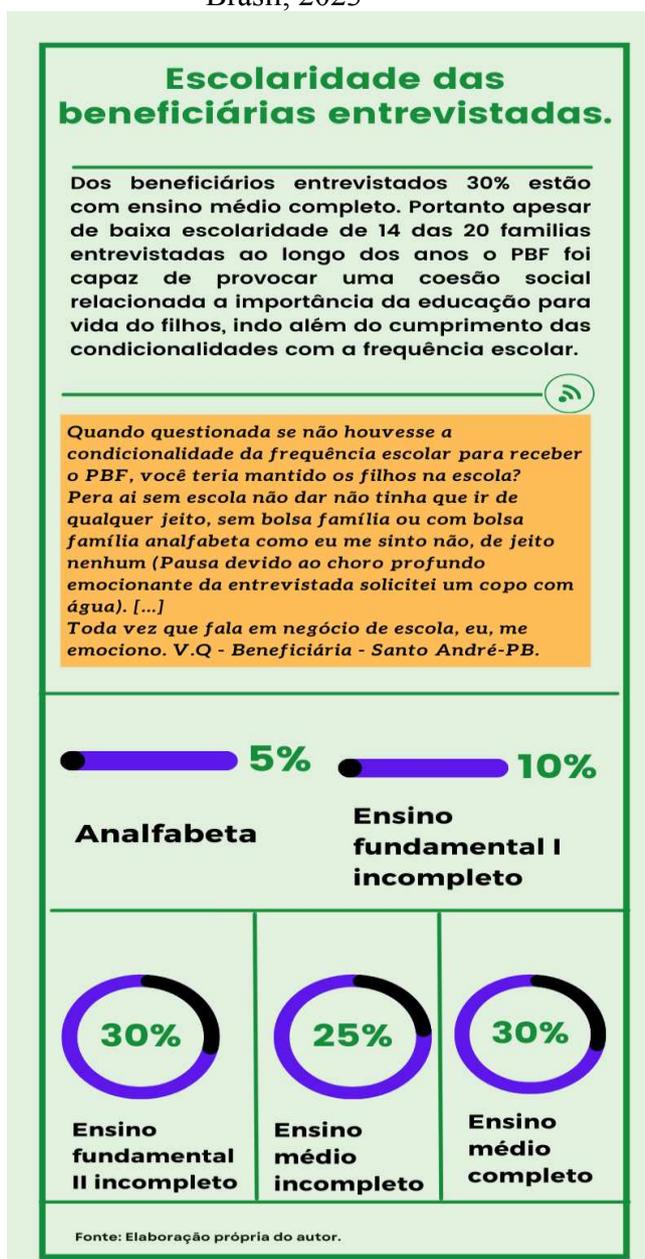
Assim, os dados das famílias beneficiárias da Escola Municipal Fenelon Medeiros, na variável 5, divergem dos resultados apresentados por Machado (2020), sendo o percentual do grupo de entrevistados de apenas 5% analfabetos, enquanto 55% possuíam ensino médio incompleto ou completo. Neste sentido, percebe-se uma elevação da escolaridade no grupo de famílias beneficiárias, com aumento do capital humano, capaz de influenciar no perfil intelectual das chefes de família do PBF. Assim, à medida que o nível de instrução aumenta, as mulheres passam a compreender melhor seu papel a frente das responsabilidades sobre a educação dos filhos e administração do benefício para promover o bem-estar mínimo, mesmo no cenário onde na porta de entrada das beneficiárias eram mães jovens e hoje com mais de 10 anos e no máximo 21 anos no programa caminham para aguardar outros benefícios para poder saírem do programa, como aposentadoria rural ou BPC.

A Figura 10 contempla os resultados da pesquisa referentes à variável 5 do Quadro 8, que trata da escolaridade 30% das entrevistadas possuíam ensino médio completo e relataram o quão é importante a frequência escolar dos filhos na escola.

---

<sup>48</sup> Ver mais em: MACHADO, Nínive Fonseca. A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família -Tese Doutorado UFPB - João Pessoa, 2020.

**Figura 10** - Perfil da escolaridade e emoções dos entrevistados. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Uma das entrevistadas, a qual sua fala está exposta na Figura 10, relata que “*sem escola não dar*”, de forma bastante consciente de sua responsabilidade, deixando claro sua frustração por ser analfabeta funcional e enfatizando ter uma grande esperança na educação para o futuro dos filhos, apesar das dificuldades vivenciadas durante sua vida com o trabalho infantil. “*Toda vez que fala em negócio de escola, eu, me emociono*” (choro da entrevistada) (V.Q – 19 anos no PBF – Idade 54 anos).

A gente pra estudar antigamente tinha que apanhar algaroba ou algodão pra comprar o caderno ou o lápis, hoje tem caderno, lápis, livro e roupa e o povo não quer ir,

briga pra não ir, fosse na época que o povo só vivia no roçado trabalhando e a única chance que tinha de descansar um pouco e ter um tempo para si era quando ia pra o colégio (V.Q – 19 anos no PBF – Idade 54 anos).

Na fala da entrevistada é perceptível a situação de grandes dificuldades numa sociedade rural onde o trabalho infantil era necessário para que fosse adquirido o próprio material escolar, e assim fosse garantido o direito a educação. A entrevistada faz também uma crítica às pessoas e famílias que não valorizam o acesso à educação pública ofertada nos tempos atuais. Em outro momento, ela relata que a presença na escola significava um momento de descanso físico e mental do trabalho na agricultura e faz questão de enfatizar que hoje com o PBF essa situação mudou.

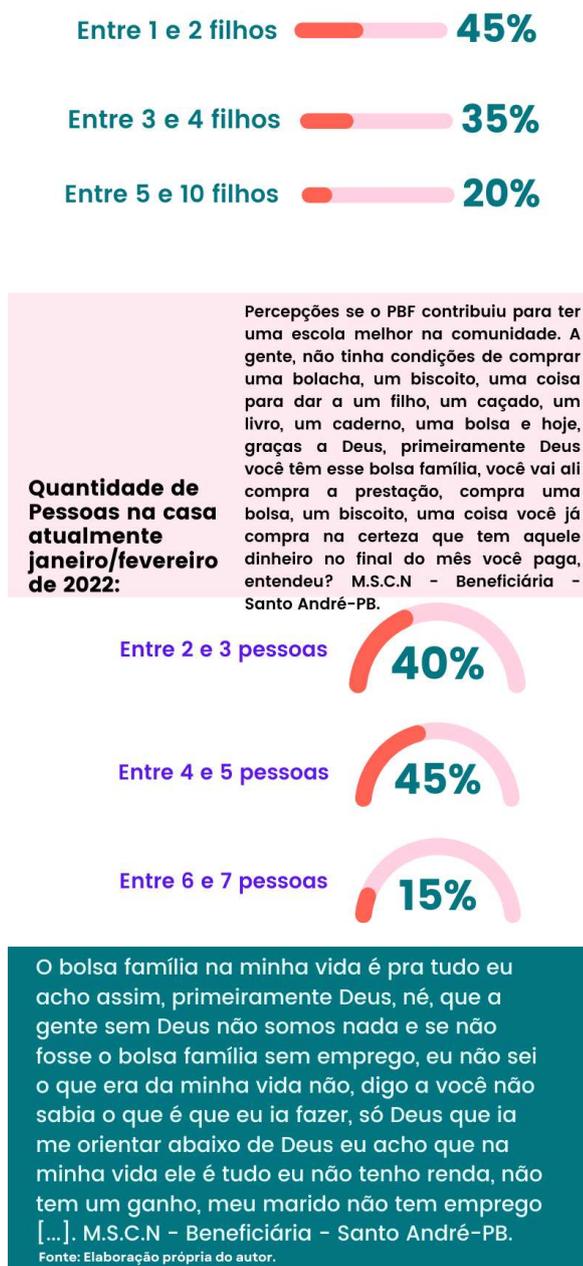
Essa conscientização acerca do valor da educação para a vida, leva a uma reflexão de que apesar das inúmeras dificuldades, as famílias com baixa escolaridade possuem força de vontade para concluir os estudos, e que a educação é a maior alternativa para que haja o rompimento do ciclo de pobreza intergeracional e aumentar o capital humano, que constrói pontes para incorporar outros capitais.

As variáveis 6 e 7 do Quadro 8 contemplam: quantidade de filhos nascidos na família e quantidade de pessoas na casa atualmente (janeiro/fevereiro de 2022), respectivamente.

A formulação dessas perguntas teve como objetivo principal conhecer o contexto das famílias entrevistadas sobre a quantidade de filhos nascidos na família e a quantidade de pessoas atualmente na residência, para analisar a natalidade e taxa de emancipação dos filhos. No caso de homens com união estável ou mulheres que têm gravidez precoce, estas solicitam imediatamente desvinculação do cadastro da genitora titular do cartão do PBF, solicitando no CRAS um novo cadastro como outra família. 45% das entrevistadas tinham entre 4 e 5 pessoas no núcleo familiar e recebiam o valor de 400 reais. Portanto, chama-se a atenção para a resiliência dessas chefes de família, que conseguem administrar esse recurso em prol da manutenção das necessidades básicas da família.

Abaixo, está disposta a Figura 11, que apresenta em termos percentuais a relação entre a quantidade de filhos nascidos na família *versus* quantidade de pessoas atualmente na família (janeiro/fevereiro do ano 2022).

**Figura 11** - Quantidade de filhos nascidos na família *versus* quantidade de pessoas na família em janeiro/fevereiro do ano 2022. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Na figura acima, observa-se que 80% das famílias possuíam entre 1 e 4 filhos nascidos na família que foram beneficiários do PBF. Conforme já demonstrado na Figura 9 temos 60% das famílias com 17 e 21 anos no programa, desmistificando o estigma que as pessoas não fazem nada (preguiçosos), enquanto na verdade essa transferência de recurso tem sido a única forma do estado combater de forma imediata e os efeitos maléficos da extrema pobreza e fome.

O PBF além de fácil operacionalização, quando vinculado à educação mostra-se capaz de socorrer de imediato uma estratificação social que não tem qualificação nem acesso ao mercado de trabalho, principalmente nas pequenas cidades do Cariri da Paraíba com características rurais, como o município de Santo André (PB).

Em cidades como a de Santo André (PB), onde há pouca arrecadação de impostos por possuir poucas empresas e poucas vagas de trabalho na iniciativa privada, sobrevivendo exclusivamente dos repasses do Governo Federal para atender seus munícipes em todas as necessidades, se torna explícita a importância do PBF para a distribuição de renda, evitando uma verdadeira catástrofe social relacionada a segurança alimentar das famílias beneficiárias. A garantia de segurança alimentar abre portas para acesso a outros direitos como alimentação, educação, saúde, acesso à energia e água para consumo humano e todos estes reflexos são capazes a longo prazo de contribuir para melhorar os indicadores educacionais e o capital humano.

Durante a pesquisa, viu-se a necessidade de incluir outras perguntas, com o objetivo de extrair do grupo de famílias pesquisado dados que nortearam a realização de um comparativo do PBF com o Auxílio Brasil, sendo as variáveis 8 e 9: qual o valor recebido antes do PBF ser extinto em novembro de 2021? E qual o valor recebido atualmente entre janeiro/fevereiro de 2022?

Assim, a Figura 12 apresenta os valores recebidos enquanto existiu o PBF e atualmente, no município de Santo André (PB).

**Figura 12** - Valores recebidos na época da pesquisa e enquanto existiu o PBF no município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



**\*Após a implantação do Auxílio Brasil temos a destruição dos objetivos do PBF de combater a extrema pobreza, devido aos dados de vulnerabilidade social das famílias inscritas no CadÚnico serem desconsiderados passando a pagar um valor único e universal a todos os beneficiários do PBF independente da quantidade de filhos e pessoas nos núcleos familiares aprofundando as desigualdades e a fome, ao desconsiderar as peculiaridades de cada contexto social e econômico.**

**\*O PBF foi extinto no Governo de Jair Bolsonaro agora temos o Auxílio Brasil com as seguintes características: Famílias com renda per capita de até R\$ 100 passarão a ser consideradas em situação de extrema pobreza, enquanto aquelas com renda per capita até R\$ 200 serão consideradas em condição de pobreza. No Bolsa Família, esses valores eram, respectivamente, de R\$ 89 e R\$ 178 por pessoa. O Bolsa Família foi revogado e substituído pelo Auxílio Brasil a partir de 08 de novembro de 2021, como estabelece o art. 41 da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. No momento da transição dos programas, todos os beneficiários do Bolsa Família receberão os valores reajustados automaticamente. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>>. Acesso em: 03 de jan. 2022.**

**\*\* Valor acrescentado de R\$: 55,00 reais do auxílio gás temporário e a cada dois meses. O auxílio gás foi instituído no ano 2021 pelo decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021 - Que regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.**

Fonte: Elaboração própria do autor.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023

De acordo com a Figura 12, 75% recebiam entre R\$ 201 e R\$ 300, mostrando que as famílias em sua maioria (60%) possuíam entre 4 e 7 pessoas, que são considerados para cálculo do valor do benefício, considerando a renda *per capita* por pessoa. Enquanto existiu o PBF, tinham 25% recebendo entre R\$ 154 e R\$ 200, que atendiam a famílias com número menor de filhos e membros no núcleo familiar.

Diante do cenário de inflação, desemprego em alta, pandemia, ajuste fiscal, reformas trabalhistas e previdenciárias e erros na condução da política econômica nos últimos anos, milhões de brasileiros foram afetados com a volta da fome. Como podemos ver abaixo, na fala das entrevistadas.

*“Alimentação e você sabe como é que está hoje em dia a carestia né. Então vai quase todo para alimentação”* (R.C.A – 18 anos no PBF – idade 46 anos).

Quando as famílias foram perguntadas sobre o valor recebido atualmente entre janeiro/fevereiro de 2022, observou-se nas respostas uma situação de corrosão do sistema de proteção social, ao tratar todas as famílias sem distinção de número de pessoas e crianças nos núcleos familiares. No infográfico 4, visualiza-se que 85% recebiam R\$ 400, outros 15% receberam R\$ 455, sendo esse valor de R\$ 400 do auxílio Brasil mais R\$ 55 do auxílio gás, que era pago a cada dois meses, sendo pago a partir da extinção do PBF um valor único a todas as famílias beneficiárias.

Quando questionadas sobre o valor recebido atualmente do PBF: *“Recebo R\$ 400 mais agora tem um negócio de um gás vai pra R\$ 455, antes R\$ 302”* (I.V.C – 20 anos do PBF – idade 46 anos).

Logo, chegamos à triste realidade de desmonte das redes de proteção social e destruição do PBF, que considerava as peculiaridades e faces da pobreza e extrema pobreza, classificando as famílias de acordo com a renda *per capita* por membros no núcleo familiar.

Outra situação em que houve regularidade nas respostas durante a pesquisa foi a insegurança quanto à forma e valor do benefício após as várias mudanças durante a pandemia da covid-19 e agora com o Auxílio Brasil, que substituiu o PBF.

Na mesma pergunta, sobre o valor recebido atualmente do PBF, obtiveram-se as respostas: *“Era R\$ 600 até mês passado mais agora só vive mudando”* (C.N.S – 10 anos no PBF – 31 anos de idade).

Outras participantes do estudo disseram:

*“É, apesar que é um programa muito bom. Só que hoje a gente não tem mais aquela segurança que todo mês vai ser aquela coisa certinha, porque antes a gente sabia que*

era aquela certeza que a gente ia ter aquele valor mesmo pouco, mas era certo. Aí hoje tem essas mudanças pronto, agora já não é mais bolsa família agora é auxílio Brasil, não é? Aí, por exemplo, a gente desse mês, vai receber os 400, a gente sabe, mas aí o mês que vem a gente já não sabe de repente tem uma mudança, aí a gente não sabe mais” (J.F.C – 18 anos no PBF – 37 anos de idade).

“Incentiva muita gente assim, eu acho não incentiva só pelo dinheiro, mas para quem quer estudar, não precisa de dinheiro. Algum dia ouvi Bolsonaro dizendo que era para cortar, não precisava de dinheiro para nós pra estudar porque na escola tem tudo na escola, tem, mas só que quando você chega em casa, às vezes que muitos alunos que a gente vê afora, tem muitos alunos, de sítio que vai para a escola, não vai estudar só vai pra comer, porque em casa não tem a comida [...]” (M.S.N – 19 anos no PBF – Idade 53 anos).

“Foi bom esses R\$ 400. Será que vai ficar Fabiano, esses R\$ 400? Com esse presidente meio doido (risos). Eu digo que ele é doido, tu votasse nele foi Fabiano? Deus me livre” (M.D.N – 13 anos no PBF – Idade 44 anos).

A percepção das entrevistadas revela um sentimento de insegurança perante as alterações nos valores do PBF durante a pandemia Covid-19 e após sua extinção, com o surgimento do Auxílio Brasil. Entretanto, os beneficiários consideram uma política de estado importante, apesar das constantes mudanças.

### 3.2 RESULTADOS DOS EFEITOS DO PBF PARA EDUCAÇÃO E CIDADANIA

**Quadro 9** - Perguntas *versus* achados empíricos com 20 (vinte) famílias entrevistadas beneficiárias com PBF da Escola Municipal Felon Medeiros no município de Santo André (PB). Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023

<b>Pergunta</b>	<b>Respostas com forte achado empírico</b>
1-Houve algum problema para manter-se no PBF no período?	A maioria das famílias relata que não houve problemas para se manter no PBF como bloqueio do benefício por não cumprir as condicionalidades da frequência escolar.
2- Até que ano o(s) filho(s) estudaram na escola?	A maioria tem filhos que ainda estudam o ensino fundamental ou médio.
3- Continuaram os estudos depois do PBF até que etapa/série/ano? Algum deles chegou à Universidade? Qual curso?	A maioria dos filhos tem ensino médio incompleto e completo, apenas um está fazendo cursos técnicos, outro chegou à universidade para cursar engenharia civil.
4- Quais os gastos com o benefício? (alimentação, vestimenta, educação etc.)	Na ordem de gastos com o PBF temos alimentação, energia, água, gás, (aluguel, remédios, internet e cursos técnicos).
5- Se não houvesse a condicionalidade da frequência escolar para receber o PBF, você teria mantido os filhos na escola?	Todas as mães de famílias beneficiárias do PBF mostraram fortes relações afirmando que educação é essencial independente de ter o benefício ou não.

Justifique	
6- O PBF contribuiu para ter uma escola melhor para comunidade? Justifique.	Todos afirmaram que ajuda justificando que os recursos que recebem do PBF servem para dar apoio e custear as necessidades básicas dos filhos como alimentação, vestimentas, material escolar influenciando na permanência do aluno na escola.
7- Qual a sua opinião sobre o ensino recebido pelos seus filhos na escola Fenelon Medeiros? Justifique....	A maioria avalia a escola como capaz de oferecer uma educação de qualidade que busca atender as necessidades dos alunos. Parte das famílias entrevistadas avaliam de forma negativa o ensino remoto durante a pandemia Covid 19, devido à falta de recursos tecnológicos para alunos, famílias, professores e escola.
8- Qual a importância do PBF enquanto existiu para a vida de sua família?	Todas as famílias afirmam que o PBF é de grande importância como solução imediata para combater a fome. Fica evidente nas entrevistas o uso dos recursos para garantir moradia, água, energia, remédios e custear estudos após o ensino médio. Mostrando que o PBF ajuda os beneficiários apesar de seu baixo valor repassado em inúmeras necessidades básicas para garantia da cidadania.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Na pergunta 1 do Quadro 9, quando perguntado se houve algum problema para manter-se no PBF, pretendeu-se investigar se durante o período em que as famílias estiveram recebendo o benefício, houve alguma suspensão devido ao não cumprimento das condicionalidades na área de educação. As respostas mais frequentes estão resumidas abaixo:

*“Não. Não houve nenhum problema de ordem pessoal”* (M.F.S – 11 anos no PBF – Idade 37 anos).

*“Já teve um bloqueio mais a errada, a culpada foi eu, fiquei sem fazer o cadastro aí bloqueou, aí fui lá com um mês ele ajeitou, mais graças a Deus espero enquanto não me aposente não seja, é de que eu sobrevivo”* (M.S.N – 20 anos no PBF – Idade 53).

Para a maioria, (65%) das famílias entrevistadas, nunca houve nenhum problema para manter-se no programa, ou seja, nunca houve interrupção da transferência de renda, e sempre cumpriram todas as condicionalidades do programa. Esse fato mostra que as famílias se esforçam bastante para não perder a transferência de renda do PBF, sendo esta muitas vezes a única fonte de renda regular das famílias.

Outras participantes afirmaram: *“Sim. Houve bloqueio de benefício, mais quando eu ia lá com 8 ou 15 dias desbloqueava”*. (C.N.S – 10 anos no PBF – Idade 31 anos).

*“Sim. Teve, já sabe, mas era no tempo que eu morei com o pai dela, não é? Ele trabalhou na câmera, aí me bloquearam aí passei um monte de tempo, mais de ano sem receber aí voltou, foi. Certo?”* (S.A.N – 13 anos no PBF – Idade 38 anos).

Portanto, houve bloqueio para 35% das famílias entrevistadas, por motivos de não atualização cadastro no CadÚnico, ausência de regularidade dos filhos na escola para cumprir a frequência escolar, após separação de casais e por último, quando algum dos membros da família conseguiram trabalho formal e superaram a renda *per capita* por pessoa para continuar na situação de pobreza, a mulher chefe de família tinha o benefício suspenso, voltando após o homem da casa ficar desempregado, cumprindo um dos objetivos do PBF de acolher famílias sem renda ou trabalho formal.

É evidente que, grande parte dos homens das famílias beneficiárias trabalham na informalidade para complementar a renda, em serviços como pedreiros, servente de pedreiro, pequenos comércios, agricultura de subsistência ou criação de caprinos, ovinos etc.

Nas perguntas 2 e 3 do Quadro 9, ao questionar até que ano o(s) filho(s) estudaram na escola e se continuaram os estudos depois do PBF até que etapa/série/ano e se algum deles chegou à Universidade e qual era o curso, nota-se que a maioria das famílias entrevistadas ainda tinham filhos estudando na escola entre 4 e 17 anos, nos níveis fundamental e médio. Percebe-se que o PBF, ao transferir recursos desde a gestação da mãe até a emancipação das crianças beneficiárias, impulsionava a longo prazo, por meio do acesso a programas como Pronatec, Prouni e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para que os jovens tivessem acesso ao ensino superior em faculdades públicas ou particulares.

*“Meu filho L.S esse que terminou está continuando os estudos, tá fazendo técnico de enfermagem ele é tão estudioso, gosta de trabalhar, trabalha na padaria ganha 600 reais por mês”* (M.F.S – 11 anos no PBF – Idade 37 anos).

*“Um terminou Engenharia Civil é forma-se agora esse ano 2022 na faculdade particular terminou engenharia civil, faculdade Nassau. Entendeu? R.O. (filho) tem o seu trabalho ganha só o solário, descontava da faculdade o que ficava do salário dele aqui em casa mesmo era duzentos ou trezentos contos pra sustentar cinco pessoas, dar?”* (V.Q – 19 anos no PBF – Idade 54 anos).

O relato da entrevistada mostra que, o PBF foi além do que propõe seu objetivo principal de combater a extrema pobreza, pois ao garantir as necessidades básicas garantiu também o acesso à educação da infância até o acesso a cursos técnicos e universidades.

Este fato representou um significativo aumento do capital humano, além de conquistas de outros *status* e inserção de jovens no mercado de trabalho, sendo uma revolução para estas

famílias que vieram de gerações onde não houve a garantia de acesso e permanência na educação, devido a necessidade de trabalhar desde a infância para sobreviver.

Outro achado importante foi a interrupção dos estudos, geralmente no ensino médio, para contribuir com a renda familiar de jovens com idade entre 15 e 18 anos. Conforme explicita as falas a seguir:

“O mais velho terminou há mais ou menos uns 4 anos em 2018. Os outros não terminaram não saíram mesmo, porque quiseram por conta própria, pelejei, pelejei, disseram que preferiam trabalhar do que estudar, que o estudo não ia fazer a vida deles, então iam trabalhar que era melhor. Uns terminaram a terceira, outros a quarta e outros a quinta série” (M.D.T – 19 anos no PBF – Idade 53 anos).

“Não, não terminou não porque foi para o Rio, começou a trabalhar cada um tem uma profissão, aí nunca chegou à universidade. Assim, eles toda vida tiveram sonhos, então M. J. sempre dizia: mainha quando eu crescer, completar 18 anos, eu vou embora meu sonho é ser pedreiro [...]” (A.P.C.M – 19 anos no PBF – Idade 46 anos).

*“Meu filho M.R estudou só até 2018, ele terminou não. Faltava um mês para concluir o segundo ano, aí ele foi trabalhar em casa de bolo e parou”* (N.M.S – 18 anos no PBF – Idade 40 anos).

Nesse cenário desolador observa-se que parte dos beneficiários do PBF, dependendo do contexto de pobreza da família quando chegam na juventude (15 a 18 anos), já perderam a vontade de continuar na escola para concluir o ensino médio ou cursar o ensino superior. Dessa forma eles procuram entrar no mercado de trabalho informal para contribuir com a renda familiar ou para construir sua emancipação do núcleo da família.

A falta de oportunidades, a situação de pobreza e miséria impulsiona o êxodo de jovens de cidades do interior da Paraíba, visto que a história mostra a migração do campo para as cidades, entre as décadas de 70 e 90 havia em nossa região um processo migratório muito forte para as regiões sul e sudeste do país.

Ainda hoje praticamente toda população da cidade de Santo André (PB), possui algum parente que migrou para outras regiões em busca trabalho para construir uma vida melhor, isto ainda respinga nas gerações futuras, apesar da migração ter diminuído consideravelmente com oferta de políticas públicas e programas de transferência de renda do governo federal.

Quando se trata de sobrevivência e fuga da fome, muitas vezes essas particularidades, invisíveis ao estado, estão num horizonte onde historicamente as garantias constitucionais, previstas na CF de 1988, permanecem apenas no texto escrito, sem alcance real e prático para vida de milhões de brasileiros que possuem uma força para reverter situações em que a

cidadania está negada. Assim, este estudo poderá subsidiar outras pesquisas envolvendo essa temática em contextos históricos e culturais diferentes do nosso cenário de pesquisa.

### 3.3 USO DOS RECURSOS DO PBF DE ACORDO COM AS PRIORIDADES DAS FAMÍLIAS

Na pergunta 4 do Quadro 9 sobre quais os gastos com o benefício, o foco principal foi investigar se o PBF cumpre seu objetivo principal de minimizar a extrema pobreza ou se atende também outras privações materiais das famílias entrevistadas. Os resultados colhidos mostram que parte dos recursos estavam sendo empregados para outras áreas de acordo com as necessidades extremas do núcleo familiar dos beneficiários.

Podemos resumir os resultados para o grupo de vinte famílias pesquisadas, correspondente a 5% da média das famílias beneficiárias desde o início do PBF, com filhos matriculados na Escola Municipal Fenelon Medeiros no município de Santo André (PB) através da figura abaixo.

**Figura 13** - Uso dos recursos do PBF por ordem de prioridades de acordo com os resultados da pesquisa. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Para construir a ordem de prioridades expostas na figura acima, tomou-se como base as respostas das famílias entrevistadas a seguir:

*“É na alimentação, que é o principal. E na energia? Que aqui eu faço as compras e a energia não dá para fazer tudo não, mas é uma ajuda boa para as despesas da alimentação”* (J.F.R. - 18 anos no PBF - Idade 37 anos).

*“Invisto todo em feira, nós vive dele e tem vez que não dá, do jeito que as coisas estão cara agora”* (M.D.T. - 19 anos no PBF - Idade 53 anos).

*“Só mais assim a gente manter a feira, a luz e gás nos foca mais”* (D.G.S. - 21 anos no PBF - Idade 44 anos).

*“Pago primeiro o aluguel, R\$ 250 reais, num lugar que nem esse aluguel mata viu, depois o que sobra a pessoa se vira, paga alimentação, energia veio R\$ 88 no mês de janeiro 2022, e água né? Compro uma pipa grande por R\$ 100 só dar pra isso e pra dar graças a Deus a pessoa desempregada [...]”* (F.C.A - 12 anos no PBF - Idade 28 anos).

Nestas falas é possível observar que o PBF vai além do combate à fome, pobreza e extrema pobreza, pelo fato das famílias não possuírem renda, acabam tendo que empregar os recursos para suprir outras necessidades, onde após comprar alimentos asseguram o pagamento das contas de energia elétrica e água. A cidade de Santo André (PB), possui água saneada fornecida pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), através da adutora que envia água da transposição do Rio São Francisco.

Mas existem dois graves problemas para a população, primeiro, a água passa dias ou semanas para chegar às torneiras, não tendo fornecimento regular, segundo, parte da cidade ainda não tem água saneada, sendo a única opção comprar água sem tratamento, transportada a preços entre 10 e 15 reais, em carroças puxadas por motos, bois ou jumentos.

Essa despesa com água foi bastante enfatizada pelas famílias beneficiárias, que custeiam essa despesa ao invés de comprar alimentos, enquanto o estado deveria prover o acesso à água tratada, mostrando que a transposição do Rio São Francisco ainda não cumpriu seu objetivo, e revela que o estado da Paraíba possui ineficiência quanto a gestão de recursos hídricos que não iremos nos aprofundar nessa problemática.

O PBF cumpre seu objetivo principal de suprir a carência nutricional das famílias assistidas pelo programa, mas também é capaz de sanar outras necessidades, como mostram as falas a seguir:

*“É porque Fabiano, as coisas tá muito cara pra mim tudo, sabe? Vai pra alimentação, energia, pago água aqui também, nem têm água encanada, compro uma pipa por R\$ 15. Remédio, às vezes compro também, dar não, tem que se virar com outras coisas”* (M.D.N – 13 anos no PBF – Idade 44 anos).

“Gasto com alimentação com medicação, com tudo, que parece que é Jesus, que não dá para pagar tudo, entendeu? Na farmácia mermo esse mês, eu tenho que pagar 270 reais (espanto com o valor pra ela alto do débito) aí eu já vou dou um pedaço aí comprei um bujão, R\$ 95, meu Deus do céu aí compro as coisas dos meninos [...]” (M.S.N – 20 anos no PBF – Idade 53 anos).

Percebe-se que, os recursos são empregados além de alimentação e são usados para custear energia, gás e para a compra de remédios, tudo isso influencia na saúde, bem-estar e cidadania das famílias. Portando, os programas do Governo Federal de distribuição de medicações, através das farmácias básicas, e os recursos repassados para os municípios para custeio da política universal de saúde, não conseguem socorrer os mais necessitados. Desse modo, nota-se a necessidade de investigações e pesquisas para reorganização das prioridades da política nacional de saúde pública.

Para finalizar a análise dos gastos do PBF obtivemos resultados também relacionados a garantia de moradia para as famílias beneficiadas.

Com relação a moradia apresentamos abaixo fotos onde retrata o padrão construtivo das residências das famílias beneficiárias, onde algumas pagam aluguel com recursos do PBF, e ruas aonde ainda não chega sistema de abastecimento de água e falta infraestrutura básica, como rede de esgoto e pavimentação nas ruas.

**Figura 14** - Padrão construtivo das ruas onde residem algumas famílias beneficiárias.  
Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023





Fonte: elaborado pelo autor, 2023

As fotos acima mostram o padrão construtivo das residências pesquisadas, no contexto em que parte das entrevistadas pagam aluguel, a maioria reside em ruas sem pavimentação, outras em residências de conjuntos habitacionais construídos pelo Governo Federal, similar à Minha Casa, Minha Vida. Na cidade de Santo André (PB), essas casas são conhecidas pelo jargão de “casinhas”, nas fotos acima visualiza-se ruas sem acesso a água saneada, rede de esgoto, calçamento e infraestrutura adequada, mostrando mais uma vez que temos vários brasis<sup>49</sup>, uns tem tudo, outros não o básico para se viver com dignidade.

### 3.4 HOJE COM OU SEM BOLSA FAMÍLIA AS CRIANÇAS VÃO PARA A ESCOLA?

Ao fazer o seguinte questionamento: “se não houvesse a condicionalidade da frequência escolar para receber o PBF, você teria mantido os filhos na escola?”, todas responderam de forma contundente acerca do valor da educação para as famílias beneficiárias. Abaixo, apresentamos algumas falas consideradas impactantes para atingir o objetivo da pesquisa, relacionado ao fato de manter os filhos frequentando a escola, independentemente de ter PBF ou não.

<sup>49</sup> Para um aprofundamento sobre o tema ler: “Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros”. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/xW994h4CkBRyFKbQWkGg4YQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

“Eu acho o seguinte: nós, como pais, temos a obrigação de botar os filhos na escola, então não é por conta de um bolsa família que a gente não vai deixar de um filho estudar, né? A gente tem por obrigação, independentemente de ter o bolsa família ou não. Você tem de manter o filho na escola” (J.F.R. - 18 anos no PBF - Idade 37 anos).

“Sim, porque é minha obrigação de manter as crianças na escola até o fim e seguir com eles até o momento que eles quiser a profissão da vida deles, não é? Por que mãe e o pai, ele tem que acompanhar até o fim” (D.G.S - 21 anos no PBF - Idade 44 anos).

“Mandava sim meu filho pra escola pra ele aprender, não é? Porque eu não estudei, não é, Fabiano? Por mim eu quero que ele estude, seja alguém na vida assim, né Fabiano? Que é o estudo, é tudo na vida eu acho você sem o estudo não é nada” (M.D.N - 13 anos no PBF- Idade 44 anos).

Todas as famílias entrevistadas estavam dispostas a manter seus filhos na escola independente de ser beneficiária ou não com PBF: “*Com certeza. Educação essencial não é independente de você tirar o bolsa de família ou não. Com certeza, tem que deixar seus filhos estudarem*” (S.M.F. - 14 anos no PBF - Idade 37 anos). Em grande parte das falas, observa-se que as famílias demonstram uma consciência acerca da importância da educação como direito de seus filhos, sinalizando que o PBF aliado a outros direitos previstos constitucionalmente é capaz de contribuir para melhorar as práticas educacionais.

Em outra perspectiva, ao perguntar “se não houvesse a condicionalidade da frequência escolar para receber o PBF, você teria mantido os filhos na escola?”, obtivemos respostas no sentido da importância da formação intelectual e para o trabalho, sendo a educação ofertada aos filhos como uma esperança para superação das desigualdades educacionais e sociais.

“Eu mantinha meus filhos na escola. Por que me justifique? Porque Fabiano um futuro para eles, mais lá pra frente. E o que eu tenho para dar pra eles é os estudos, somente. Por que só é o que a gente tem pra dar aos filhos da gente né? os estudos pra no futuro ser alguma coisa” (A.P.M - 19 anos no PBF- Idade 46 anos).

“Se não tivesse bolsa família eu mandaria porque é o futuro deles, né? É o que eles têm na vida, é o estudo, se eles não estudar não vão ser ninguém, né. Tem que estudar para ser alguém na vida, eu não estudei até hoje me arrependo que eu não sei ler” (I.C.R - 20 anos no PBF - Idade 46 anos).

“Lógico tinha sim, tem que aprender as coisas, né? A pessoa hoje em dia sem estudo não é ninguém não homem” (F.CA - 12 anos no PBF- Idade 28 anos).

“Sim, que por que é de grande importância, educação pra o futuro deles, mas na frente inclusive, Rian graças a Deus, já vai fazer o técnico de enfermagem, vai fazer na faculdade em Campina e se não tem estudado, né não tinha como fazer” (R.D.N - 19 anos no PBF - Idade 37 anos).

As justificativas para terem esta visão contundente sobre a importância da educação, mantendo os filhos na escola independente de ter acesso ao PBF, nos faz refletir que apesar de

economicamente estarem em situação de privação material severa, vivendo na pobreza extrema, estigmatizados num dos países mais desiguais do mundo, existe uma força interior de esperança na educação como construtora de pontes para um futuro melhor.

O fato de ter a garantia do recurso financeiro, apesar do baixo valor, para suprir as necessidades mínimas e garantir a cidadania, já socorre de forma imediata as famílias sem trabalho formal, devendo ser levado em consideração por estudiosos e, principalmente, pela classe política e pelos governantes, já que a manutenção, extinção de programas de transferência de renda ou reordenamento das políticas públicas para seguridade social passam, majoritariamente, por decisões políticas, a exemplo da substituição do PBF pelo Auxílio Brasil, onde não houve nenhum debate com as redes de CREAS e SUAS, tampouco com a sociedade.

No presente estudo, encontramos percepções positivas das famílias beneficiárias sobre a importância da educação para a vida, mostrando que as famílias estigmatizadas como incapazes de ter sucesso na escola por viverem em situação de pobreza: *“A pessoa hoje em dia sem estudo não é ninguém não home”*, reagem apostando no valor da educação como capaz de transpor o *status* atual para outros campos *“ inclusive, Rian graças a Deus, já vai fazer o técnico de enfermagem, vai fazer na faculdade em Campina e se não tem estudado, né não tinha como fazer”* (R.S.L - 19 anos no PBF).

Essa beneficiária tinha 19 anos no programa, desde a bolsa escola, bolsa alimentação e vale gás, depois migrou para o PBF e atualmente recebia o Auxílio Brasil, faz questão de guardar os cartões magnéticos desde a entrada no programa e autorizou o pesquisador a fotografar durante a entrevista em sua residência, conforme foto abaixo:

**Figura 15** - Imagem do Cartão Cidadão, ano 2002. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

**Figura 16** - Imagem do primeiro cartão do Bolsa Família, que fazia parte do Programa Fome Zero. Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

A entrevistada demonstrou de forma enfática a importância do PBF para manter o filho frequentando a escola e revelou que parte dos recursos recebidos sempre foram investidos na educação dele, e que ainda continuava empregando parte dos recursos recebidos no pagamento da mensalidade do curso técnico em enfermagem, mostrando que o PBF foi capaz de contribuir na melhoria do capital humano dos beneficiários.

Nas imagens acima, visualiza-se dois momentos históricos para a seguridade social brasileira. Essa família entrevistada guarda até hoje o primeiro cartão, recebido no ano de 2002, denominado cartão cidadão<sup>50</sup>. O programa fez parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, que na época atendia as famílias carentes com Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, vinculando o Bolsa Escola à frequência escolar, o Bolsa Alimentação à Fome e o Auxílio Gás para complementar a renda. Observa-se que nas imagens do verso do cartão estava escrito: *“Este cartão é pessoal e intransferível. Todos os benefícios da rede de proteção social e os programas trabalhistas e previdenciários podem ser recebidos com este cartão”*. Assim, o Brasil dava início a uma nova fase para garantias de direitos, onde foi dada a largada de uma força tarefa da rede de assistência social dos municípios e estados para mapear e cadastrar todos em situação de pobreza e extrema pobreza, na época se preenchia

<sup>50</sup> Institucionalização do Programa de Garantia de Renda Mínima (Lei 9533/1997, regulamentada pelo Decreto 2609/1998), permitindo o repasse de apoio financeiro da União aos municípios que operassem programas de renda mínima associado à ações socioeducativas em seus territórios. O Programa Bolsa Alimentação (MP 2206/2001), operado pelo Ministério da Saúde, passou a estabelecer a complementação da renda de mães gestantes, amamentando filhos e crianças com idade entre 6 meses a seis anos e onze meses, com riscos nutricionais. Surge, em 2000, o Programa Auxílio-Gás, motivado pela retirada do subsídio aos derivados do petróleo, auxiliando o orçamento doméstico das famílias que já estavam sendo atendidas nos demais programas de transferência de renda. Em julho de 2002, foi instituído o “Cartão do Cidadão”, em forma magnética, permitindo às pessoas beneficiárias receberem seu auxílio financeiro diretamente da Caixa Econômica Federal. Disponível em: <https://tucano.org.br/pequena-historia-dos-programas-de-transferencia-de-renda/>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

um formulário impresso de forma manual e transmitia as informações para o CadÚnico do Governo Federal, na perspectiva de ser contemplado e se enquadrar como família com necessidade de renda para superação da fome e pobreza.

O CadÚnico foi instituído por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Em 2003 aconteceu a integração entre a base do CadÚnico e a do Programa Bolsa Escola, sendo que os cadastros das famílias beneficiárias de tal programa devia ser atualizados e complementados no CadÚnico. Também neste ano, foi criado o Programa Bolsa Família, que ainda hoje se constitui como principal usuário do CadÚnico. Em 2005, foi formalizada a adesão ao CadÚnico e ao PBF por parte dos municípios e estados brasileiros, o que levou a um grande processo de atualização cadastral, que continua até os dias de hoje.

Por fim, vale mencionar que, em 2003, havia cerca de 10 milhões de famílias cadastradas. Hoje, este número é de 19,5 milhões. Objetivo: Identificar todas as famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa para planejamento de políticas públicas em todas as esferas de governo. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios<sup>51</sup>.

O segundo cartão, Figura 16, do primeiro cartão do PBF, início do governo Lula, temos o Programa Fome Zero como grande articulação de diversos ministérios para unificação de todos os benefícios. No verso do cartão magnético a mensagem chega aos beneficiários da seguinte forma: *“O portador deste cartão assume o compromisso de cumprir as obrigações do programa ou perderá o direito aos benefícios”*. Com essa mensagem ver-se o poder coercitivo do estado em estabelecer critérios, sendo taxativo quanto ao cumprimento das condicionalidades para educação, através da frequência escolar das crianças e saúde, no acompanhamento nutricional e na atualização do cartão de vacinas. Por fim, este achado foi de grande valia para estabelecer esse corte temporal e retomar um pouco da história da seguridade social vivenciada por milhões de brasileiros nas últimas décadas.

### 3.5 O PBF CONTRIBUIU PARA UMA SOCIEDADE MELHOR?

A pergunta 6 do quadro 9 buscou-se investigar as percepções das famílias sobre as contribuições do PBF para se ter uma escola melhor para a comunidade.

Algumas falas merecem destaque:

---

<sup>51</sup> Disponível em:

“Eu acho que sim. Muita gente vai pra escola pela bolsa família. Se não existisse pra mim seria muito ruim, mas Deus me livre de acabar” (H.N.S- 18 anos no PBF - Idade 33 anos).

Meu filho, eu acho que ajudou sabe por quê? Porque antes, quando não tinha, era muita gente passando fome, nera? E hoje, depois que tem esse bolsa família, cada qual tem um dinheirinho pra fazer sua feira pra pagar até um aluguel se não tiver onde morar, tem da onde tirar, né? Eu acho que ajudou bastante (I.V.R - 20 anos no PBF - Idade 46 anos).

As famílias entrevistadas relatam que o PBF contribui para a comunidade ter acesso a uma escola melhor a partir do momento em que os recursos financeiros repassados são empregados na alimentação, pagamento de aluguel e de outras necessidades das famílias. Uma vez suprindo as necessidades básicas da família, garantindo a permanência dos filhos na escola e, conseqüentemente, aumento do capital humano, o PBF também foi capaz de, harmonicamente, provocar melhorias na dimensão econômica e social. *“Ajuda muito quem não tem uma renda, né? Assim, ter renda de um salário é muito importante em todos os sentidos, né? Na educação, alimentação, higiene básica, né? Com tudo”* (L.N.Q- 11 anos no PBF - Idade 30 anos).

Apresentamos duas percepções diferentes sobre o PBF, a primeira sinaliza que o programa contribuiu a longo prazo para a construção de uma escola melhor na sociedade, quando proporciona acesso a bens, serviços, alimentação e materiais que sem renda mínima seria inviável assegurar essas famílias.

Na segunda percepção foi dito que o PBF não contribuiu para uma escola melhor para a comunidade, ao afirmarem que: *“Tem muitos pais que só bota os filhos para estudar por causa desse dinheiro, se não, não mandava, tem uns que nem liga, bota quente pra ir, só vai por causa desse dinheiro, se não perde”* (S.A.N- 13 anos no PBF - Idade 38 anos).

Em síntese, existem posicionamentos de algumas beneficiárias de que o PBF não contribuiu com a escola nem com a sociedade, quando se volta para o estigma de que os pais só mantêm os filhos na escola para não perder o benefício.

Essa visão na dimensão moral e cultural pode ser correlacionada ao que disse Machado (2020) em seu estudo:

A adesão de grande parte das entrevistadas aos discursos estereotipados sobre o pobre beneficiário reflete, na realidade, o quanto a disseminação de imagens negativas é poderosa para formação de opinião, bem como o quanto os valores meritocráticos de sucesso individual permeiam a sociedade e perpassam as diversas classes sociais (MACHADO, 2020, p. 193).

Podemos concordar com os resultados do trabalho de Machado (2020)<sup>52</sup> onde em sua tese de doutorado “A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família” identificou posturas de acordo com as dimensões moral e cultural, já que o natural do capital e sociedade é estabelecer um sentimento de culpar os pobres por sua pobreza, impondo subjetivamente como única forma de superação a meritocracia, ou seja, cada um por si e Deus por todos. Esta situação está impregnada na sociedade brasileira, onde é presente sentimentos perversos contra os mais pobres, mostrando acentuadas diferenças em um dos países mais desiguais do mundo.

A imagem negativa do PBF acaba perpassando a burguesia, chegando aos mais pobres, tendo grande destaque pela mídia quando demoniza programas sociais importantes como o PBF, de alcance continental, transferindo renda para aproximadamente 25% da população brasileira.

Após as contribuições do PBF sobre a escola e a sociedade, investigou-se a opinião das famílias beneficiárias sobre o ensino recebido na escola Fenelon Medeiros (Pergunta 7 do Quadro 9).

Como visto em dados apresentados anteriormente nesse estudo, as famílias entrevistadas apresentaram baixo índice de analfabetismo, apenas 5% do grupo entrevistada. Portanto, acreditamos que esse grupo apresentou as condições de fazer uma avaliação, que correspondeu à realidade dentro dos limites e possibilidades subjetivas das entrevistadas.

Como resultado foi apresentado nas falas das chefes de famílias uma avaliação positiva da escola e do ensino oferecido aos filhos matriculados, conforme destacamos abaixo:

“É ótimo, tem toda uma dedicação dos professores, sempre estão buscando e incentivando, apesar de que agora, com essa pandemia, apesar de ser online, mas não deixa de não ter a preocupação de fazer e enviar as tarefas, pra eles fazerem” (J.F.R- 18 anos no PBF - Idade 37 anos).

*“O ensino é ótimo. Quando voltar pessoalmente será melhor, não é? Porque ave maria, essa aula online eu me alfabetizei de novo”* (H.N.S - 18 anos no PBF - Idade 33 anos).

*“Ótimo, não tenho do que reclamar, é melhor do que uma faculdade, essa escola daqui. Você tem professor, tem merenda, não falta nada, excelentes professores, né Fabiano?”* (M.F.A - 13 anos no PBF - Idade 37 anos).

---

<sup>52</sup> Ler mais em: MACHADO, Nírive Fonseca. A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família -Tese Doutorado UFPB - João Pessoa, 2020.

“É muito bom. Apesar desse ano não ter tido escola, ter tido as coisas desmanteladas, mais se já começasse a ensinar era melhor ainda, que os meninos já iam para a escola, certo? Porque os daqui coitadinho, se engancharam nesse negócio de laive, aí não tem internet certo. Vamos ver as tarefas, aí não tá vindo mais, parou né?” (M.D.T - 19 anos no PBF - Idade 53 anos).

As famílias foram consensuais com relação à avaliação da escola e do ensino oferecido, enfatizando que o ensino ofertado é capaz de atender com qualidade os filhos matriculados, tanto com relação à aprendizagem, como os recursos humanos, materiais e alimentação para os alunos.

Logo, podemos concordar mais uma vez com o trabalho de Machado (2020), onde as famílias apresentaram “depoimentos sejam consensuais no que se refere ao valor indiscutível da educação na vida de seus filhos”, mostrando que programas de transferência de renda condicionados a valoração da educação foram capazes de criar uma conscientização do valor da educação para vida dessas famílias, como direito com a contribuição do estado para manter seus filhos matriculados.

Foi observado que durante a pandemia da covid-19 essas famílias do PBF tiveram grandes dificuldades para ter acesso ao ensino, pois as crianças não tinham a rotina escolar presencial, inclusive com alimentação, permitindo que algumas delas trabalhassem em trabalhos informais para complementar a renda.

“O ensino é bom, Fabiano, mas assim eu concordo nesse tempo de pandemia ficou meio vago por conta de ser só uma vez na semana que por mim, eu como mãe queria que fosse todos os dias online, eu tenho internet em casa, mas nem todo mundo tem” (H.N.S - 11 anos no PBF - Idade 30 anos).

As baixas condições de acesso à internet e a ausência de recursos tecnológicos das famílias para ter acesso às aulas em formato *on-line*, onde as famílias numerosas tinham apenas um aparelho celular para ser compartilhado, ampliando as desigualdades educacionais e sociais. Sendo unânimes que a escola só consegue promover uma aprendizagem significativa no ensino presencial para o contexto vivenciado por elas.

### **3.5.1 A importância do PBF para combater a fome**

Ao delinear a conversa sobre o PBF com as famílias, terminamos com uma pergunta muito forte para quem necessita de renda do estado brasileiro para sobreviver. Assim, esse tópico é nortado pela seguinte pergunta: qual a importância do PBF enquanto existiu para a vida de sua família?

Abaixo, apresentamos algumas percepções das famílias sobre a importância do PBF para uma geração de brasileiros que por quase duas décadas sobrevivem das transferências de renda do programa:

“Se não tivesse a maioria hoje estava vivendo de que? Não tinham o que comer, para muitos, não tem trabalho. Né? E o meu toda vida desde que comecei a receber compro troços para os meninos, fazer a fera pra comer mais eles e vou vivendo até hoje com ele” (M.D.T - 19 anos no PBF - Idade 53 anos).

“Bem importante para mim, que graças a Deus, agradeço primeiro lugar, segundo a bolsa família dar pra fazer compra para eles comer não é? Se não fosse a bolsa família, a gente ia viver de que né?” (R.CA. - 18 anos no PBF - Idade 43 anos).

*“Pra mim ajuda muito na alimentação, porque graças a Deus é a metade da minha feira, era agora é praticamente tudo”* (H.N.S - 18 anos no PBF - Idade 33 anos).

*“Bolsa Família é tudo minha vida, não sei o que seria de mim sem ele, juro a você vamos esperar emprego não arruma mais, com 53 anos e doente e a menina doente”* (M.S.N - 20 anos no PBF - Idade 53 anos).

“Para mim foi um benefício muito bom pra todo mundo né? Pra mim e eu sei que todos acham a mesma coisa, porque é uma coisa que ajuda muito, né? Tirou muita gente da pobreza, da fome, antes, mesmo quando eu tinha meus meninos sabia o que sofria pra ter as coisas tinha o Bolsa Escola, mas não é que nem agora que tem esses aumentos que já dá pra ir levando mais um pouco, não é?” (I.V.C.R - 20 anos no PBF - Idade 43 anos).

Os beneficiários que estão no abismo social ou invisíveis aos olhos da sociedade enfrentam tantas dificuldades no dia a dia para sobreviver com tão pouco que é ofertado pelo estado, mesmo assim, ainda se sentem privilegiados por fazer parte do programa, afirmando que o PBF minimizou a fome de muita gente e proporcionou garantia de alimentos por mais de uma década para suas vidas.

Neste novo cenário da distribuição de renda, com a tentativa de combater a anomia de direitos sociais no Brasil, o programa tornou-se a principal política pública de distribuição de renda de alcance gigantesco, com reconhecimento internacional pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com o Campelo e Neri (2013, p.17), “o mito de que o Bolsa Família seria um programa de natureza populista também foi derrubado. O programa consolidou-se como uma política de estado”, tornou-se o centro das políticas sociais brasileiras, no combate às desigualdades socioeconômicas, de modo a atingir um patamar elevado dentro da proteção

social e valorização dos direitos humanos no Brasil. “Esses mitos que cercavam o Bolsa Família e alimentavam um imaginário conservador eram também mitos **contra o próprio avanço social e democrático do país**” (CAMPELO, NERI, 2013, p.17. grifo nosso).

“É uma ajuda muito boa, imagine se não tivesse o bolsa família eu acho que era pior o Brasil (risos) já tem fome, imagina se não tivesse esse bolsa família aí era que tinha fome, aqui a gente se vira com alguma coisa compra fiado, esse povo lá fora no Rio de Janeiro, Fabiano, sofre muito, que tem muitos que passa fome, né? Até morre de fome” (M.D.A.N - 13 anos no PBF - Idade 44 anos).

Nesse esforço pela distribuição de renda, com destaque para segurança alimentar de milhões de brasileiros, o PBF se consolidou, atendendo aos que mais necessitam de ações imediatas e permanentes do estado, visando garantir direitos previstos constitucionalmente mostrando que vai muito além de ser um programa puramente assistencialista.

### 3.6 SÍNTESE

Neste capítulo, buscou-se realizar uma análise mista dos dados coletados (quantitativo/qualitativo). Observou-se que 100% das entrevistadas beneficiárias são chefes de família e administram os recursos do PBF, configurando uma nova fase de empoderamento feminino nas decisões para o bem-estar dos membros do núcleo familiar.

Foi possível observar que apenas 10% das beneficiárias possuem entre 20 a 30 anos, mostrando que haviam poucas jovens sendo contempladas pelo programa. Portanto, a maioria (90%) tinham entre 31 a 54 anos, ou seja, famílias que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho formal e não conseguiram acesso às portas de saída. 60% das entrevistadas possuíam entre 17 e 21 anos no PBF, sendo beneficiárias desde o ano 2001, recebendo transferência de renda em dinheiro para matar a fome, sendo pertinente lembrar um jargão regional que os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, seria o senso comum afirmando o que a ciência prova com dados e pesquisas científicas.

Quanto à escolaridade, apenas 5% das entrevistadas eram analfabetas e 55% possuíam o ensino médio incompleto ou completo, configurando nível satisfatório educacional para avaliar criticamente as percepções e suas histórias de vida durante as entrevistas.

80% das entrevistadas tiveram nascimento de 1 a 4 filhos e no momento da pesquisa 85% possuíam de 2 a 5 pessoas na residência, que sobreviviam da transferência de recursos do PBF. Parte delas conseguiam complementar a renda com trabalhos informais para garantir estados mínimos de cidadania e acesso a serviços e políticas públicas.

Para todas as beneficiárias entrevistadas os recursos do PBF matam mais que a fome, servindo para subsidiar outras necessidades da família, como despesas de água, energia, aluguel, conta de internet, remédios e até mesmo cursos técnicos.

Esta amplitude, apesar do valor do benefício ser baixo, mostra a fragilidade destas famílias para garantir direitos fundamentais para o exercício da cidadania e traz à tona os sérios problemas sociais que o Brasil enfrenta, não conseguindo apresentar uma solução a curto, médio e longo prazo. Grande parte dos beneficiários estão perto de duas décadas no PBF e parte deles só se desligarão quando tiverem acesso a outras fontes de sobrevivência, como aposentadoria rural ou BPC, sendo dependentes do estado por aproximadamente três décadas. Outro resultado importante foi que todas as vinte famílias entrevistadas afirmaram que os filhos iriam para a escola independente das condicionalidades para receber o PBF, mesmo o programa tendo ao longo de dezoito anos dado um apoio fundamental para a frequência escolar, monitorando mais de 17 milhões de crianças, influenciando diretamente na melhoria dos indicadores educacionais conforme mostrado no segundo capítulo.

O PBF possui relações com os objetivos dos planos nacionais, estaduais e municipais de educação, e as condicionalidades para universalização do acesso e manutenção das crianças na escola. O programa foi capaz de contribuir a longo prazo e de forma positiva para melhoria do capital humano das famílias beneficiárias, revelando sua importância para a sociedade brasileira com destaque para uma estratificação social que vive no abismo, sem acesso às políticas públicas, trabalho e renda em situação de pobreza e extrema pobreza.

Por fim, quando era questionado sobre a importância do PBF para a vida dos beneficiários, todas as vinte entrevistadas afirmaram que não sabiam o que fariam para sobreviver sem ele, pois a fome voltaria a fazer parte de suas vidas. Como não possuíam renda nem qualificação para o trabalho formal, vivendo na cidade de Santo André (PB), com poucas vagas de trabalho na iniciativa privada, afirmaram por unanimidade, que ficariam sem o direito fundamental à alimentação apesar de reconhecerem o PBF como um direito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta dissertação, fruto de um grande encontro entre minha trajetória, profissional por mais de 20 (vinte) anos como professor na Escola Municipal Fenelon Medeiros na cidade de Santo André (PB), o PBF e o Programa de Mestrado em Ciências Sociais (PPGS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Ao refletir cientificamente sobre as

contribuições do programa para educação e cidadania, pode vivenciar tensões educacionais e sociais que entrelaçam o PBF entre escola, famílias, extrema pobreza, profissionais da educação, alinhamento administrativo e pedagógico da gestão escolar visando a melhoria nos indicadores educacionais através da manutenção do acesso e permanência do aluno na escola.

Concluimos que, o PBF a longo prazo contribuiu no contexto da pesquisa para melhoria no rendimento dos índices educacionais de aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-série, nos resultados das avaliações externas do SAEB e em parte para o IDEB como demonstrado no comparativo antes e depois da implantação do programa no município.

No ano de 2019, com 16 anos do PBF, o município apresentou uma distorção idade-série de apenas 8%, havendo uma redução de 59% comparado com o ano 2000, com relação a taxa de aprovação no ano de 2000 era de apenas 73,55%, enquanto a escola obteve 93,6% no ano de 2019, havendo aumento de 20,05 % na taxa de aprovação, representando um avanço extraordinário no acesso, permanência e diminuição da distorção idade-série e elevação da aprovação.

Os resultados com relação ao desempenho dos alunos a nível municipal nas avaliações externas do SAEB para o Ensino Fundamental I (5º ano), ao estudarmos a média entre 2007 e 2019 em matemática a nota aumentou de 169,95 para 206,74 representando um avanço de 22%, enquanto a Paraíba e o Brasil apresentou avanços de 18% mostrando um crescimento estável a nível local, estadual e nacional, com relação ao aprendizado em língua portuguesa no mesmo período o município obteve uma melhoria de 29%, para Paraíba houve melhoria de 23% e no Brasil 22%, com avanços para todos os entes federados.

Para o Ensino Fundamental II (9º ano), houve em matemática uma melhoria no aprendizado para o município de 21%, enquanto a Paraíba melhorou 11% e o Brasil 7%. Em língua portuguesa no período pesquisado as médias foram 210,40 e 278,90, isso mostra 32%, de melhoria no rendimento para alunos da escola pesquisada, enquanto a Paraíba avançou 14% e o Brasil 12%. Em síntese, a pesquisa mostra que as condicionalidades do PBF contribuíram positivamente para melhoria da aprendizagem dos alunos para o Ensino Fundamental I (5º ano) e Fundamental II (9º ano) nas avaliações externas do SAEB, contribuindo para aumentar o capital humano e minimizar o ciclo intergeracional de pobreza.

Com relação ao perfil das famílias beneficiárias e os recursos repassados observou-se o número médio de famílias atendidas no município de Santo André (PB), no período entre 2007 e 2019, de 412 famílias que recebiam *per capita* em média R\$ 179,53 mensal e anual de

R\$ 2.154,36. Estas famílias representam, ao considerarmos um núcleo familiar com no mínimo três pessoas, uma cobertura do PBF de aproximadamente 50% da população do município. Com matrícula média no mesmo período de 459 alunos, mostrando que quase a totalidade dos alunos fazem parte do PBF e seu alcance social é importante para proteção social que vem passando por um processo de corrosão com a extinção do PBF.

Ademais, comprovou-se que o PBF repassou no mês de dezembro de 2007 para as famílias beneficiárias do município de Santo André (PB) o valor de R\$ 27.554 representando 16,02% do valor transferido no mesmo mês pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM)<sup>53</sup> no valor de R\$ 170.064,03<sup>54</sup>, cumprindo com os objetivos do programa para combater a extrema pobreza, distribuir renda e fortalecer os pequenos comércios locais.

Em dezembro de 2019 foi repassado aos beneficiários o valor de R\$ 80.168, enquanto o município recebeu de FPM o valor de R\$ 381.836,38, que significa 21% da receita repassada pelo Governo Federal, mostrando um aumento neste percentual ao longo dos anos. Também comprovamos um aumento no orçamento para a seguridade social no município, no período entre 2007 e 2019 os repasses cresceram 191%, para o estado 213%, enquanto no Brasil foi 204%, com uma média de 202% para os entes federados, apesar de se manter estável o número de beneficiários, aumentou os investimentos no programa.

De outro lado, viu-se que as situações de extrema pobreza dos beneficiários entre 2015 e 2020 sofreu uma redução de aproximadamente 27% no município pesquisado, mostrando que parte da sociedade brasileira não compreende o jargão “quem tem fome tem pressa” para ser socorrido com os programas de transferência de renda para garantir a alimentação, contribuir para educação e combater privações materiais severas das famílias beneficiárias.

Ao dar margem para as percepções das beneficiárias sobre as práticas educacionais e cidadania outras dimensões emergiram no campo sobre o PBF. Desse modo, constatou-se neste trabalho que 100% das entrevistadas beneficiárias são chefes de família e administravam os recursos do PBF. Encontramos apenas 10% das beneficiárias com idade entre 20 a 30 anos, sendo a maioria (90%) com idade entre 31 e 54 anos, estas representam as famílias que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho formal, não conseguindo as portas

---

<sup>53</sup> O FPM está previsto no art. 159, I, b e d, da Constituição Federal. Esses dispositivos determinam que 23,5% da arrecadação, pela União, dos impostos de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) sejam destinados ao FPM. Trata-se, portanto, de partilhar a receita de impostos específicos e não a receita da União como um todo. pg. 30. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/id/882/4/R159-13.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2022.

<sup>54</sup> Ver de repasses aos municípios do F.P.M – Fundo de Participação dos Municípios. Disponível em: <https://www42.bb.com.br/portallbb/daf/demonstrativo,802,4647,4652,0,1,1.bb?cid=9541>. Acesso em: 23 de out. de 2022.

de saída do programa. 60% das entrevistadas já possuem entre 17 e 21 anos no PBF, desde o ano 2001 recebem o benefício para matar a fome. Como conclusão foi possível verificar no momento da pesquisa que 85% das famílias tinham de duas a cinco pessoas na residência que sobrevivem com transferência dos recursos do PBF, para garantir alimentação e as necessidades básicas, apesar do baixo valor do benefício. Parte delas complementam a renda com trabalhos informais.

A pesquisa comprovou que todas as beneficiárias empregam os recursos primeiro para alimentação, depois com despesas de água, energia, aluguel, conta de internet, remédios e cursos técnicos. Esta amplitude mostra a fragilidade destas famílias para garantir direitos fundamentais para o exercício da cidadania e os sérios problemas sociais que o Brasil não consegue apresentar uma solução a curto, médio e longo prazo.

Outro resultado importante foi que todas as vinte famílias entrevistadas afirmaram que os filhos iriam para a escola independente das condicionalidades para receber o PBF, mesmo o programa tendo dado um apoio fundamental para a frequência dos beneficiários na escola, influenciando diretamente na melhoria dos indicadores educacionais.

O estudo também mostrou a importância do PBF para cidadãos brasileiros do município de Santo André (PB), que necessitam do Estado para garantir o mínimo de alimentação para suas famílias, as entrevistadas externaram durante a pesquisa que não sabiam o que fazer para sobreviver caso deixassem de ser beneficiárias, reconhecendo o PBF como direito, em um dos países mais desiguais do mundo como o Brasil.

Isso nos direciona a compreender o referido programa como uma política sistêmica vinculada diretamente aos direitos e serviços básicos assegurados às famílias beneficiadas. O que nos permite refletir também que não existe êxito educacional sem o olhar para a segurança alimentar e renda mínima.

É importante destacar que o PBF perpassou os postulados tradicionais de um programa simplesmente de transferência de rede, por isso, não se compara a versão apresentada como Auxílio Brasil. Diferente desse último, o PBF se caracterizava pela exigência do êxito escolar das crianças e adolescentes do núcleo familiar dos beneficiários, o que faz o programa ser muito mais do que uma política assistencialista. O programa promovia uma relação entre a família e a escola, considerando o controle da frequência na escola e outras exigências no processo de cuidado com a educação e saúde, promovendo uma articulação com outras políticas e programas de transferência de renda para no futuro oportunizar a porta de saída aos membros das famílias beneficiadas.

Por fim, acreditamos ter alcançado os objetivos propostos neste trabalho, mostrando resultados do programa para educação e suas relações com outras ações promovidas pelo município para fortalecer o processo educacional, apresentando significativas contribuições do PBF para elevação dos índices educacionais a nível local, estadual, nacional e cidadania que o estado brasileiro precisa continuar garantindo. A pesquisa abre uma oportunidade para os estudiosos se aprofundarem sobre esta problemática, tendo em vista que nunca estaremos prontos, nem permitiremos que os problemas sociais sejam considerados resolvidos por completos nos dilemas entre Estado, educação e sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados**, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000300003>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

BESSON, J. L. As estatísticas: verdadeiras ou falsas? *In*: BESSON, J. L. **A Ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995.

BOURDIEU, P. Compreender. *In*: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R. C.; DALT, S. D. Programa Bolsa Família: Percepção no cotidiano da escola. **Política & Trabalho**, v. 38, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14312>. Acesso em: 20 de abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 09 out. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm). Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 03 de out 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. **Saeb 2019**: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/indicador\\_nivel\\_socioeconomico\\_saeb\\_2019\\_nota\\_tecnica.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2019_nota_tecnica.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. **Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)**: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2015/nota\\_tecnica/nota\\_tecnica\\_inep\\_inse\\_2015.pdf](https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_inep_inse_2015.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Presidente (2003-:Lula). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052–1063, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200267>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CASONATO, L. **O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a educação nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012**. 2014. 137 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever e a pesquisa empírica. *In*: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GARCIA, R. C. **Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. Brasília: IPEA, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Santo André (PB)**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santo-andre/historico>. Acesso em: 19 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA). **IPEA data: banco de dados macroeconômicos, financeiros, sociais e regionais do Brasil**. Brasília, DF: IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2017.

KAWAUCHI, M. **O Programa Bolsa Família e percepções de não beneficiários: um estudo sobre o efeito preconceito**. 2019. 205 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LUCCA-SILVEIRA, M. P.; BARBOSA, R. J. O futuro das transferências de renda no Brasil: dilemas empíricos e normativos para um programa pós-pandemia e pós-auxílio emergencial. **Sociol. Antropol.**, v. 11, n. spe., p. 67–92, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp3>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MACHADO, N. F. **A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: fronteiras simbólicas no Programa Bolsa Família**. 2020. 213 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MARTINS, B. A.; RÜCKERT, F. Q. O Programa Bolsa Família e a educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003-2018). **Rev.**

**Bras. Educ.**, v. 24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240061>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MISKOLCI, R. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 275–275, 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>. Acesso em: 11 de jun. 2021.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf). Acesso em: 03 set. 2021.

NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

OLIVEIRA, R. R.; BRANDÃO, A. A. P. A Perspectiva teórica de Bourdieu: contribuições sobre a condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 19, n. 2, p. 59–72, 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/1720>. Acesso em: 24 set. 2022.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

SANTOS, J. V. **Retorno da fome ao Brasil é um monumento erguido com a ruína das políticas públicas**. Entrevista especial com Denise De Sordi. São Leopoldo, RS: Instituto Humanistas Unisinos, 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616266-retorno-da-fome-ao-brasil-e-um-monumento-erguido-com-a-ruina-das-politicas-publicas-entrevista-especial-com-denise-de-sordi>. Acesso em: 08 maio 2022.

SANTOS, M. C. S. *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 6, p. 2233–2247, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>. Acesso em: 30 set. 2022.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero**: A experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, T. F. **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018.

SORDI, D. **Auxílio Brasil de Bolsonaro é melhor para bancos que para famílias pobres**. São Paulo, SP: Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/auxilio-brasil-de-bolsonaro-e-melhor-para-bancos-que-para-familias-pobres.shtml>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SOUZA, C. POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18743>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SOUZA, P. H. G. F. *et al.* **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade**: um balanço dos primeiros quinze anos. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td\\_2499.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf). Acesso em: 03 abr. 2022.

TEBET, M. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 295–334, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7330>. Acesso em: 01 jun. 2022.

TOTA, A. L. Políticas e poéticas do texto sociológico: as retóricas de argumentação científica. *In*: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

